

MARCOS ANTONIO SILVA COSTA

A CONTRADIÇÃO ENTRE HERANÇA IBÉRICA E MODERNIZAÇÃO  
BRASILEIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE SÉRGIO BUARQUE DE  
HOLANDA: O LIVRO *RAÍZES DO BRASIL*.

ASSIS - SP

2002

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Faculdade de Ciências e Letras – FCL.

A contradição entre herança ibérica e modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda: o livro Raízes do Brasil.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis – SP, para a obtenção do título de mestre em História.

Marcos Antônio da Silva Costa

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Jordão Machado

Assis - SP

2002

“O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência. A um certo nível de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção em vigor, ou – o que não passa de uma expressão jurídica das mesmas – com as relações de propriedade, no seio das quais elas se moviam até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em grilhões das mesmas. Começa então uma época de revolução social. Com a mudança da infra-estrutura econômica toda a imensa supra-estrutura se revoluciona mais rápida ou mais vagarosamente.”

[Karl Marx. *Crítica da Economia Política*. 1859]

## **Agradecimentos**

Ao professor Carlos Eduardo Jordão Machado.

Aos professores e funcionários do Departamento de História da UNESP – FCL – Assis – SP.

Aos professores e coordenadores da Pós Graduação em História da UNESP – FCL – Assis – SP.

Aos companheiros do grupo de estudos “Experiência Intelectual Brasileira” e da Revista “Memória e Vida Social”: João Henrique dos Santos, Fabio Ruela de Oliveira, Rodrigo David, Rodrigo Christofolletti, Adilson Mendes, Gustavo H. Dionísio, Marco Toledo e a todos que estiveram conosco nesses anos.

Às bibliotecárias do Arquivo Sérgio Buarque de Holanda, na Biblioteca Central da UNICAMP – Campinas – SP.

Às bibliotecárias da UNESP – FCL – Assis – SP.

Ao CEDAP da UNESP – FCL – Assis – SP.

À Ciumara Magnes Falkenbach.

Ao Celso Aguiar.

À Eliane Perez e Anna Maria Pimentel Jardim Naldi, pesquisadoras da Divisão de Informação Documental da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – RJ.

Aos de casa, minha mãe e irmãs.

À Edislane Barreiros de Souza.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - CNPq.

## Sumário

Resumo – 06

Abstract - 07

Apresentação - 08

I - O livro *Raízes do Brasil* no contexto histórico dos anos 1930: permanências e rupturas - 31

II – A modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda: o livro *Raízes do Brasil* - 49

- Um personalismo desterrado - 50

- Trabalho e aventura na América Portuguesa - 56

- As idéias fora do lugar - 71

- A persistência do passado agrário - 84

- O homem cordial - 94

- A contemporaneidade do não contemporâneo - 108

- A revolução brasileira - 127

Considerações finais - 143

Fontes e referências bibliográficas – 159

Anexo – 180

Os problemas da democracia mundial – 181

Mentalidade capitalista e personalismo - 184

O Estado Totalitário - 189

## Resumo

**COSTA, M. A. S.** *A Contradição entre herança ibérica e modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda: o livro Raízes do Brasil*. 2002. 180p. Dissertação de Mestrado. UNESP – FCL – Assis – SP.

A importância da obra de Sérgio Buarque de Holanda para a experiência intelectual brasileira é indiscutível. Livros como *Raízes do Brasil*, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso* se inserem no cenário da historiografia brasileira como clássicos da interpretação da história do Brasil. O objeto desta pesquisa, o livro *Raízes do Brasil*, foi escrito em 1936, um ano antes da instauração do Estado Novo em 1937 e um ano após a tentativa de revolução comunista de 1935. Neste meio termo, o autor procura desvendar a contradição entre aquilo que nomeia como herança ibérica – o patriarcalismo, o ruralismo – e a modernização brasileira desencadeada no mesmo período. Podemos dizer, desse modo, que tanto a Revolução de 1930, quanto o Estado Novo, em suas complexas tramas de “tradição” e “modernização”, exerceram um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. O nosso objetivo é analisar especificamente, essa trama no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda. Além disso, analisaremos a obra de um autor que contribuiu para o conhecimento da realidade brasileira na medida em que, utilizando-se de métodos novos, embora de diferentes formas, reagindo a diversos climas intelectuais e políticos, transformou as interpretações historiográficas tradicionais feitas até então e, a partir daí, abriu precedente para refletir sobre o Brasil e a formação de sua sociedade e cultura.

Palavras-Chave: Sérgio Buarque de Holanda, Historiografia brasileira, Revolução de 1930, Raízes do Brasil, Modernização brasileira.

### Abstract

**COSTA, M. A. S.** *Contradiction between the Iberian Heritage and the Brazilian Modernization Process in the Political Thought of Sérgio Buarque de Holanda: his work *Raízes do Brasil**. Assis, 2001. 180p. M.A. Dissertation. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

The relevance of Sérgio Buarque de Holanda's works to the Brazilian intellectual experience is unquestionable. Works such as *Raízes do Brasil*, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras*, and *Visão do Paraíso* hold an outstanding position within the Brazilian historiography being regarded as classical works for the explanation of the Brazilian history. The subject of this research, *Raízes do Brasil*, is a book written in 1936, one year before the establishment of the **Estado Novo** in 1937, and one year after the Communist Rebellion in 1935. In this middle-of-the road position, the writer tries to disclose the contradiction between the issues he calls the Iberian heritage – patriarchy, ruralism – and the Brazilian modernization process which took place in that period. For that reason, one can say that both the 1930 Revolution and the **Estado Novo**, within their complex schemes of “tradition” and “modernization”, exerted a substantial influence over the Brazilian intellectuality. Our purpose here is to analyze such schemes within the scope of the political thought of Sérgio Buarque de Holanda. Furthermore, we analyzed the work of a writer who made an important contribution to explain the Brazilian reality, a historian who, by using new methods in various ways and by reacting to different intellectual and political environments, changed the traditional historiographical explanation given so far to those issues and from then on he set a precedent to reflect on Brazil and the development of its society and culture.

Keywords: Sérgio Buarque de Holanda, Brazilian historiography, 1930 Revolution, *Raízes do Brasil*, Brazilian modernization process.

## APRESENTAÇÃO

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 1902 e morreu em 1982, aos 80 anos. Desde a sua época de estudante contribuiu com vários jornais e revistas, como o *Correio Paulistano*, *A Cigarra* e a *Revista do Brasil*. Em 1921 já no Rio de Janeiro, onde cursava a Faculdade de Direito, foi representante da Revista *Klaxon* e fundador da Revista *Estética*, por meio das quais deu a sua contribuição ao movimento modernista de 1922.

Deste período até 1929, época em que parte para a Alemanha, foi um crítico literário fecundo. No entanto, depois de sua incursão pela historiografia, só voltaria à crítica literária em fins dos anos 1940 e início da década de 1950 na imprensa brasileira. Parte dessas críticas seriam reunidas no livro *Tentativas de Mitologia*, publicado em 1979.

Na Alemanha trabalhou como jornalista na Revista *Duco*, onde entrevistou vários intelectuais, entre eles o escritor Thomas Mann, além de ter frequentado na Universidade de Berlim o curso de Friedrich Meinecke. Neste período que, podemos considerar, se dá à guinada do crítico literário para o historiador. Precisamente quando foi indicado, em 1930, pela Embaixada do Brasil em Berlim para escrever uma coluna na revista *Brasilianische Rundschau*, do órgão oficial do Conselho de Comércio Brasileiro de Hamburgo, onde publicou diversos artigos relativos à economia e a História do Brasil.

Quando voltou ao Brasil, logo após a Revolução de 1930, instalou-se em São Paulo onde retomou o seu trabalho como jornalista já num clima que levaria à Revolução Constitucionalista em 1932. Sérgio Buarque de Holanda participou desde as primeiras manifestações políticas que agitaram São Paulo entre os anos de 1933 e 1937. Foi precocemente um homem de tendência de

esquerda, e segundo Antônio Cândido diz, “essa tendência e a posição nitidamente antifascista que tomou, porque ele viu o nascimento do nazismo na Alemanha, esteve lá, levou-o a perceber a função do povo na História Brasileira. E discretamente pôs isso em *Raízes do Brasil*. Aí está um exemplo de como a consciência política do intelectual pode ajudar a ver”<sup>1</sup>.

Em meados de 1934, com a promulgação de uma nova Constituição e a eleição de Getúlio Vargas pelo Congresso, parecia que uma democracia formalmente liberal tinha enfim possibilidades de se instituir no país. Entretanto, segundo Boris Fausto indica, entre os anos de 1935 e 1937 “as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram e cresceram suas forças, através de um processo em que as elites políticas regionais se submeteram, a cúpula militar completou a despolitização das Forças Armadas e a classe dominante colocou-se inteiramente à sombra do poder do Estado”<sup>2</sup>. O desfecho conhecido desta série de comportamentos é o Estado Novo que seria implantado em Novembro de 1937.

O sucesso na liquidação da democracia liberal em prazo tão curto deve-se à aliança entre os liberais e autoritários, com o intuito de esmagar também o imenso movimento popular em torno do que em 1935 daria origem a ANL (Aliança Nacional Libertadora). O insucesso do levante de 1935 abriu também caminho para o novembro de 1937.

Sérgio Buarque de Holanda acompanhou de perto todo clima político e as tensões que surgiram neste período. Engajou-se nas campanhas contra a Guerra

---

<sup>1</sup> Cândido, A. “Entrevista” In: *Investigações, Lingüística e Teoria Literária*. Recife – PE. vol. 7, pp 7-39 Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Fausto, B. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo – SP. CEBRAP. Caderno 10. 1972. Pág. 65.

e o Fascismo quando surgiram no país as frentes anti-fascistas. Se não esteve na rua como, por exemplo, no violento choque entre anti-fascistas e integralistas no episódio da Praça da Sé em Outubro de 1934 em São Paulo, militou na imprensa por meio da publicação de artigos e manifestos. Em 18 de Junho de 1935, por exemplo, meses antes da efetiva fundação da ANL, escreveu um artigo no jornal *Folha da Manhã* de São Paulo intitulado *O Estado totalitário*<sup>3</sup>, onde criticava o autoritarismo das elites brasileira naquele momento.

Animou-se inicialmente com os objetivos da ANL que propunha a criação de frentes populares para combater a ameaça fascista e a defesa das liberdades democráticas, e decepcionou-se quando o curto verão da ANL terminou em 1935 e o conservadorismo cobriu com o seu manto da permanência o cenário da vida social e política brasileira.

É neste intervalo entre a repressão à Aliança Nacional Libertadora (1935), que uma vez diante da possibilidade de ver revogado o passado colonial do país, propunha uma política social inclusiva, e a instituição do Estado Novo (1937), que uma vez surgido estes movimentos populares, reage para liquidar essas oposições e manter a sociedade brasileira nos termos do passado exclusivo das elites, que Sérgio Buarque de Holanda escreve *Raízes do Brasil*. O livro, publicado em 1936, certamente não passa, no seu arcabouço, de um desdobramento, de um aprofundamento e de uma análise crítica do ambiente político que se inicia nos anos 1930 e vai até 1935, e por que não dizer, até 1937, já que o Estado Novo, como dissemos, não passa de um desdobramento da repressão ao movimento de 1935.

---

<sup>3</sup> Cf. texto no anexo

Neste momento, já estava claro para o autor que o Brasil não necessitava de uma revolução política apenas, mas de uma revolução social, ou seja, uma revolução que desencadeasse um processo de passagem de um sistema socio-econômico a outro.

Em livro recente, o sociólogo Paul Singer procura definir os conceitos de revolução social e revolução política nos seguintes termos: “A noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese [até a pouco predominante nos meios de esquerda] que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal [...] continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência de posse [...] ela requer, antes de tudo, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle.”<sup>4</sup>

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda propunha uma revolução social que ocorresse por meio de um processo multissecular de passagem de uma formação social a outra, e que a revolução política fosse apenas um episódio da transformação institucional das relações de poder. Cada revolução social tem a sua dinâmica própria e, segundo Paul Singer “produzida por amplas mudanças históricas na infra-estrutura econômica e outras tantas na supra-estrutura ideológica e institucional.”<sup>5</sup>

É um erro pensar que uma revolução social se faz a golpes de martelo ou que seja consumada mediante uma única revolução política, como se a

---

<sup>4</sup> Singer, P. *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes. 1998. Pág. 10.

<sup>5</sup> Ibid. Pág. 11.

construção de uma sociedade democrática ou até mesmo a socialista se consumasse apenas com a tomada de poder. Em *Raízes do Brasil* podemos encontrar, portanto, um projeto de revolução social consubstanciado na passagem da vida rural para a vida urbana e na superação das raízes ibéricas.

\* \* \*

No campo intelectual os anos 1930 se caracterizam por uma preocupação de ordem ideológica. Nos anos 1920 esta mesma preocupação, que ora se expressa por meio da análise sociológica e historiográfica, se manifestava por meio da criação estética. Em ambos os casos, tanto na sociologia e na historiografia como na estética, e em ambos períodos, tanto os anos 1920 como os anos 1930, a razão de ser das produções intelectuais estava voltada para a preocupação em torno do atraso e das possibilidades de modernização do país.

A modernização do país aparece como um veio comum à maioria dos autores que empreenderam uma explicação da sociedade brasileira. A diferença está na particularidade de cada pensador e, segundo Luís Guilherme Piva, "nas concepções políticas relativas à organização do poder, às relações entre Estado e sociedade [...] o que os divide, resumidamente, em autoritários e democráticos"<sup>6</sup>.

Essa distinção entre autores "autoritários" e "democráticos" é fundamental para distinguirmos as posições políticas dos autores, já que tanto

---

<sup>6</sup> Piva, L. G. *Ladrilhadores e Semeadores*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 31.

os autores autoritários como os democráticos revelam um interesse comum na história do Brasil.

Segundo Otávio Ianni, há quase uma obsessão do pensamento social brasileiro nos anos 20, 30 e 40 no tema da modernização. Obsessão esta que estaria na base da própria formação das Ciências Sociais no Brasil na primeira metade deste século. Os pensadores sociais, segundo Ianni, "dedicaram-se sobre o que era o século XIX brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era [...] e como poderia [...] transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação"<sup>7</sup>.

Essa preocupação em comum, entre os intelectuais brasileiros, em torno da modernização do país é tão característica, que é possível encontrar pontos de interseção entre autores com visões políticas tão radicalmente opostas como Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna.

É comum em ambos, por exemplo, ainda segundo Luís Guilherme Piva, as mesmas críticas "à velha República e ao predomínio do personalismo, do privilégio, as relações pessoais do clã, a ausência de espírito público"<sup>8</sup>.

Há em ambos a mesma condenação de um passado que precisaria ser superado como condição para a modernização do país. No entanto, o que de significativo os difere é o modelo político que deveria conduzir esse Brasil

---

<sup>7</sup> Ianni, O. *A Idéia de Brasil moderno*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1994. Pág. 15.

<sup>8</sup> Piva. L. G. *Op. Cit.* Pág. 23.

moderno de que tanto falavam. Oliveira Vianna opta pelo autoritarismo e Sérgio Buarque de Holanda pela democracia.

O momento no qual essas propostas para um Brasil moderno surgiam, como vimos, era muito delicado. Em 1936 o país assistia a prisões em massa de intelectuais, artistas, militares, jornalistas e funcionários públicos acusados de pertencerem a Aliança Nacional Libertadora<sup>9</sup>. O próprio Sérgio Buarque de Holanda foi preso em 1932.

A partir do dia 10 de Janeiro de 1936, logo após a repressão ao levante de 1935, as perseguições se oficializam por meio da instauração da Comissão de Repressão ao Comunismo<sup>10</sup>. Mais de 1420 pessoas foram levadas a julgamentos sumários no Tribunal de Segurança Nacional, entre eles Luís Carlos Prestes e Patrícia Galvão. O Estado Novo se anunciava.

Mas, talvez, o que de mais significativo tenha surgido a partir de 1936, além do engajamento político e da historiografia crítica, foi a guinada da literatura<sup>11</sup>, que ganhava contornos de denúncia das condições de vida das massas anônimas trabalhadoras. A situação de 1936 exigia dos escritores armas que, se não combatessem, pelo menos não ignorassem a miséria social e ética que avassalava o Brasil.

Quanto à posição política de Sérgio Buarque de Holanda, após o golpe de 1937, desde sempre se manteve na linha de frente da oposição contra a ditadura Vargas. Como exemplo disso, fundou junto com Antonio Candido a Associação

---

<sup>9</sup> Cf. Rodrigues, L. M. “Prestes e a Aliança Nacional Libertadora”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume. 1983.

<sup>10</sup> Cf. Saez, D. A. M. “As lutas políticas do período 1930 – 1964”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume. 1983.

<sup>11</sup> Cf. Candido, A. “A revolução de 1930 e a cultura”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Editora Ática. 1987.

Brasileira dos Escritores (ABDE) em 1942. Segundo Walnice Nogueira Galvão, "a ABDE se destacou por várias iniciativas importantes, dentre elas o lançamento de um dos primeiros manifestos reivindicando liberdades democráticas a surgir no período. Ao ter sua publicação proibida, foi lida na sessão de encerramento do primeiro congresso da entidade em 1945, no Teatro Municipal de São Paulo"<sup>12</sup>.

Ainda em 1949, foi responsável, junto com Antonio Candido, Sérgio Milliet, entre outros, pela redação da declaração dos princípios em prol da liberdade da inteligência e da criação, idealizada pelos socialistas. Pouco antes, em Agosto de 1945, participou como fundador da chamada esquerda democrática, que dois anos depois se tornaria o Partido Socialista Brasileiro.

\* \* \*

Esta pesquisa intitulada "A contradição entre herança ibérica e modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda: o livro *Raízes do Brasil*" teve por objetivo procurar compreender não só a inserção e o impacto da publicação do livro *Raízes do Brasil* no ambiente social, político e econômico proporcionado pela revolução de 1930, mas procurar permear a posição política combativa do autor frente aos acontecimentos que se seguiram. Posição política combativa analisada aqui não só frente à Ditadura Vargas, mas como uma questão imanente à sua obra ao

---

<sup>12</sup> Galvão, W. N. "Candido e Sérgio, amigos contra a ditadura". *Jornal da Tarde*. 18/07/1998.

longo de sua vida intelectual como sujeito participante da vida política do seu país, como fica claro nos artigos que publicou nos principais jornais de então.

Sérgio Buarque de Holanda já nos primeiros anos que se seguem à revolução, assim como parte da intelectualidade brasileira, mune-se das “armas da crítica” e a partir daí, condena-se à inevitável consciência da história do Brasil. Neste período, seja no campo da historiografia, da sociologia e da própria literatura, o esforço é o de se compreender tanto a realidade interna do país como a sua posição na distribuição internacional do trabalho nos quadros do capitalismo internacional.

O livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda representa uma das mais importantes e originais contribuições deste período, junto com Caio Prado Júnior e no campo da literatura, poderíamos citar, a obra de Graciliano Ramos, nesse esforço de se revelar o passado do país para combater o autoritarismo do tempo presente ou desvendar no tempo presente as permanências e as sobrevivências arcaicas do passado.

Em *Raízes do Brasil*, a principal tese do autor é a de que, para nos modernizarmos, deveríamos superar as raízes ibéricas impregnadas na nossa sociedade. Raízes estas identificadas pelo autor como o ruralismo, o personalismo, as relações de favor, o patriarcalismo e a decorrência mais grave que este estado de coisas engendra: uma democracia improvisada.

Sérgio Buarque de Holanda gostava de citar uma frase de Goethe segundo a qual somente valia a pena conhecer o passado para libertar-se dele, “... diria efetivamente (diz Sérgio Buarque) que uma das missões do historiador, desde que se interesse pelas coisas do seu tempo – mas em caso contrário ainda

se pode chamar historiador? - consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isso dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre”<sup>13</sup>. A permanência ou a sobrevivência do passado colonial brasileiro vista em *Raízes do Brasil*, portanto, como um obstáculo a ser superado, como um estorvo para o tempo presente.

O livro *Raízes do Brasil* foi escrito em 1936 - um ano após a levante Comunista de 1935 e um ano antes da eclosão do Estado Novo de 1937 - e Sérgio Buarque de Holanda teria sido um dos primeiros historiadores brasileiro a duvidar do caráter revolucionário da Revolução de 1930, levantando críticas muito pertinentes àquele clima social e político que o autor já pressentia de antemão, lendo nas entrelinhas dos discursos e das práticas políticas de então, desembocaria no Estado Novo.

Enquanto havia neste contexto, por parte de alguns intelectuais<sup>14</sup>, por um lado, um certo otimismo em relação aos rumos que o país tomava em direção ao "progresso" e, por outro, um re-elogio da colonização portuguesa e do mundo luso brasileiro<sup>15</sup>, o livro *Raízes do Brasil* criticava as medidas políticas da Segunda República. Fazia a sua crítica voltando-se para o passado colonial do país onde buscava elementos para denunciar aquelas medidas políticas, sociais e econômicas do presente como conservadoras e, portanto, pertencentes a um quadro social que remontava à sociedade colonial.

---

<sup>13</sup> Holanda, S. B. *Visão do Paraíso*. São Paulo – SP: Editora brasiliense. 1994. Pág. XVIII.

<sup>14</sup> Os exemplos de Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Plínio Salgado.

<sup>15</sup> Gilberto Freyre

O livro *Raízes do Brasil* nos permite evidenciar três aspectos importantes: 1- a posição política do autor diante do contexto histórico do seu tempo 2 - o próprio ambiente político e social em que a obra foi gestada e 3 – o projeto social imante ao texto. Para isto a pesquisa foi dividida em duas partes, onde na primeira se analisa o contexto histórico e na segunda onde se analisa o texto.

Embora a pesquisa concentra-se num objetivo específico, a modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda, a melhor forma de se compreender as posições políticas do autor e em que medida elas aparecem expressas no seu texto, é confrontando-as com o ambiente político e intelectual em que atuou.

Nessa empreitada de levar em conta o texto e o contexto, o livro *Literatura e Sociedade*, de Antonio Candido, é sempre a maior inspiração. Embora aplicando o seu método à literatura, o autor aponta para o fato de que "hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas, e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que a explica pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo [...] sabemos ainda, que o externo (no caso social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno"<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Candido, A. *Literatura e Sociedade*. São Paulo – SP: Publifolha. 2000. Pág. 06.

Talvez seja possível agir assim como Antonio Candido faz para analisar a literatura, no caso de um livro de história. Nós partiremos igualmente de fatos empíricos isolados e procuraremos ir progressivamente nos aproximando da totalidade concreta, do qual esses fatos não passam de expressão. Relacionar e fundir o texto e o contexto em que foi escrito *Raízes do Brasil* [1936], é compreender, ao mesmo tempo, um momento muito delicado da história do Brasil e fundi-lo ao pensamento político do autor.

Acreditamos, no entanto, ao tempo que, só se pode compreender uma obra levando em conta o contexto sócio - histórico em que foi gerada, segundo aponta Bernardo Ricupero, “existem certas obras que transcendem os meios em que foi produzida. Dessa forma, essas obras, apesar de fazerem referência a situações particulares, são capazes de continuar a nos dizer coisas relevantes mesmo quando não mais existem os ambientes em que apareceram”<sup>17</sup>, como por exemplo, o debate que trazem algumas obras escritas durante os anos 30 e 40 sobre a dificuldade da democracia no Brasil. Dificuldade esta que persistiu desde o processo de Independência do Brasil, passando pelo Estado militar e porque não dizer, estendendo-se até os nossos dias. A afirmação de que algumas obras transcendem os meios em que foi produzida, serve tanto para o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda como para o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior, por isso mesmo estas obras merecem ser revisitadas.

\* \* \*

---

<sup>17</sup> Ricupero, B. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 40.

Sérgio Buarque de Holanda é considerado um dos maiores historiadores brasileiros e o livro *Raízes do Brasil* representa a primeira incursão do autor no campo da pesquisa histórica e da análise historiográfica. Até então as intervenções do autor no sentido de compreender os problemas brasileiros ocorriam no campo da crítica literária<sup>18</sup>.

*Raízes do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1936, numa iniciativa do editor José Olympio, inaugurando a Coleção Documentos Brasileiros dirigida por Gilberto Freyre e tornou-se “um clássico de nascença”.

São três as interpretações mais conhecidas acerca do livro *Raízes do Brasil*, interpretações estas que por muitas vezes cooperaram para despertar elucidacões significativas a respeito da importância do livro e do autor ou para despertar diversos mal entendidos.

A primeira interpretação, salvo engano, é a de Dante Moreira Leite no livro *Caráter Nacional Brasileiro*<sup>19</sup> em que *Raízes do Brasil* aparece como um dos expoentes de uma interpretação psicologizante por meio da análise do chamado "caráter nacional brasileiro". A segunda interpretação é a de Wilson Martins na *História da Inteligência Brasileira*<sup>20</sup>, em que *Raízes do Brasil* se encontra enquadrado na esteira dos chamados "Retratos do Brasil". A terceira linha interpretativa de *Raízes do Brasil* é a proporcionada por Antônio Cândido, no prefácio *O Significado de Raízes do Brasil* incluído ao livro na edição comemorativa de seus 30 anos de publicação, em 1967. Nesta interpretação

---

<sup>18</sup> Desde 1920 Sérgio Buarque de Holanda publicou periodicamente suas críticas literárias nos jornais *Correio Paulistano*, *Diário Carioca*, *Revista do Brasil*, *O Jornal*, *Revista Klaxon*, *Revista Estética*, *Jornal do Brasil* entre outros.

<sup>19</sup> Moreira Leite, D. *Caráter nacional brasileiro*. São Paulo – SP: Ed. Pioneira. 1969.

<sup>20</sup> Martins, W. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Cultrix e Ed. EDUSP. 1977.

*Raízes do Brasil* aparece como livro pioneiro na explicação de nossa realidade social e política e com uma intensa preocupação democrática que se no tempo que o livro foi escrito dialogava intensamente com os problemas do tempo presente, o que poderia tê-lo tornado plenamente datado e superado, veremos que ainda hoje mantém a sua atualidade.

Esquemáticamente podemos dizer que a polêmica acerca do livro *Raízes do Brasil*, ao longo do tempo, é justamente a discussão a respeito de ser o livro representante da historiografia brasileira tradicional, como vimos, o inclui as duas primeiras linhas interpretativas ou se o livro rompe com a historiografia tradicional e torna-se pioneiro de um tipo de análise social e política renovadora, e que se aprofundará nas pesquisas posteriores, não só deste, mais de outros autores.

Segundo a interpretação de Antonio Candido, estaria contido em *Raízes do Brasil* a busca de uma identidade e um projeto de nação que visava sobretudo a participação popular. Participação que só seria viável por meio da superação do conservadorismo que Sérgio Buarque de Holanda atribuía à nossa sociedade.

Desse modo, o livro teria lançado no âmbito dos anos 30 um projeto social no sentido de propor uma superação de nossas raízes ibéricas, do escravismo, do patriarcalismo e do ruralismo, que uma vez superados nos proporcionaria mudanças fundamentais no campo da organização social, político e econômica.

A tese principal do livro de Sérgio Buarque de Holanda é a de que na formação da sociedade brasileira o capitalismo havia se moldado de forma

inteiramente original em relação às circunstâncias sociais constituídas pelo trabalho, pelo cálculo racional e por relações impessoais. Ao contrário desses pressupostos, o que havia predominado na sociedade brasileira foram, justamente, tendências contrárias a essas expostas acima - a saber, o escravismo, as relações pessoais e com isso a predominância de relações sociais primárias que contrariam o estabelecimento de uma democracia onde devem imperar relações secundárias.

No livro o autor pretende ainda traçar um panorama das superações e das permanências das tradições ibéricas na passagem da vida rural para a vida urbana no Brasil. Em 1936, data em que o livro foi publicado esta questão estava na ordem do dia, porque para o autor, o que teria significado a própria revolução de 30 e o ambiente que levaria ao Estado Novo em 37, por um lado, senão esse espírito de permanência das relações sociais e políticas conservadoras, e por outro, o desencadeamento do processo de industrialização que sinalizava para a superação da estrutura econômica colonial baseada na agricultura que ronda, como um espectro, a sociedade brasileira desde a colônia.

Para esta pesquisa nos interessou principalmente quatro capítulos do livro: o terceiro, "Herança Rural"; o quarto capítulo, "O Semeador e o Ladrilhador"; o quinto capítulo, "O Homem Cordial" e o último capítulo intitulado "Nossa Revolução", que foram, todavia, cotejados pela análise dos três outros capítulos restantes, o primeiro, "Fronteiras da Europa"; o segundo, "Trabalho e Aventura" e o sexto capítulo "Novos Tempos".

É da análise desses quatro capítulos intermediários que surge a possibilidade de supor que, para o autor, foi a passagem da vida rural para a vida urbana que abriu caminho para um processo lento de dissolução das heranças ibéricas impregnadas na nossa sociedade e engendrou a possibilidade do surgimento de uma sociedade impessoal e, portanto, democrática.

\* \* \*

Nesse mesmo contexto histórico dos anos 1930, foram publicados os quatro livros que se tornaram clássicos e correspondem praticamente à reflexão acerca da História do Brasil na primeira metade deste século. Sobretudo depois da revolução de 1930, quando, segundo análise de Antônio Cândido, “a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social eclodiu e, apesar de tudo, não foi abafado pelo Estado Novo”<sup>21</sup>.

Essa sucessão de produções historiográficas posteriores a revolução de 30, ou a fase de redescobrimento do Brasil, para utilizar uma definição de Carlos Guilherme Mota, deve-se realmente à “revolução, que se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira, já arranhada pela intelectualidade que emergia em 1922, com a semana de arte moderna”<sup>22</sup>.

O primeiro deles foi sem dúvidas *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933, que apesar da visão saudosista e aristocrática

---

<sup>21</sup> Cândido, A. “O significado de Raízes do Brasil”. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1987. Pág. 09.

<sup>22</sup> Mota, C.G. *Ideologia da cultura brasileira. (1933-1974)*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1977.

atribuída ao livro<sup>23</sup>, modificou o enfoque racista reinante até então e aparece no cenário nacional como uma referência que suscitou o espírito crítico em outras obras posteriores, embora o próprio Gilberto Freyre revele que "não nos interessa, porém, senão indiretamente, neste ensaio, o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa do Brasil"<sup>24</sup>, aspectos que serão os objetos das pesquisas posteriores<sup>25</sup>. O segundo grande livro foi *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior<sup>26</sup>, publicado também em 1933, autor este que mais tarde (1942) publicaria o *Formação do Brasil Contemporâneo*. Em ambos os livros, o autor, baseado na tradição marxista, relê a vida econômica e política brasileira destacando a presença de um sentido na formação da nossa sociedade, que será chave para a chamada "experiência intelectual brasileira" posterior. O terceiro livro publicado nos anos 30 é *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936. Embora tenha obtido de início uma tímida recepção, tornou-se "um clássico de nascença"<sup>27</sup>, pois além de pôr em dúvida o papel das elites, faz uma crítica aguda às soluções autoritárias do passado e do presente, além de lançar luz sobre alguns aspectos da história do Brasil que seriam aprofundados adiante, entre outros, pelo próprio Caio Prado Júnior.

---

<sup>23</sup> Candido, A. "A Revolução de 30 e a cultura". In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1987. Pág. 190.

<sup>24</sup> Freyre, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo – SP: Ed. Record. 1999. Pág. 199.

<sup>25</sup> A este livro de Gilberto Freyre se atribui a grandeza de haver sido a obra fundadora da chamada história cultural. Na França o livro é traduzido em 1953, mas quando a História Nova ganha corpo naquele país, é o livro de Gilberto Freyre que vai inaugurar a edição da coleção Biblioteca da História em 1970, dirigida por Pierre Norá, a partir de onde a História Nova vai se desenvolver não só na França, mas no mundo todo.

<sup>26</sup> "Evolução Política do Brasil ocupou um lugar destacado na reflexão historiográfica do autor e na tradição marxista de interpretação do passado brasileiro que inaugurou". Martinez, P. H. *A dinâmica de um pensamento crítico : Caio Prado Júnior 1928-1935*. Tese de Doutorado. USP. FFLCH. São Paulo-SP. 1998.

<sup>27</sup> Candido, A. *Op. Cit.* Pág. 10

São esses quatro livros que contribuíram para o conhecimento da realidade brasileira na medida que, utilizando-se de métodos novos, embora de diferentes formas e reagindo a um mesmo clima intelectual e político, os autores transformaram as interpretações historiográficas feitas até então e, a partir daí, refletiram sobre o Brasil e a formação de sua sociedade e cultura.

Portanto, é somente no contexto histórico e historiográfico dos anos 30 possível compreender melhor o livro *Raízes do Brasil* e perceber a relação que o livro mantém com os acontecimentos e com o clima político de sua época. Não seria exagero acrescentar que em função dos quais o livro foi escrito e para os quais se constituiu como uma resposta.

\* \* \*

Ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, aplica-se o termo de obra fundadora de uma corrente historiográfica que tem como princípio e objetivo buscar uma explicação para o Brasil e, mais ainda, pôr em marcha um projeto de compreensão da cultura nacional que podemos chamar de “experiência intelectual brasileira”.<sup>28</sup>

Em 1936, época da primeira edição de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda seguia a trilha aberta pelo movimento modernista – do qual nosso autor participou como crítico literário<sup>29</sup> - no caminho da compreensão e do redescobrimento da cultura nacional.

---

<sup>28</sup> Arantes, P. E. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Dialética e Dualidade em Antônio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo – SP: Ed. Paz e Terra. 1992.

<sup>29</sup> A presença atuante de Sérgio Buarque de Holanda no movimento modernista se inicia, sobretudo, após a publicação da Revista *Estética*, que nasceu com o objetivo de preencher o vazio deixado pela extinção

Em *Raízes do Brasil*, trata-se de se discutir e procurar encontrar o sentido do Brasil e o autor o faz mediante um estudo do processo histórico de nossa formação. Do modo como nós viemos nos constituindo no plano das idéias, das instituições e da nossa vida social ao longo dos anos, o que nos condicionou à situação de nação periférica.

É dessa forma então, que Sérgio Buarque de Holanda inicia a sua análise em *Raízes do Brasil*. Trata-se de questionar quais as maiores conseqüências que acarretaram nas origens da sociedade brasileira “a tentativa de implementação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar”<sup>30</sup>.

Não só adversas, mas condições completamente opostas à cultura européia, e que vai despertar no espírito europeu o que Oswald de Andrade chama de “ciclo das utopias”<sup>31</sup>. O impacto da cultura do Novo Mundo nos povos europeus também será analisado por Sérgio Buarque de Holanda no livro *Visão do Paraíso*.<sup>32</sup>

da revista Klaxon. Nos três números publicados, o primeiro em setembro de 1924, o segundo em janeiro-março de 1925 e, o terceiro em abril-junho de 1925; Sérgio Buarque de Holanda procurava, através dos seus ensaios publicados, manter a unidade do movimento modernista, através do apoio ostensivo à Oswald de Andrade, que em Março de 1924, havia publicado o Manifesto Pau-Brasil, no jornal correio da manhã, jornal de oposição á oligarquia que dominava o país e, a ordem estabelecida pela República velha. Os três números apenas que duraram a revista Estética representaram, no entanto, um dos momentos culminantes em todo o processo de renovação literária, iniciado em 1922.

<sup>30</sup> Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. 26º. São Paulo – SP: Editora Companhia das letras. 1995. Pág. 31

<sup>31</sup> Segundo Oswald "as utopias são, portanto, uma conseqüência da descoberta do Novo Mundo e sobretudo da descoberta do Novo Homem, do homem diferente encontrado nas terras da América" Andrade, O. *Obras Completas*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização Brasileira. 1970. Pág. 149.

<sup>32</sup> No livro *Visão do Paraíso*, o autor traça um perfil do sentimento dos homens que aqui chegaram. As idéias que com os conquistadores vieram, advindas do modo de vida europeu, no período da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, fizeram com que a nossa colonização fosse uma empresa edênica, ou seja, muitos eram os boatos na época do descobrimento, que os conquistadores haviam chegado no paraíso. Essas idéias eram baseadas em narrativas medievais acerca da localização e da descrição do paraíso. No entanto, uma nova civilização, suscitou no espírito europeu uma euforia que transformaria, de certa forma, a visão do mundo destes. Desse fato é que decorre, por exemplo, a publicação do livro “A Utopia”, de Thomas Morus e, também, as teses sobre o homem em seu estado natural, de Hobbes e de Rosseau, na medida em que analisavam a questão do surgimento do Estado

No entanto, o que é mais importante e, por isso mesmo, mais rico em conseqüências, de modo que ainda hoje é parte do espírito do povo brasileiro e se incorporou à nossa cultura, é o fato de que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”<sup>33</sup>.

Esse mesmo sentimento de desterro pode ser aplicado as elites brasileiras do século XIX e início do século XX, quando insistiam em construir uma identidade para a nação, utilizando como ideário, parâmetros – a saber, as teorias liberais e positivistas – aplicados ao modo de vida técnico, moral, econômico e cultural europeu. Idéias estas, segundo Roberto Schwarz, completamente fora do lugar em relação à realidade social que aqui se encontrava, pois “toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da economia política é o trabalho livre. No Brasil, domina o fato impolítico e abominável da escravidão”<sup>34</sup>.

O Brasil estaria, desse modo, fora do sistema das ciências, entendida aqui, como a das luzes, do progresso e da humanidade, por que estávamos distante da realidade a que a ciência se refere. O que se devia discutir então, era a disparidade enorme que gerava entre nós o fato de conviver na sociedade brasileira, ao mesmo tempo, as idéias do liberalismo e a escravidão.

---

moderno. Oswald de Andrade também analisará o ciclo das utopias no seu ensaio intitulado “Marcha das Utopias”.

<sup>33</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 31

<sup>34</sup> Schwarz, R. *As idéias fora do lugar*. Novos Estudos CEBRAP, nº 3. Janeiro de 1973. Pág. 13

Nessa perspectiva Sérgio Buarque de Holanda nos põe um outro problema cuja solução nos parece ainda mais complicada. E o problema fundamental está justamente na questão de sabermos se “antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar àquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros”<sup>35</sup>.

Ao longo dos cinco primeiros capítulos de *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda faz justamente um levantamento dessas formas de convívio, das instituições e das idéias das quais somos herdeiros e que persistem, apesar da revolução que se pretende renovadora, ainda nos anos 1930.

Nos dois últimos capítulos é o projeto social que visa a superação do conservadorismo que dá o tom ao debate. O autor edifica toda a estrutura do seu livro levando em consideração a contradição que surge logo após a Revolução de 1930, entre a permanência das Raízes ibéricas e da estrutura do mundo colonial e o processo desencadeado pelo incentivo à industrialização e a conseqüente modernização do país. Porém, do seu ponto de vista, o movimento e o confronto dessas forças contraditórias, que se opõem veementemente até chegarem á exaustão, dão lugar, após a superação desse impasse, à formas e forças novas, capazes de transformar os homens e a sociedade.

Desde *Raízes do Brasil*, portanto, Sérgio Buarque de Holanda vale-se, segundo Maria Odila “do conceito da dialética hegeliana para expressar a

---

<sup>35</sup> Ibid. Id.

mudança no processo histórico e as tensões do devir”<sup>36</sup>. Para Sérgio Buarque de Holanda, “a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação, negação esta que se faz dentro do mesmo âmbito”<sup>37</sup>.

Desse modo, mesmo sendo provável que contra a cabal realização do surgimento de um “admirável mundo novo” se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado, a sua diluição no novo deverá aos poucos ir tingindo-o de cores idílicas. E está será, para o autor, a efetiva revolução que poderá nos conduzir a uma sociedade democrática, posto que revogado o autoritarismo do passado.

---

<sup>36</sup> Dias, M. O. L. S. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo – SP: Editora Ática. 1985. Pág.17.

<sup>37</sup> Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1995. Pág. 134-135.

I – O livro Raízes do Brasil no contexto histórico dos  
anos 1930: Permanências e rupturas

### A) Permanências

Mesmo em meio à diversidade e heterogeneidade de enfoques na extensa e desigual bibliografia sobre a Revolução de 1930, é possível refletir e procurar definir o seus rumos políticos, os seus atores e processos.

A principal discussão sobre o processo revolucionário de 1930 e o sentido das medidas implementadas é, sobretudo, se elas foram conservadoras ou não. O termo "modernidade conservadora" decorre exatamente da constatação de que a demolição da velha ordem se faria, segundo Eli Diniz, "sem qualquer reformulação substancial da estrutura econômico - social preexistente"<sup>38</sup>.

Mesmo a implantação do Estado Novo em 1937 correspondeu aos desejos de instituir apenas um regime burocrático repressivo capaz de realizar no país essa modernização "de cima para baixo". Segundo Boris Fausto, a convicção do grupo que instaurou o regime de 1937 era a de que "somente um regime estável e autoritário poderia levar à prática um programa de racionalização das atividades estatais em geral e do serviço público, de incremento à industrialização em setores básicos"<sup>39</sup>. Desse modo, é claro que no embate entre o Estado e a sociedade, o primeiro se tornou dominante e no processo de efetivação dessa dominação o Estado Novo abrigou necessariamente à sua sombra o velho conservadorismo regional.

---

<sup>38</sup> Diniz, E. "O Estado Novo: estrutura de poder e relações sociais". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 3. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1983. Pág. 87.

<sup>39</sup> Fausto, B. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo-SP. CEBRAP. 1972. Pág. 85.

Deve-se compreender a revolução de 1930 a partir do pressuposto de que não houve uma alteração significativa nas relações de produção, ou seja, nas estruturas da economia e da vida material. Tão pouco houve, e este é o aspecto mais importante para nós, uma mudança na esfera política, uma substituição de classe no poder, isso porque, segundo Boris Fausto, "as relações de produção, com base na propriedade agrária, não são tocadas, o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe"<sup>40</sup>.

Se, como nos chama a atenção Boris Fausto, não houve transformações ou mudanças estruturais significativas no campo econômico, social e político, ainda estaria vigorando, mesmo após a revolução, uma sociedade com os mesmo traços da sociedade da Primeira República. Desse modo, podemos inferir que o pacto que se renova ou que subsiste após 1930, não é simples resultado do que poderíamos chamar de poder residual das oligarquias, mas um acordo deliberado que elimina alguns dos seus recursos políticos ao mesmo tempo que amplia outros. Em troca de maior subordinação ao Estado, amplia-se os favores recebidos. Assegurando o seu lugar enquanto classe política, as elites agrárias utilizam e aperfeiçoam um estilo de política, original da vida pública brasileira desde a Colônia, ou seja, maleável, integrativo, artiloso, de raízes tradicionais – personalistas e clientelistas. Diante do acúmulo de incertezas e conflitos no cenário político, essa astúcia – a capacidade de composição - converte-se em valor inestimável como instrumento de manutenção das elites no poder.

---

<sup>40</sup> Fausto, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo – SP: Editora Brasiliense. 1972. Pág. 86.

Como podemos ir notando, a Revolução de 1930 desencadeou uma complexa trama de tradição e modernização que exerceu um apelo substancial sobre a vida pública brasileira. Em 1937, por exemplo, é à busca das raízes culturais que vai ser recuperada pelos ideólogos do Estado Novo<sup>41</sup>, e deve ser entendido, segundo Lucia Lippi Oliveira como “um dos caminhos para a compreensão dos vínculos entre a elite cultural e o projeto de modernização do Estado e da sociedade brasileira”<sup>42</sup>

Para Aspásia Camargo, nas análises de conjuntura política, voltadas para o fluxo dos acontecimentos imediatos e para o conjunto de atores que compõem o quadro revolucionário “a ênfase recai sobre as origens e o conteúdo oligárquico das cisões regionais que engendram o movimento e que lhe conferem, em termos de modelo político, uma feição continuísta, ou seja, tributária da velha ordem contra a qual se insurge”<sup>43</sup>.

É justamente por culpa dessa justaposição de atores antigos e modernos que as transformações trazidas pela revolução se operam nas frentes de menor resistência, coexistindo com a conservação deliberada das heranças sociais. Pode-se chamar de modernização conservadora justamente esse movimento em que “o Estado e seus agentes presidem as mudanças, criando setores estratégicos e incorporando, de forma parcial, os interesses que manipulam.

---

<sup>41</sup> Cf. Gomes, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro – RJ. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1996. Onde a autora discute a política cultural do Estado Novo, dando ênfase para a revista *Cultura Política*.

<sup>42</sup> Oliveira, L. L. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília – DF. Ed. UNB. 1983. Pág. 508.

<sup>43</sup> Camargo, A. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília – DF. Ed. UNB. 1983. Pág. 12.

Enquanto isso garantem a permanência do antigo sistema, cujas bases econômico-sociais se mantêm intactas”<sup>44</sup>

Tradicionalmente, essa passagem da Primeira para a Segunda República aparece analisada como uma forma de transição. Conceitos vagos como "a indústria brasileira nasce com a revolução de 1930"; 1930 assinala "o predomínio da indústria sobre a agricultura", que povoavam o debate da intelectualidade brasileira na grande imprensa da época, generalizam problemas que naquele período eram mais complexos e, portanto, exigiam uma análise mais profunda.

Essas mudanças, embora relevantes e sintomáticas de um novo tempo não devem ser superestimadas, pois a divisa de um dos setores oligárquicos que participa do movimento de 30 é igualmente expressiva e esclarecedora dos verdadeiros interesses das elites, que segundo Boris Fausto era: " façamos a revolução antes que o povo o faça".

Se o regime oligárquico sofreu uma quebra e uma desestruturação a partir dos anos 30, é bem verdade também que, como assinala Francisco Weffort, "isto não quer dizer, de modo algum, que a oligarquia tinha perdido completamente o controle do *status quo*. A economia continuava baseada na grande propriedade da terra e nos produtos de exportação"<sup>45</sup>.

Nos momentos de transição, formas novas e arcaicas coexistem e, como assinala Edgar Carone, "é só desta maneira que podemos ver as forças sociais aparecerem mais complexas, compreender que a agricultura ainda é a forma

---

<sup>44</sup> Ibid. Id.

<sup>45</sup> Weffort, F. C. "Educação e política". In: Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Paz e terra. 1983. Pág. 14.

econômica dominante, entender que o sistema político ainda continua a ser dominado pelas classes tradicionais"<sup>46</sup>.

Por outro lado e ao mesmo tempo, a revolução de 1930 representou, a despeito de todo o seu tradicionalismo, o anunciador da possibilidade de mudança de uma estrutura social cuja formação remonta ao início do sistema colonial, que se havia transformado algo até então, não havia ultrapassado os limites dos seus moldes tradicionais, como por exemplo, na passagem da monocultura da cana-de-açúcar para o café, a manutenção do trabalho escravo e com um agravante, o tráfico negreiro<sup>47</sup>.

Mesmo que seja possível afirmar em relação à revolução de 30, que as elites mudaram o regime ou a situação para conservar o poder, no bojo desse processo foi desencadeado um espírito crítico no sentido de procurar analisar com olhar diferenciado a História do Brasil.

O esforço de uma parte da produção intelectual pós - revolução era justamente o de procurar compreender o sentido da continuidade ou da descontinuidade presente no evento de 1930 e nos seus desdobramentos. A pergunta a que se propunham responder era a seguinte: teria havido uma ruptura no processo histórico brasileiro e nas práticas políticas depois de 1930?.

---

<sup>46</sup> Carone, E. *A Segunda República*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1973. Pág. 05.

<sup>47</sup> São significativos para este tema os trabalhos de Emilia Viotti da Costa, "*Da Senzala à Colônia*" e "*Da monarquia à República*".

## B) Rupturas

Mas, por outro lado, em meio à diversidade de interpretação sobre a Revolução de 1930, todas evidenciam, no entanto, que a revolução é o marco que inaugura modificações substanciais no plano econômico e social e acelera a implantação da sociedade industrial, mas os frutos dessa modernização apareceriam somente a partir dos anos 1940.

A principal característica deste tempo é justamente essa dupla sensação: de um lado, como vimos, uma marca conservadora e, de outro, a marca profunda de uma Revolução que possibilitaria no seu horizonte a superação das oligarquias.

Isso porque, embora o seu viés conservador, a Revolução de 1930, ou seja, esse movimento das classes médias associadas com setores descontentes da própria oligarquia dos fins dos anos 1920, assinalou, todavia, a abertura de um longo processo de transformação e mudanças que deveriam abalar as estruturas do Estado e da economia brasileira.

Já segundo Luís Felipe Alencastro, a revolução de 1930 se situa na convergência de uma dupla mutação: primeiro, “o mercado de trabalho se territorializa”<sup>48</sup>, fenômeno inédito, pois desde o século XVII a praxe era o trabalho escravo, e segundo “o Estado deixa de intervir na captação de proletários estrangeiros para cuidar do enquadramento do proletariado nacional”<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Alencastro, L. F. *A pré-revolução de 30*. São Paulo – SP: CEBRAP. Setembro de 1997. Pág. 20.

<sup>49</sup> *Ibid.* Id.

Anunciada, desde a crise de 1929 e a longa depressão que se prolongou até os anos 30, a reestruturação de uma sociedade capitalista dependente e dedicada à produção agrícola para a exportação, desencadeou um processo de transformação estrutural que em linhas gerais pode ser definido da seguinte forma: 1 - intensificação da urbanização e da industrialização e 2 - o aumento considerável da migração para as grandes cidades como sintoma da decadência da economia agrária.

A importância atribuída à Revolução de 1930 na literatura sobre o tema, seja como episódio político, seja enquanto processo, parece fundamentada na interpretação dos seguintes fenômenos: as inovações introduzidas no sistema político, as medidas implementadas em plano social (legislação trabalhista) a reorganização e a modernização do aparelho do Estado, a incorporação de novos atores à cena política (camadas urbanas) e, a partir de uma visão mais abrangente, a associação estabelecida entre os acontecimentos de 1930 e os processos de crise do sistema oligárquico e de expansão das atividades industriais no país.

A Revolução de 1930 vista como episódio político específico, não passou tanto na sua gênese como no seu desenvolvimento de um caso típico de negociação entre elites. Agora, como processo, desencadeou na sua dimensão econômica, uma inegável expansão das atividades industriais e da cultura urbana. É justamente essa expansão tanto das atividades industriais quanto da cultura urbana é que podemos denominar de ruptura.

Em relação à expansão das atividades industriais, as duas grandes empresas brasileiras, por exemplo, surgem a partir da década de 1940, a

Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. Mesmo assim, o crescimento da atividade industrial entre os anos de 1939-45, registra uma taxa anual de apenas 5,4%, inferior ao período precedente 1933-39 que registrou uma taxa de 11,3%, demonstrando que a taxa de crescimento da produção e o ritmo de desenvolvimento industrial no Estado Novo foram inferior aos dos anos que o antecederam. Esse quadro nos indica o caráter conservador das políticas do Estado nesse setor ou, segundo Florestan Fernandes analisa em *A Revolução burguesa no Brasil*, que nas sociedades dependentes de origem colonial o capitalismo é introduzido antes da constituição de uma ordem social competitiva<sup>50</sup>.

Segundo Renato Ortiz de acordo com a análise de Florestan Fernandes, a burguesia nacional é dotada de moderado espírito modernizador e “implanta uma democracia restrita que não estende o direito de cidadania a toda população, e por fim utiliza a transformação capitalista para reforçar seus interesses estamentais. Dito de outra forma, a burguesia não possui na periferia o papel civilizador que desempenhou na Europa<sup>51</sup>.”

Na década de 1940, dos 41.236.315 de habitantes, apenas 31,24% moravam na área urbanas, enquanto 68,76% moravam nas áreas rurais, o que nos indica o incipiente processo de modernização implantado a partir dos anos 1930, que mal havia despertado o interesse das pessoas pelo ritmo do desenvolvimento e da qualidade de vida urbana. Apenas a partir da década de 1950 que esse quadro começa a se alterar, quando 24% da população rural

---

<sup>50</sup> Cf. Fernandes, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Zahar editores. 1975.

<sup>51</sup> Ortiz. R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo-SP. Ed. Brasiliense. 1988. Pág.17.

migram para as cidades, 36% em 1960 e 40% em 1970, correspondendo nestas três décadas a 40 milhões de pessoas.

Durante toda a década de 1930, a modernização do país foi de fato apenas uma idéia. Assim como podemos falar em relação à Semana de Arte Moderna de 1922, que o modernismo ocorria no Brasil sem modernização. A década de 1920, segundo Renato Ortiz, “antecipa mudanças que irão se concretizar somente nos anos posteriores. Antecipação que denuncia este hiato, a inadequação de certos conceitos aos tempos em que são enunciados [...] o descompasso é um elemento da sociedade brasileira periférica”<sup>52</sup>

Somente a partir da segunda metade dos anos 1940 que se pode considerar seriamente a presença de atividades que consolidam o desenvolvimento de uma sociedade e de uma cultura urbana e industrial. A sociedade brasileira, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, se moderniza de fato em diversos setores, e partir de então se inicia o que nós poderíamos chamar de uma “sociedade de massa”. E o desenvolvimento dessa sociedade de massa pode ser melhor definida na medida que se analisa o significativo aumento do chamado “mercado de bens simbólicos”.

Esse “mercado de bens simbólicos” postulado por Renato Ortiz engloba o desenvolvimento de um poderoso sistema de informação e entretenimento, que não só formava opiniões, determinava o consumo, como criava uma rede (imprensa, rádios e jornais) por onde se divulgava nas grandes cidades a cultura e o estilo de vida do mundo moderno.

---

<sup>52</sup> Ibid. Pág. 32

Como exemplo dessa difusão, podemos tomar as emissoras de rádio, que de 106 em 1944, passam para 300 em 1950, em apenas seis anos. O cinema, em 1941 com a criação da Atlântida e, em 1949, a Vera Cruz que incrementaram a produção cinematográfica nacional. As redes de televisão a partir dos anos 1950. As revistas, como, por exemplo, a *Cruzeiro* que em 1948 atingia uma tiragem de 300 mil exemplares. Os livros, os jornais cujas tiragens cresceram vertiginosamente.

Esses números demonstram o dinamismo que a sociedade brasileira ganha a partir do pós-guerra e a faceta que ganhou o nosso processo de inserção num capitalismo tardio e numa sociabilidade moderna. Em texto recente, Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, procuram definir a procissão de milagres que foi a modernização brasileira.

Do otimismo inicial do pós-guerra, quando se pensava que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos até os anos 1980, quando as dúvidas sobre o sucesso de nossa modernização ganham intensidade, passamos rapidamente do otimismo à desilusão.

Seguindo a idéia de que nossa história é uma procissão de milagres, apontada por Sérgio Buarque de Holanda no livro *Visão do Paraíso*, o milagre do ouro no século XVII quando a economia açucareira tinha perdido dinamismo, o milagre do café nos séculos XIX, XX e agora, segundo acrescenta Fernando Novais, “estamos percebendo que nossa industrialização não deixou de ser também um desses milagres: resultou antes de circunstâncias favoráveis,

para as quais pouco concorreremos, do que de uma ação deliberada da vontade coletiva”<sup>53</sup>.

A modernização brasileira havia se implantado no Brasil da forma mais excludente possível. O desenvolvimento rápido de uma sociedade capitalista, industrial, urbana e de consumo não havia se estendido ao alcance da maioria da população, pelo contrário, segundo Fernando Novais “o Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, volta a assombrar a consciência moderna ao exibir a sociedade mais desigual do mundo. Não é por acaso que o termo *brazilianization* vai se tornar sinônimo de capitalismo selvagem”<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Novais, F. Mello, A. M. C. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo – SP. Ed. Cia das Letras. 1998. Pág. 645.

<sup>54</sup> *Ibid.* Pág. 633.

### C) A visão de *Raízes do Brasil*

Como podemos notar, se no campo das estruturas o país se desenvolve a olhos vistos, no campo social e político o quadro não se altera ou, na maioria dos casos, se agrava.

Quanto ao livro *Raízes do Brasil* especificamente, o seu caráter expressivo é que se trata de um livro preocupado com o presente, e como tal critica o liberalismo convencional das oligarquias, o fascismo e o comunismo, que formavam o cerne das discussões no âmbito dos anos 30, e opta por uma posição socialista democrática. Em 1936, como vimos, ano em que o livro foi escrito, a visão do autor ainda era pessimista em relação à Revolução de 1930. Tanto que o autor anuncia em determinada altura do livro, que vivemos entre dois mundos, um já completamente fora do lugar, mas que luta com todas as suas forças para sobreviver, e outro que também luta desesperadamente por vir à luz. O primeiro, o mundo da tradição, da vida rural do patriarcalismo; e o segundo o mundo moderno, da vida urbana, da industrialização.

Dando balanço da produção historiográfica dos anos 30, Antonio Candido atribui ao livro *Raízes do Brasil* a virtude de ser "o livro mais lúcido e o mais inovador de sua época"<sup>55</sup>.

*Raízes do Brasil* é um livro eminentemente político e a sua principal tese é a de que a condição para a modernização da sociedade brasileira é a superação das raízes ibéricas. Se em 1936 o autor propõe este projeto de nação é porque, pressupõe-se,

---

<sup>55</sup> Candido, A. *SBH e o Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1998.

àquela sociabilidade de cunho ibérico, advinda da colônia e da Primeira República ainda estavam, na sua interpretação, vigorando após a revolução que se pretendia renovadora.

O livro *Raízes do Brasil*, a sua "atualidade", estaria no fato de ter lançado luz, de forma pioneira, sobre alguns temas que percorreriam o debate de boa parte da produção historiográfica posterior. Questões, sobretudo, ligadas a formação de nossas relações sociais.

É amplo, por exemplo, o debate acerca das "idéias fora do lugar", cujas bases foram lançadas por Sérgio Buarque de Holanda em 1936 nas primeiras páginas de *Raízes do Brasil*, onde diz "trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje, uns desterrados em nossa terra"<sup>56</sup>. Essa impropriedade de nossas idéias será típica das práticas políticas do segundo reinado, que o próprio autor analisa nos seus pormenores no livro *Do Império a República*<sup>57</sup>.

As questões das "idéias fora do lugar", ou seja, dos ideais do liberalismo, da Revolução Francesa e Americana introduzidas no nosso processo de independência geravam uma incompatibilidade clara com a prática da escravidão, e a principal decorrência que esse antagonismo vai gerar é o "favor". O "favor" seria, segundo Roberto Schwarz, "a nossa mediação quase

---

<sup>56</sup> Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo - SP: Cia das Letras. 1997. Pág. 31.

<sup>57</sup> No capítulo II, do livro segundo, intitulado Democracia Improvisada, o autor expõe os paradoxos da organização política no segundo reinado da seguinte forma " no Brasil colonial e na maior parte do Brasil Império, existe, para começar, uma grande massa de população escrava, sobre a qual assenta toda a vida econômica, mas que está à margem do processo político. Semelhante situação não há de mudar após a independência... mesmo a gente livre das camadas mais pobres só foi afetada superficialmente pela transformação...por que aqui a rebelião emancipadora foi efetuada a partir da cúpula.

universal"<sup>58</sup>, na relação entre proprietários, homens livres, escravos<sup>59</sup> e mesmo nas profissões liberais e nas demais atividades da vida urbana.

O propósito de *Raízes do Brasil* é procurar identificar a anomalia congênita da formação da nossa sociedade civil, que gerou uma determinada prática social muito presente na nossa vida pública. A historiografia posterior sempre esteve, de uma forma ou de outra, espreitando para esse horizonte.

De certa forma já estariam expostas nos capítulos de *Raízes do Brasil*, na medida em que o autor propunha a superação do patriarcalismo e do personalismo, o seguinte antagonismo apontado por Roberto Schwarz: "no processo de uma afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais"<sup>60</sup>. Expostos em *Raízes do Brasil*, sobretudo como os efeitos ideológicos advindos do latifúndio e da família patriarcal, nos capítulos Herança Rural e O Homem Cordial.

*Raízes do Brasil* pode ser lido também a partir do seu último capítulo intitulado "Nossa Revolução". É aqui que o livro expõe claramente a que veio, ou seja, compreender o ambiente político e econômico proporcionado pela revolução de 30 e procurar definir o que haveria nestes "novos tempos", de rupturas e de continuidades em relação ao nosso "antigo regime".

---

<sup>58</sup> Schwarz, R. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo - SP: Livraria Duas Cidades. 1977

<sup>59</sup> A relação entre proprietários, homens livres e escravos foi analisado por Maria Silvia de Carvalho Franco no seu livro clássico, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo - SP: Editora UNESP. 1997.

<sup>60</sup> Schwarz, R. *Op. Cit.*, Pág. 16.

Todo o livro se desenvolve no sentido de procurar definir as características principais da formação da sociedade brasileira que a relegaram a uma condição de atraso. Em relação ao desenvolvimento da racionalidade capitalista, porque teríamos tido dificuldades de inserção nesse sistema, além do fato de sermos colônia evidente, e que nos lançou, portanto, a uma condição secundária, periférica.

A situação de atraso a que esta situação periférica nos lançou se deve, sobretudo, a duas características que se perpetuaram na nossa sociedade, a saber, a herança rural e a família patriarcal denominada por Sérgio Buarque de Holanda, como o que de mais nefasto poderíamos ter herdado de nossas tradições ibéricas.

É no capítulo 5 sobre o "Homem Cordial", o mais polêmico do livro, que Sérgio Buarque de Holanda expõe as mazelas que a herança do patriarcalismo e do ruralismo legaram na formação do Estado brasileiro e nos entraves para o desenvolvimento de nossa sociedade moderna.

Para Sérgio Buarque de Holanda, "o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição [...] só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão"<sup>61</sup>.

Desse modo, a tese do autor é a de que na passagem da nossa civilização rural para uma civilização urbana e industrial, a herança rural e familiar gerou a

---

<sup>61</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 141

cordialidade e o favor nas relações que *a priori*, deveriam ser impessoais, características que transplantadas para nossa vida pública impediu ou criou entraves para o desenvolvimento de um estado de direito democrático.

O exemplo dado por Sérgio Buarque de Holanda da confusão entre família e Estado e entre público e privado é o surgimento do funcionário patrimonial na nossa administração pública em detrimento do funcionário meramente racional, aqui adotando, segundo Maria Odila, parâmetros weberianos<sup>62</sup>.

Desse modo, em *Raízes do Brasil*, o problema levantado seria o seguinte: com a aceleração da urbanização e da industrialização o Brasil deveria livrar-se das amarras da sociedade baseada na agricultura e passar por uma transição que o levaria para uma sociedade dominada pelo capitalismo industrial, fato que o nosso autor via com otimismo, sobretudo no início nos acontecimentos dos anos 30, quando se tinha no horizonte um indicativo de crise da ordem oligarquica. Embora, sabemos, a revolução de 30 não teria ferido de morte o conservadorismo e, pelo contrário, desembocado na ditadura do Estado Novo.

Nosso pressuposto é o de que Sérgio Buarque de Holanda desenvolve o seu pensamento sobre a história do Brasil buscando afirmar em todo momento uma idéia bem definida, eu diria, uma convicção: nossa civilização de raízes ibéricas deveria ser superada para que pudéssemos desenvolver aqui uma sociedade democrática, por meio da descontinuidade e da ruptura com este

---

<sup>62</sup> Dias, M. O. S. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *SBH: Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.

mundo tradicional. Superação e ruptura que a Revolução de 1930, segundo o autor, não teria levado a cabo.

Havia, porém, imanente à sociedade brasileira um processo de revolução lenta que já estava em curso e, que segundo José Carlos Reis, "liquida o passado, adota o ritmo urbano e propicia a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um novo sentido político"<sup>63</sup>, os dias do "homem cordial" estavam contados e, a sua superação era algo iminente.

Nosso objeto foi o de investigar em *Raízes do Brasil*, essa revolução anunciada por Sérgio Buarque de Holanda que teria como palco às cidades e o seu sentido, que seria a já tão anunciada aqui nestas páginas, superação das raízes ibéricas de nossa cultura.

De certa forma, *Raízes do Brasil* seria um livro otimista e de renovada esperança no Brasil e no desenvolvimento, entre nós, de uma sociedade democrática que incluísse o grande contingente de nosso povo que ocorreria, segundo Sérgio Buarque de Holanda, por meio "da libertação da dominação tradicional, da reaproximação do Estado da sociedade, a criação de novas formas de convívio, com novos valores, que é possível, realizável e não uma utopia inalcançável"<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Reis, J. C. "Sérgio Buarque de Holanda: A recusa das raízes Ibéricas". *Revista Tempos Históricos*. Nº 01, volume 01. Pág. 217. Março de 1999.

<sup>64</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 242.

II – A modernização brasileira no pensamento político de  
Sérgio Buarque de Holanda: o livro *Raízes do Brasil*

## UM PERSONALISMO DESTERRADO

O primeiro capítulo de *Raízes do Brasil* traz os seguintes enunciados: Mundo novo e velha civilização; personalismo exagerado e as suas conseqüências: tibieza do espírito de organização, da solidariedade, dos privilégios hereditários; falta de coesão na vida social; a volta à tradição, um artifício; sentimento de irracionalidade específica dos privilégios e das hierarquias; em que sentido anteciparam os povos ibéricos a mentalidade moderna; o trabalho manual e mecânico, inimigo da personalidade; a obediência como fundamento da disciplina.

Já pelos enunciados é possível obter uma prévia do que o autor pretende com este capítulo, ou seja, determinar a origem do personalismo que mais adiante vai surgir na sua análise como o maior empecilho para a constituição de uma vida pública e de uma sociedade democrática. O autor sai em busca das anunciadas raízes e analisa já nas primeiras linhas a forma com que "a tentativa de implantação de uma cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, senão adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências"<sup>65</sup>.

A tentativa de implantação de uma cultura e suas "formas de convivência, suas instituições e suas idéias", num ambiente desfavorável e hostil fazem com que a civilização que aqui se formou vivesse sob um forte sentimento de desterro.

A pergunta fundamental que o autor se faz refere-se exatamente a esse dilema, a saber, "antes de perguntar até que ponto poderá alcançar êxito a

---

<sup>65</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 31.

tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar àquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros"<sup>66</sup>.

O fato de que somos herdeiros de uma cultura ibérica é significativo para a compreensão de nossa formação. Para o autor o diferencial nessas nações é que são regiões fronteiriças e por assim ser eram menos carregada de um certo europeísmo que só mantinham como um patrimônio necessário. O relativo isolamento faz com que essas nações passem a fazer parte efetivamente do coro europeu apenas na época das grandes navegações marítimas e na medida em que desbravavam novas rotas comerciais.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda "esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação"<sup>67</sup>.

Um desses aspectos peculiares a que o autor refere-se para distinguir os povos ibéricos dos europeus de além Pirineus se faz ressaltar em uma característica própria dos povos da península, ou seja, "é que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo a cultura da personalidade"<sup>68</sup>.

Para o autor a originalidade dos povos ibéricos é "a importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos seus semelhantes [...] o índice do valor de um homem infere-se da extensão em que não precise depender dos demais, em que se baste"<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Id.

<sup>67</sup> Id.

<sup>68</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 32.

<sup>69</sup> Id.

São estas, segundo o autor, as idéias que antecipam a mentalidade do homem moderno, ou seja, a idéia da sociedade capitalista que posiciona o indivíduo como categoria principal e com isso o desmerecimento conseqüente ou a depreciação da vida pública, coletiva. Aqui o autor se pergunta: "mas não terá sido o próprio bom êxito dessa transformação súbita, e talvez prematura, uma das razões da obstinada persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais, que explicam em parte a sua originalidade?"<sup>70</sup>.

O fato é que dessa "sobranceria" que resultaria a singular tibieza das formas de organização social, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre as pessoas, "em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida"<sup>71</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda vai buscar nas origens ibéricas da nossa cultura "a falta de coesão na nossa vida social", de modo que, não seria, portanto, essa falta um fenômeno moderno. Com isso o autor se opunha veementemente à visão corrente entre alguns historiadores e sociólogos de sua época, tais como Gilberto Freyre e Oliveira Viana, que professavam que somente com um retorno à nossa tradição ibérica nós nos livraríamos de certa desordem. É por isso que, comenta o autor, "erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa contra nossa desordem"<sup>72</sup>.

Nos ibéricos só se renuncia à autarquia individual ou à exaltação extrema da personalidade por outra faceta que lhes são próprias, a obediência como

---

<sup>70</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 36.

<sup>71</sup> *Ibid.* Pág. 32.

<sup>72</sup> *Ibid.* Pág. 33.

virtude. Desse modo, tanto a vontade de mandar como a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares.

As doutrinas do livre arbítrio, o personalismo e a falta de racionalização da vida coletiva são tudo, menos favorecedoras das associações entre os homens. A organização da vida pública que tão cedo experimentaram algumas nações protestantes, não se realizou entre os ibéricos, onde predominou uma organização mantida por uma força exterior "que nos tempos modernos, encontrou uma de suas formas características nas ditaduras militares"<sup>73</sup>.

Finalizando o primeiro capítulo, o autor conclui que na verdade nos liga a Portugal uma tradição longa e viva, nem o contato e a miscigenação teria nos feito tão diferentes como gostaríamos de sê-lo.

Sendo assim, já de início em *Raízes do Brasil*, o autor nos apresenta a história do Brasil com o sinal trocado em relação a tradição historiográfica que, desde a independência, na história da sociedade brasileira a problemática racial representa uma perspectiva importante para se compreender nossa formação.

Segundo Ianni, de permeio às pesquisas de Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Paulo Prado, por exemplo, "simultaneamente aos dados antropológicos, insinuam-se atributos psicológicos, morais, culturais e outros considerados peculiares de cada raça e mestiços [...] constroem-se os elos e as cadeias de uma estrutura na qual se distribuem os puros e impuros, superiores e inferiores, civilizados e bárbaros, históricos e não históricos"<sup>74</sup>. Muitas vezes não é longo o caminho que separa esse tipo de abordagem, do determinismo geográfico, do racismo, do darwinismo social e do positivismo.

---

<sup>73</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 37-38.

<sup>74</sup> Ianni, O. *Op. Cit.* Pág. 116.

Para Sérgio Buarque de Holanda não é a miscigenação que ocasiona o nosso atraso mas o que atravanca a nossa modernização é a herança ibérica, já que "podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura, o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma"<sup>75</sup>.

Por meio de uma análise próxima de uma psicologia social o autor define o personalismo como traço fundamental da cultura ibérica que será legada à sociedade brasileira de forma característica, posto que colonizada por portugueses.

Embora muito curto e com pouquíssimas referencias (apenas três) que pudessem documentar e historicizar melhor as afirmações que o autor faz sobre os povos ibéricos, mesmo que o objeto do livro não seja este, a tônica de todo o primeiro capítulo é a determinação do personalismo, que será tão recorrente nos capítulos posteriores.

---

<sup>75</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 40

TRABALHO E AVENTURA NA AMÉRICA  
PORTUGUESA

Neste segundo capítulo o autor anuncia os seguintes temas : Portugal e a colonização das terras tropicais; dois princípios que regulam diversamente a atividade dos homens; plasticidade social dos portugueses; civilização agrícola?; carência de orgulho racial; o labéu associado aos trabalhos vis; organização do artesanato, sua relativa debilidade na América Portuguesa; incapacidade de livre e duradoura associação; a "moral das senzalas" e a sua influência; malogro da experiência holandesa, e ainda um apêndice que entra como nota ao capítulo segundo onde o autor apresenta um tema persistente ainda hoje em nossa sociedade: a persistência da lavoura de tipo predatório.

Uma inovação neste segundo capítulo em relação à historiografia anterior é a designação do período colonial com a terminologia América Portuguesa. O termo é sintomático, já que no momento em que o autor escreve o livro (1936), o que está na ordem do dia e passa a ser o seu objeto é justamente um projeto de nação.

O termo América Portuguesa só passaria a ser utilizado com mais frequência a partir da produção historiográfica dos anos 90, sobretudo com Fernando Novais e Luís Felipe Alencastro.

Para estes autores o termo Brasil colonial é visto como um anacronismo já que o Brasil só se constitui como nação no século XIX com a independência e com a proclamação da República.

Voltando ao livro, neste segundo capítulo é ainda o personalismo que se apresenta no início das discussões. Seguindo o raciocínio do autor, o pioneirismo na conquista dos trópicos para a civilização europeia deve-se ao espírito de aventura que fez dos portugueses não apenas "os portadores efetivos

como os portadores naturais dessa missão<sup>76</sup>. De fato, talvez nenhum outro povo estivesse preparado, na ocasião da expansão comercial marítima, para lançar-se em busca de uma rota pouco usual, sobretudo em meio aos diversos mitos quinhentistas que povoavam as histórias que se contavam sobre o mar.

O autor ainda agrega outros elementos importantes no início deste capítulo, tal como o caráter aterritorial da colonização portuguesa na América. Diz, por exemplo, "essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica, fez-se antes com desleixo e certo abandono"<sup>77</sup>.

A colonização da América certamente não foi o primeiro negócio que os portugueses empreenderam por via marítima. O escopo do comércio português se inicia antes da aventura na América portuguesa, que será meramente agregada a um esquema previamente existente. Desse esquema português no Atlântico Sul, do qual a formação do Brasil decorrerá, nos dá notícias o livro *O Trato dos Viventes*<sup>78</sup>, de Luís Felipe Alencastro. Segundo este autor, no terreno político - militar, desde o tratado de Alcáçovas (1479), "o monarca português é considerado o único soberano da Madeira, dos Açores, do Marrocos, de Cabo Verde e de todas as terras a descobrir, isto é, de toda a África negra"<sup>79</sup>.

Portanto, antes da América, a África era o território por excelência dos interesses portugueses e como, segundo Alencastro, "global trader entre a Europa e as zonas mercantis [...] Portugal recolhe os triunfos territoriais e

---

<sup>76</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 43.

<sup>77</sup> Id.

<sup>78</sup> Alencastro, L. F. *O Trato dos Viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo – SP: Ed. Cia das letras. 2000.

<sup>79</sup> Ibid. Pág. 29.

econômicos que lhe permitem desempenhar um papel decisivo no negócio negreiro. E, no limite, fincar o pé no Atlântico Sul durante três séculos"<sup>80</sup>.

Segundo a interpretação de Alencastro, a formação do Brasil se dá na medida em que se ampliam os interesses dos portugueses no comércio negreiro no Atlântico Sul, germinando assim o seguinte esquema, uma "zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola"<sup>81</sup>.

Embora ainda baseado numa visão de espaço econômico - social bipolar das relações colônia - metrópole, considerada por Alencastro como uma visão incompleta, Sérgio Buarque de Holanda já assinalava para o fato de que a formação do Brasil dera-se fora do Brasil, ou seja, sem uma "vontade construtora" nem através de um "empreendimento metódico e racional".

Em 1942, Caio Prado Júnior no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, também analisa do seguinte modo o teor aventureiro da colonização Portuguesa na América, "a América com que toparam, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado"<sup>82</sup>.

Envolvidos com o lucrativo comércio no oriente, a idéia de povoar a América não ocorre inicialmente a nenhum povo europeu. Ao contrário, segundo Caio Prado Júnior, "é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio"<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Ibid. Pág. 30.

<sup>81</sup> Ibid. Pág. 09.

<sup>82</sup> Prado Jr. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo – SP: Publifolha. 2000. Pág. 11

<sup>83</sup> Ibid. Pág. 12.

Segundo Celso Furtado, no livro *Formação Econômica do Brasil*, as terras americanas realmente não interessaram ao espírito aventureiro dos portugueses, a descoberta "de início pareceu ser episódio secundário, e na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século"<sup>84</sup>.

Da expansão comercial ao início da empresa agrícola, o esforço de se iniciar uma ocupação efetiva do território brasileiro veio em consequência das pressões políticas exercidas sobre Portugal pelas demais nações européias. Nestas, o título de propriedade das terras da América só se efetivavam na medida em que essas terras fossem ocupadas.

Apenas a partir dessa condição que se desvia para as terras da América o interesse português e o consequente esforço de ocupa-las permanentemente.

Foi a possibilidade de se encontrar ouro em terras brasileiras que leva Portugal a um esforço relativamente grande por conserva-las, mesmo que para isso tivesse que, segundo Celso Furtado, "desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente"<sup>85</sup>. Somente a esperança de um verdadeiro "negócio da China" em terras ocidentais fez com que os Portugueses não se despojassem completamente de suas posses de além mar.

Para analisar esse caráter aterritorial e calcado no espírito aventureiro da colonização da América portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda se vale de um método próprio da sociologia alemã, que o havia influenciado muito durante os seus *Wanderjahre* alemães. Trata-se especificamente dos tipos ideais que o autor toma emprestado de Max Weber para criar a sua tipologia do trabalhador, do aventureiro e as suas éticas opostas.

---

<sup>84</sup> Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. Publifolha 2000. Pág. 03.

<sup>85</sup> *Ibid.* Pág. 04.

Segundo Antônio Cândido, é no capítulo de *Raízes do Brasil* intitulado “Trabalho & Aventura” que surge o caráter tipológico que basicamente circunda todo o livro. O autor utilizou-se de uma metodologia dos contrários na análise dessa tipologia de pares antitéticos representados pelo aventureiro e pelo trabalhador, na própria representatividade de suas éticas opostas, “uma, busca novas experiências, acomoda-se no provisório e prefere descobrir a consolidar, outra, estima a segurança e o esforço, aceitando as compensações a longo prazo”<sup>86</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda, ao suscitar esses dois tipos, o faz para chegar a um conceito que lhe permita a compreensão dos conjuntos sociais e dos homens que aqui chegaram e se constituíram e, para o autor, “é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades”<sup>87</sup>. Idiosincrasia esta, tanto do aventureiro como do trabalhador, muito bem sugerida por Sérgio Buarque de Holanda.

As éticas do trabalhador e do aventureiro, se elas não se opõem precisamente, há uma incompreensão radical entre ambas. O método de análise adotado em *Raízes do Brasil* se apodera da tensão que suscitam essas duas éticas que não se compreendem mutuamente e, por isso, movimentam um processo de formação da sociedade brasileira na medida em que, desta tensão, pode-se extrair uma síntese, um diálogo, uma superação.

O aventureiro, esse tipo social característico das nações ibéricas, e que a própria condição das grandes navegações predispunha, por sua característica

---

<sup>86</sup> Cândido, A. “O Significado de Raízes do Brasil”. In: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil* São Paulo – SP: Editora Companhia das letras. 1995. Pág. 21.

<sup>87</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 44

personalista, nos legou de herança toda a falta de racionalização da vida, que é fator característico das suas nações de origem. No Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?”<sup>88</sup>.

Uma outra característica peculiar desse espírito nas nações ibéricas e, posteriormente também no Brasil, é que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos [...] O tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que nos tempos modernos, encontrou uma de suas formas características nas ditaduras militares”<sup>89</sup>. Ditadura que até pouco tempo atrás, assombrava o povo brasileiro e deu lugar a uma democracia equivocada, onde o cidadão só tem direito ao voto.

Em contrapartida, a carência de ética do trabalho, ou da moral fundada no culto do trabalho é também algo que nos países ibéricos, sempre causou repulsa, ao contrário do utilitarismo e a exaltação do trabalho manual preconizada pela ética protestante. O que ambos, tanto espanhóis como lusitanos pensam é que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobiliante, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço manual e, de qualquer preocupação [...] as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antigüidade clássica [...] onde o ócio importa mais do que o negócio e

---

<sup>88</sup> Ibid. Pág. 46.

<sup>89</sup> Ibid. Pág. 38.

de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”<sup>90</sup>.

O tipo aventureiro é definido pelo autor com as seguintes características: "o objetivo final [...] assume relevância tão capital que chega a dispensar, por secundários, todos os processos intermediários"<sup>91</sup>. Os fins justificam os meios.

O tipo trabalhador é definido pelo autor com as seguintes características: "o trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante"<sup>92</sup>. Os meios justificam os fins.

Sérgio Buarque de Holanda apresenta ambos e acrescenta logo que "em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador, possuem existência real fora do mundo das idéias"<sup>93</sup>. Embora esse estratagema lhe servia para "situar e melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais"<sup>94</sup>.

Esta metodologia revela mais uma vez a força e a presença da sociologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda, um dos pontos cruciais a partir do qual os críticos e os comentadores da obra vão criticar o livro. O argumento é o de que por se tratar de utilizar uma metodologia própria da sociologia, o livro *Raízes do Brasil* não seria um livro de história por não dar conta de explicar historicamente o seu objeto.

Um texto que lança uma importante luz sobre esta experiência é o posfácio escrito por Evaldo Cabral de Mello, intitulado *Raízes do Brasil e*

---

<sup>90</sup> Ibid. Id.

<sup>91</sup> Ibid. Pág. 44.

<sup>92</sup> Ibid. Id.

<sup>93</sup> Ibid. Pág. 45.

<sup>94</sup> Ibid. Id.

*Depois*, que foi incorporado ao livro em edição de 1995. Neste texto o autor procura determinar o momento da passagem da interpretação de cunho sociológico do passado brasileiro em favor de uma análise de cunho eminentemente histórico.

Para Evaldo Cabral de Mello, a singularidade de *Raízes do Brasil* estaria justamente na oferta que o livro traz de uma reflexão sociológica sobre a formação brasileira. Na trajetória de Sérgio Buarque de Holanda, desde o crítico literário da semana de 22 até os seus grandes ensaios da maturidade - a saber: *Monções, Caminhos e Fronteiras, Visão do Paraíso* e *História Geral da Civilização Brasileira*, entre outros - haveria esse divisor de águas chamado *Raízes do Brasil*.

Para este autor, esta obra significaria, portanto, apenas uma ruptura, e o longo período (1936-1945) que separam *Raízes do Brasil* de *Monções*, seria apenas um período de mutação do sociólogo em historiador. Para Evaldo Cabral de Mello seria somente a partir do momento em que Sérgio Buarque de Holanda faz a passagem dos métodos sociológicos para os historiográficos é que a obra do autor ganha maturidade e relevância. Com *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda teria, segundo Evaldo, se dado conta "da insuficiência inerente à aplicação de esquemas sociológicos à realidade histórica"<sup>95</sup>.

Assim como em Sérgio Buarque de Holanda, Evaldo vê a carência da chamada "sociologia da formação brasileira" em outros autores da geração de 30, tais como Caio Prado Júnior, sobre o qual ele escreve: "uma sociologia da formação ou das formações regionais brasileiras não passará, no melhor dos

---

<sup>95</sup> Mello, E. C. "Raízes do Brasil e Depois". In: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1995. Pág. 190.

casos, como a *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, de uma aplicação hábil de uma teoria sociológica à realidade brasileira"<sup>96</sup>.

Haveria nessa "sociologia da formação brasileira", segundo Evaldo, mais ensaísmo do que sociologia, mais introspecção coletiva do que análise científica.

O que, portanto, do ponto de vista desse autor haveria permanecido na obra desses três grandes autores dos anos 30, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda é que embora etiquetados livros de sociologia, a originalidade e o rigor dessas obras residiriam não nos seus aspectos sociológicos, mas naquilo que tinham de história social.

No final do texto, Evaldo faz uma clara opção pelo discurso de corte historiográfico em detrimento do discurso de corte sociológico no esforço de compreensão da realidade brasileira. Tanto faz que, para ele, o que suscita o interesse permanente na obra desses três autores dos anos 30, é o que há nesses livros de história e não o que há neles de sociologia.

Mas se Sérgio Buarque de Holanda deu conta de empreender uma interpretação da história do Brasil utilizando-se do campo epistemológico da sociologia weberiana ou não, o fato é que a partir dessa tipologia o autor vai tecendo a teia de sua interpretação, onde o tipo aventureiro vai ganhar uma posição de destaque, chegando a figurar como o "elemento orquestrador por excelência" no processo de adaptação dos adventícios em meio as nossas adversidades "climatéricas e mesológicas".

---

<sup>96</sup> Ibid. Id.

Podemos pensar, a partir desse pressuposto, na originalidade da colonização e do povoamento da América portuguesa, que não "encontrou segundo exemplo na história".

É Caio Prado Júnior, no já citado *Formação do Brasil Contemporâneo*, quem distingue com maior precisão as colônias de povoamento, típicas na América do Norte, das colônias de exploração típica dos trópicos.

Diversamente das colônias do Norte, nos trópicos o europeu não vinha disposto "a pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam por ele"<sup>97</sup>.

Mas Sérgio Buarque de Holanda já expunha o caráter exploratório da colonização dos trópicos, urgido de acordo com as conveniências da produção e do mercado europeu. E acrescentava que foi somente a propósito de "não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para o seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário"<sup>98</sup>. Produto este, a cana – de - açúcar.

Foi a propósito da exploração da cana - de - açúcar que aos portugueses caberá a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo para a exploração dos trópicos, ou seja, a exploração latifundiária e monocultora.

---

<sup>97</sup> Prado Jr. C. *Op. Cit.* Pág. 17.

<sup>98</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 47.

A união de dois elementos, tais como a lavoura altamente lucrativa de cana - de - açúcar e a boa qualidade e a abundância de terras férteis no nordeste brasileiro, vai gerar o modelo das grandes propriedades rurais no Brasil.

A esses dois elementos um outro se agregaria mais tarde, que era resolver o problema do trabalho. A introdução do trabalho de escravos africanos equacionou o problema e mais do que isso lançou água no moinho dos portugueses, que como vimos com Alencastro, era o tráfico negreiro a sua maior especialidade.

Se essa produção era orientada, sobretudo, para o mercado externo, de modo que prevaleciam critérios meramente quantitativos, não teria sido uma civilização tipicamente agrícola esta implantada pelos portugueses. E não o foi, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe a América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse imigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza"<sup>99</sup>.

Em texto recente, Maria Odila Leite da Silva Dias comenta que esse modo de Sérgio Buarque de Holanda de entender a agricultura "que ficava subordinada à ação perdulária e devastadora, assemelhando-se em muito às atividades de exploração do ouro"<sup>100</sup>, contrapunha-se à visão recorrente em sua época.

---

<sup>99</sup> Ibid. Pág. 49.

<sup>100</sup> Dias, M. O. L. S. "Negação das negações". In: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Aguilar. 2000. Pág. 906.

O autor contradizia e ia de encontro, por exemplo, a tese de Oliveira Viana sobre as raízes americanas da grande propriedade agrícola, que segundo Maria Odila eram "amplamente aceitas nos meios intelectuais da época"<sup>101</sup>.

Não foi uma civilização agrícola a implantada pelos portugueses nos trópicos porque o princípio que norteará a produção agrária não deixou de prevalecer ao longo dos séculos. Servia-se da terra, segundo Sérgio Buarque de Holanda "não como colonos, mas como usufrutuários"<sup>102</sup>.

O autor expõe dois fatores decisivos na formação da sociedade brasileira: a primeira delas o regime de trabalho escravo e a segunda a hipertrofia da lavoura e dos latifúndios.

A conseqüência principal do predomínio desses dois fatores se revela, sobretudo, na estrutura econômica da colônia, por meio da, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "ausência de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras"<sup>103</sup>, o que nos legará um caráter pré - capitalista.

Desse modo, o cultivo de grêmios e ofícios, tão comuns na América espanhola, tais como os de sapateiros, curtidores, ferreiros, barbeiros, fundidores, etc, na América Portuguesa sempre teve suas iniciativas perturbadas pela preponderância do trabalho escravo, da indústria caseira, entavando o comércio nas vilas e cidades.

Em resumo, poderíamos dizer que o sucesso enorme do tipo de colonização portuguesa, só foi possível pela plasticidade social destes. Moldando-se às adversidades e asperezas do meio com a consistência do couro,

---

<sup>101</sup> Ibid. Id.

<sup>102</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 52.

<sup>103</sup> Ibid. Pág. 57.

ou seja, assimilando aquilo que lhes pudesse auxiliar em sua empresa comercial e abrindo mão daquilo que pudesse atrapalha-los na exploração dos trópicos.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, neste caso, a fraqueza dos portugueses foi exatamente a sua força. Venceram porque nunca lhes havia passado pelo pensamento implantar uma colônia de povoamento.

Ao contrário dos portugueses, se a tentativa holandesa de colonização dos trópicos fracassou, foi pelo fato de não ser a cultura holandesa tão plástica como a dos portugueses, ou seja, o racionalismo, o metodismo e a capacidade de trabalho e coesão social com que implantaram a sua experiência, foram os motivos de sua dificuldade de adaptação.

Outro aspecto contrastante do tipo de colonização holandesa para a portuguesa é o caráter cosmopolita e predominantemente urbano da primeira e o caráter predominantemente rural da segunda.

O progresso urbano da cidade do Recife onde os holandeses se instalaram, por exemplo, era ocorrência nova na vida brasileira, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana vivia por si"<sup>104</sup>

Portanto, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o insucesso da experiência holandesa no Brasil foi a incompatibilidade do tipo de colonização de povoamento que quiseram erigir por aqui com a tônica da colonização de exploração que, antes deles, já haviam instalado os portugueses.

---

<sup>104</sup> Ibid. Pág. 63.

Os portugueses, estes sim, "americanizavam-se ou africanizavam-se conforme fosse preciso"<sup>105</sup>, por isso obtiveram maior sucesso no processo de exploração da colônia.

O autor encerra este segundo capítulo com um apêndice onde discute a persistência da lavoura do tipo predatório ao longo de todo o período da lavoura no Brasil.

---

<sup>105</sup> Ibid. Pág. 64.

## AS IDÉIAS FORA DO LUGAR

No terceiro capítulo do livro *Raízes do Brasil* intitulado "Herança Rural", o autor discute os seguintes temas: A abolição: marco divisório entre duas épocas; incompatibilidade do trabalho escravo com a civilização burguesa e o capitalismo moderno; da lei Eusébio à crise de 64; o caso Mauá; patriarcalismo e espírito de facção; causas da posição suprema conferida as virtudes da imaginação e da inteligência; Cairú e suas idéias; decoro aristocrático; ditadura dos domínios agrários; contraste entre a pujança das terras de lavoura e a mesquinhez das cidades na era colonial.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, fora aquela experiência de colonização frustrada dos holandeses, que tinha caráter definidamente urbano, "toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar este fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada a nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje"<sup>106</sup>.

O autor sustenta que se não foi uma civilização agrícola a que os portugueses instauraram no Brasil, foi ao menos, uma civilização de raízes acentuadamente rurais, "é efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação"<sup>107</sup>.

As cidades haviam permanecido durante esses séculos como meras dependências do meio rural, vindo a se emanciparem muito tempo depois e mesmo assim, como analisaremos neste capítulo, carregando consigo um forte ranço rural impregnado.

---

<sup>106</sup> Ibid. Pág. 73.

<sup>107</sup> Ibid. Id.

O tempo preciso no qual o processo de emancipação das cidades se inicia será apontado com exatidão pelo autor, sem exageros, como sendo o ano de 1888. Os anos posteriores à abolição da escravatura representam verdadeiros, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "marcos divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável"<sup>108</sup>.

A data da abolição (1888), assinalada pelo autor com significado "singular e incomparável", marca definitivamente um momento em que a sociedade brasileira sinalizava para um período de mudanças radicais. Mudanças captadas pelo autor como a inevitável passagem da vida rural, caracterizada pelo escravismo, para a vida urbana e conseqüentemente a dissolução de toda a velha ordem colonial.

Os acontecimentos de 1822, portanto, não representam para Sérgio Buarque de Holanda nenhuma ruptura, posto que, as revoltas e revoluções populares não haviam conseguido alcançar os seus objetivos. Não haviam conseguido, por exemplo, provocar a abolição do trabalho escravo, proclamar a República e nem estabelecer garantias democráticas.

Uma vez derrotados esses movimentos comprometidos com a república e com a democracia, segundo Ianni, aos poucos "o manto monárquico recobriu muitas inquietações e desigualdades"<sup>109</sup>.

O que havia realmente prevalecido após a independência era o passado, segundo Ianni "a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o

---

<sup>108</sup> Ibid. Pág. 75.

<sup>109</sup> Ianni, O. Op. Cit. Pág. 13

conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, do lusitanismo"<sup>110</sup>.

Prevaleceram porque em verdade, nunca existiu um pensamento político genuinamente brasileiro que partisse da realidade local. O pensamento político brasileiro, segundo Raymundo Faoro, é na sua origem o pensamento político português, e a conquista da colônia nada mais faz do que prolongar a metrópole. Um pensamento político brasileiro deveria surgir, portanto, “num quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar”<sup>111</sup>; não como foi usado no Brasil, onde prevaleceram desde sempre a cópia, a imitação e a importação dos paradigmas e modelos culturais da metrópole.

Sérgio Buarque de Holanda via da seguinte forma esse espírito de permanência instaurado após 1822: “na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas [...] que monopolizavam a política, elegendo-se e dominando os parlamentos, os ministérios [...] e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio”<sup>112</sup>.

O momento e o processo de junção de duas perspectivas acerca de um pensamento político autônomo e dinamicamente centrado no país, será sem dúvidas a Independência. Mas de que natureza teria sido esta transação?. Segundo Raymundo Faoro, a independência “consagrou a ideologia liberal, preparada pela filosofia política, ou foi uma mera contemporização, uma conciliação, que conserva o antigo com verniz novo?”<sup>113</sup>. Na mistura desses

---

<sup>110</sup> Ibid. Pág. 14.

<sup>111</sup> Faoro, R. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1994. Pág. 07.

<sup>112</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 73.

<sup>113</sup> Faoro, R. *Op. Cit.* Pág. 52

dois liberalismos, qual prevalecerá, “o da transação, expresso na dissolução da Constituinte de 1823 e na Constituição de 1824, ou o outro, que ficaria submerso e irrealizado, quando sua realização era a condição necessária para a superação do passado?”<sup>114</sup>.

Mesmo em meio a esse tradicionalismo incontestável que permanece após 1822, em alguns momentos inclinações antitradicionalistas empreenderam alguns dos mais importantes movimentos liberais de nossa história. Mesmo depois de inaugurado o regime republicano nunca o país teria sido envolvido, segundo o autor, por exemplo, por uma febre de transformações tão intensas como as que ocorreram entre os anos de 1850 e 1855.

Entre os principais acontecimentos estão: em 1851 o movimento regular de constituição de sociedades anônimas e a fundação do segundo Banco do Brasil; em 1852 inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro; em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário; em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país, ligando o porto de Mauá à estação do Fragoso; em 1855 começa a construção da segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo.

A partir de 1850 deu-se o início da longa passagem à urbanização, à cultura das cidades. Mas somente a partir de 1888 que as cidades começam a predominar. O fim do tráfico negreiro em 1850 faz com que o montante financeiro antes envolvido com esse comércio imigre para o campo especulativo.

---

<sup>114</sup> Ibid. Id

Para Sérgio Buarque de Holanda, a partir desse avanço das cidades sobre o campo, abre-se um novo mundo, mesmo que ainda não totalmente divorciado da tradição. Mas nesse período estariam em curso as raízes da revolução brasileira.

Nesse momento a vida rural tradicional sofreria a pressão da mudança e o Brasil, desse modo, segundo Reis, "se dividiu em dois mundos que se hostilizavam cada vez mais, duas mentalidades que se opunham como ao racional, o tradicional, como ao abstrato e cosmopolita citadino, o regional e paroquial"<sup>115</sup>.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, pode-se dizer que "o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração perdulária das terras de lavoura"<sup>116</sup>.

Não teria sido mera coincidência, nos diz o autor, que esse período de excepcional vitalidade, nos meados do século XIX, nos negócios em proveito de especuladores sem raízes rurais tenha ocorrido nos anos que se seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a abolição da escravidão, ou seja, a lei Eusébio de Queiroz e a supressão do tráfico negreiro, base de toda a riqueza acumulada até então.

É analisando o terceiro capítulo de *Raízes do Brasil* que o objeto da nossa pesquisa começa a se delinear com mais precisão, mesmo porque é a partir desse momento também que o autor passa a expor o seu projeto social.

---

<sup>115</sup> Reis, J. C. *Sergio Buarque de Holanda: a recusa das raízes ibéricas*. Revista Tempos Históricos. Nº 01. V. 01. Março de 1999. Pág. 230.

<sup>116</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 74.

Veremos como o projeto de modernização brasileira, no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda, está intimamente relacionado com a idéia, que se torna quase uma obsessão para o autor, de que a expansão das cidades e o conseqüente domínio do modo de vida citadino sobre o rural são condições vitais de nossa modernização.

Neste percurso de valorização da vida urbana em detrimento da vida rural, o autor está certamente influenciado por suas leituras alemãs. Aqui, embora o autor não cite no texto, talvez seja ao Georg Simmel de *A metrópole e vida mental*, publicado pela primeira vez em 1902, que o nosso autor recorre.

São muito próximos o estilo e as idéias com as quais Georg Simmel e posteriormente Sérgio Buarque de Holanda entendem a oposição entre vida urbana e vida rural.

Para Simmel "com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural [...] a metrópole extrai do homem uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo de vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torne compreensível - enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais"<sup>117</sup>.

E não seria este um dos objetos de análise centrais de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*?. Ou seja, a passagem da vida rural para a vida

---

<sup>117</sup> Simmel, G. *The metropolis and mental life*. Glencoe, Illinois: The Free Press. 1950. Pág. 14.

urbana como uma revolução lenta, porém inexorável, em direção a supressão das nossas raízes ibéricas.

Como um dos importantes autores lidos por Sérgio Buarque de Holanda em seus anos de amadurecimento intelectual na Alemanha em 1929<sup>118</sup>, certamente este texto de Georg Simmel está no arcabouço de *Raízes do Brasil*, assim como Meinecke<sup>119</sup>, Weber<sup>120</sup> e até mesmo Nietzsche<sup>121</sup>, os dois últimos citados textualmente.

Mas o prenúncio dessa passagem do rural para o urbano não se fez sem obstáculos levantados pelo conservadorismo. A fundação do Banco do Brasil em 1851, reorganizado por Mauá, procurava redirecionar o montante de dinheiro resultante da cessação do negócio negreiro, para os negócios que envolviam o comércio de exportação. A facilidade com que se conseguia os créditos gerou uma grande perspectiva de prosperidade financeira, agora uma riqueza fundada nas especulações financeiras, mais voláteis e por isso mesmo um negócio de alto risco.

O simples fato da subvenção bancária aos negócios de exportação, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "constituía singular novidade em terra onde a idéia de propriedade estava vinculada à da posse de bens mais concretos,

---

<sup>118</sup> Segundo Antônio Cândido "os alemães [...] valorizaram também esses estudos arrojados que fundem as particularidades e transfiguram as contradições do real por meio da visão. O entendimento que resulta é global e se pretende exemplar. Para atingi-lo o autor, por mais minuciosamente informado e documentado que esteja, não hesita em dar saltos qualitativos quase mortais, como os de Spitzer, quando extrapola a partir do traço do estilo, ou os de Simmel, quando define tipos sociais ambíguos : o pobre, o estrangeiro, o nobre. O conhecimento obtido assim é ao mesmo tempo afastado do dado empírico e incrivelmente revelador, porque permite ver um nível onde a compreensão é forma quase misteriosa de penetrar no objeto estudado. Além de outros, o defeito fundamental deste método é que só quem tem genialidade pode usa-lo bem". Cf. Candido, A. *Sérgio em Berlim e Depois*. CEBRAP. São Paulo - SP. Nº 03. V. 01. 01 de Julho de 1982. Pág. 123-126.

<sup>119</sup> Com quem Sérgio fez um curso em 1929 na Universidade de Berlim.

<sup>120</sup> Citado em várias páginas de *Raízes do Brasil*. Cf. Págs. 13, 17, 90, 95, 146, 198, 199, 202, 204 e 205.

<sup>121</sup> Citado nas páginas 147 e 203.

e ao mesmo tempo menos impessoais do que um bilhete de banco ou uma ação de companhia"<sup>122</sup>.

Mas ao otimismo daqueles que sob o regime da ilimitada liberdade de crédito alcançavam riquezas rápidas, correspondia a perplexidade e o descontentamento dos fazendeiros atingidos pelas conseqüências da cessação do tráfico negreiro.

Em São Paulo, por exemplo, chegou a se falar em socialismo a propósito da criação de um Banco Rural e Hipotecário. Nos Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo do ano de 1874, na página 225, encontra-se o seguinte comentário de um parlamentar, a respeito da iniciativa de criação do Banco colhido por Sérgio Buarque de Holanda, "os socialistas sendo inimigos capitais das propriedades imóveis, se lembraram disto como meio de converterem essas propriedades em capitais"<sup>123</sup>.

Outro exemplo clássico é o Joaquim Nabuco do livro *Um Estadista no Império*, onde podemos encontrar um expressivo desabafo do espírito conservador diante dos novos costumes citadinos, acarretados pela febre das especulações. Na página 188 deste livro lê-se "antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado do nosso escravo feliz"<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 77.

<sup>123</sup> Ibid. Id.

<sup>124</sup> *apud.* Holanda. S. B. *Op. Cit.* Pág. 78.

Com essa resistência que se levanta contra as transformações implantadas pelo mundo citadino, Sérgio Buarque de Holanda sentencia que "enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas"<sup>125</sup>.

A crise de 1864, desencadeada pela Lei Ferraz de 22 de agosto de 1860, se constitui como um apelo à realidade. As idéias por aqui estavam "fora do lugar"<sup>126</sup> e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "essa crise foi o desfecho normal de uma situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa"<sup>127</sup>.

O malogro da iniciativa comercial de Mauá é indicio eloqüente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e o personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares de outro.

Por isso, para Sérgio Buarque de Holanda não é possível falar em transformações radicais, embora elas já tivessem apontado no horizonte, num período em que os setores retrógrados da sociedade brasileira resistiram e buscaram um equilíbrio com o panorama emergente. O patriarcalismo e o

---

<sup>125</sup> Ibid. Id.

<sup>126</sup> Roberto Schwarz, contextualizando a obra de Machado de Assis, coloca a questão da ambivalência ideológica das elites brasileira nos seguintes termos : "Estas se queriam parte do ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), se prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente ( a infração)." Cf. Schwarz, R. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Coleção Espírito crítico. São Paulo – SP: Editora 34 e Livraria Duas Cidades. 2000. Pág. 42.

<sup>127</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 79.

personalismo, como bem nos mostra o autor, ainda estavam vigentes e as cidades se contaminaram com a vida tradicional.

Outro exemplo claro desse espírito de permanência se expressa na organização dos partidos políticos que, segundo Reis, "eram vistos como famílias políticas, onde vínculos afetivos e pessoais, uniam chefes e demais membros"<sup>128</sup>.

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terra não sofria nenhum tipo de réplica e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo"<sup>129</sup>.

Desse modo, toda uma burguesia que se instala nas cidades, que por um momento ensaia romper com a ordem tradicional, ainda mantém atitudes peculiares do patriarcado rural.

Para o autor, o predomínio do ruralismo é uma das permanências negativas da colonização portuguesa, já que em todo lugar, como na América espanhola, por exemplo, é o contrário o que ocorre: o campo é que depende das cidades.

O fato de a colonização portuguesa ter sido diferente não se deve a uma mera imposição do meio, que não agiu como força centrífuga, mas sim, ao próprio estilo português de colonizar, cedendo as conveniências, sem planejar ou construir. Esse aspecto será analisado por Sérgio Buarque de Holanda no capítulo quarto de *Raízes do Brasil* intitulado "Semeadores e Ladrilheiros".

---

<sup>128</sup> Reis, J. J. *Op. Cit.* Pág. 230.

<sup>129</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 80.

O predomínio esmagador do ruralismo custará caro para a organização social do país, por que dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi a esfera da vida doméstica que menos acessível se mostrou às forças corrosivas que a atacavam de todos os lados pelo modo de vida impessoal das cidades.

Para o autor, "o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que a sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública [...] o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família"<sup>130</sup>.

Esse rígido paternalismo, expresso na vida pública brasileira, era tudo o que poderia haver de oposto às idéias da França revolucionária e até mesmo dos próprios princípios que nortearam a independência do Estado Norte americano e a fundação e constituição de sua República.

Para Sérgio Buarque de Holanda, tanto tradicionalistas como iconoclastas se movem na mesma órbita de idéias. A própria revolução pernambucana de 1817, tingida de "idéias francesas", "foi em grande parte, uma reedição da luta secular do natural da terra contra os adventícios, do senhor de engenho contra o mascate"<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> Ibid. Pág. 81.

<sup>131</sup> Ibid. Pág. 86.

Raymundo Faoro, em artigo recente<sup>132</sup>, analisa o caráter de analista das instituições brasileiras presente no Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil* e posteriormente em *Do Império à República*.

Para este autor o ponto de partida de *Raízes do Brasil* concentra-se na formação da vida social brasileira nos domínios rurais, em cuja direção predomina a família patriarcal, segundo Faoro, "família entendida no sentido amplo que abrange dependentes de sangue, de compadrio e de subordinação econômica"<sup>133</sup>.

O objetivo de Sérgio Buarque de Holanda, como analista das instituições políticas, seria o de pensar o elo de continuidade, desde o Brasil colonial e o Brasil do Segundo Reinado, que partirá do patriarcalismo e, por obra deste lastro, culminará na enfermidade da ordem política, da qual até hoje padecem nossas instituições.

---

<sup>132</sup> Faoro, R. "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In: Candido, A. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Fundação Editora Perseu Abramo. 1998. Pág. 59 - 70.

<sup>133</sup> Faoro, R. *Op. Cit.* Pág. 59.

## A PERSISTÊNCIA DO PASSADO AGRÁRIO

No quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, construindo o fio da meada do seu raciocínio, Sérgio Buarque de Holanda vai empreender uma análise comparativa da colonização na América portuguesa e na América espanhola.

Os seguintes temas são anunciados: a fundação das cidades como instrumento de dominação; zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da linha reta; marinha e interior; a rotina contra a razão abstrata; o espírito de expansão portuguesa; a nobreza nova do Quinhentos; o realismo lusitano; o papel da igreja.

Para o autor as diferenças no trato urbanístico na fundação das cidades portuguesas e espanholas na América, revelam ou afirmam à sua tese de que no Brasil nunca houve um projeto social, por parte dos portugueses, com o intuito de construir uma nação.

A característica principal da dominação portuguesa, como vimos até aqui, é a primazia acentuada da vida rural sobre a vida urbana. Assim sendo, este tipo de dominação sempre, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, cederam todas as vezes que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão".<sup>134</sup>

Mais uma vez o autor vai recorrer ao pensamento de Max Weber para melhor conceituar o seu objeto. Partindo do mesmo método que Weber utiliza para determinar que a fundação de cidades era um instrumento de dominação, sobretudo no mundo Helenístico e para a Roma Imperial, Sérgio Buarque de

---

<sup>134</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 95

Holanda vai analisar as diferentes medidas tomadas por portugueses e espanhóis no que se refere à implantação das cidades.

As cidades desde sempre, segundo Weber<sup>135</sup>, se constituíram num meio específico de criação de órgãos locais de poder e não teria sido de outra forma que os povos antigos usaram de semelhante recurso, o mais duradouro e eficiente.

A diferença entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola pode ser compreendida também nesse sentido, ou seja, interessava à colonização espanhola, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados"<sup>136</sup>. Comparado com os espanhóis, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter unicamente de exploração comercial.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, num primeiro momento as colonizações portuguesas e espanholas se iniciam da mesma forma, ou seja, concedendo ampla liberdade ao esforço individual, a fim de que, por meio de façanhas memoráveis tratasse de incorporar novas terras às Coroas. Aqui terminam as semelhanças, porque logo após, na colonização espanhola "a mão forte do Estado faz sentir seu peso", impondo a sua disciplina para os novos e para os velhos habitantes da terra.

De início, os próprios traçados urbanos nos dão conta dessa disciplina imposta pelo Estado espanhol aos rumos de sua colonização, onde, segundo

---

<sup>135</sup> Sérgio Buarque de Holanda o cita na versão original em Alemão: Weber, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*, II. Tübingen, 1925.

<sup>136</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 95-96.

Sérgio Buarque de Holanda, "o traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação"<sup>137</sup>, ou seja, a de ordenar e dominar o mundo conquistado.

Antes a implantação da vontade humana, onde as ruas não se deixam levar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo, mas pelo contrario, impõe-lhes antes o acento voluntário da linha reta, a fim de vencer as fantasias caprichosas da paisagem agreste<sup>138</sup>.

Nas cidades espanholas, segundo Sérgio Buarque de Holanda, não é por acaso que impera as primeiras cidades abstratas que edificaram os europeus em continente americano.

Ainda no plano das cidades hispano-americanas, o que se percebe é a idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "a história não somente acontece, mas também pode ser dirigida e até fabricada"<sup>139</sup>.

Esse tipo de pensamento alcança a seguinte expressão: a de que os espanhóis, ao contrário dos portugueses, querem fazer do país ocupado, além de algo mais do que simples feitorias comerciais, um prolongamento orgânico do seu próprio país.

Um exemplo que nos ilustra a faceta criadora que anima a colonização espanhola na América são as nada menos que 23 universidades implantadas nas diversas possessões de Castela.

---

<sup>137</sup> Ibid. Pág. 96.

<sup>138</sup> No Brasil um empreendimento desse gênero só ocorrerá por ocasião da construção de Brasília nos anos 1950, onde encontramos nos projetos de Lúcio Costa e Oscar Niemayer, além da crítica de Mário Pedrosa "o ideólogo de Brasília", um projeto arquitetônico que visava a modernização brasileira por meio da imposição de um planejamento racional de organização urbana. Sobre este tema Cf. Arantes, O. B. F. *Mário Pedrosa, itinerário crítico*. Ed. Scritta. São Paulo – SP. 1991 e Cf. Santos, J. H. "Condenados ao Moderno". *Revista Memória e Vida Social*. Assis – SP. 1999.

<sup>139</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 98.

Entre elas, poderíamos citar as de São Domingos de 1538 e a de São Marcos em Lima que é de 1551, ou seja, 20 anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro.

É indiscutível, portanto, que o trabalho de colonização espanhola difere da colonização portuguesa, onde "a colônia é simples lugar de passagem". Além disso, uma outra característica é de fundamental importância para se entender que os objetivos da colonização portuguesa eram meramente voltados para a exploração comercial, por isso o seu caráter litorâneo e tropical, o que lhe facilitava os negócios, enquanto que a colonização espanhola preferiu voltar-se para as terras do interior e para os planaltos.

As terras do interior não interessaram imediatamente os portugueses, pois era o próprio regimento de Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, que impunha toda a dificuldade às entradas. Neste regimento lê-se que é expressamente proibida a ida de uma terra à outra sem as devidas autorizações e licenças especiais concedidas pelo governo e pelo provedor - mor da fazenda real.

Apegara-se tanto ao litoral os portugueses, que uma das medidas tomadas para conter a população no litoral eram as doações de capitânicas próximas ao mar, onde os donatários, ali sim, pudessem construir quantas vilas quisessem.

A fundação de vilas no litoral tinha como objetivo a mera produção de gênero tropical para exportação, porque, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se facilmente à Europa e

que os do sertão, pelo contrário, demoravam a chegar aos portos e quando chegavam eram demasiadas as despesas"<sup>140</sup>.

A preponderância da colonização de tipo litorânea se faz, portanto, em detrimento das povoações que se fixaram no sertão adentro. Embora não se desfizessem por completo os vínculos com a metrópole européia, essas povoações interioranas viviam num certo estado de abandono.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, não será "mero acaso que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno, se verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contato com Portugal"<sup>141</sup>.

É somente a partir do terceiro século de domínio português que se inicia um processo de entrada para o interior do continente. Não porque os negócios na faixa litorânea haviam escasseado, mas sim, por causa do descobrimento do ouro nas Minas Gerais.

Mesmo essa migração fez-se a despeito de ferozes obstruções artificialmente instituídas pelo governo. Se antes as terras do sertão não interessavam, agora as proibições decorriam do exclusivo imposto pela metrópole no negócio do ouro.

As determinações régias proibindo o acesso às terras do sertão tomaram tamanha proporção a ponto de em 1720, proibir-se até mesmo a vinda de navios com passageiros provenientes da metrópole.

Então, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "e só então, é que Portugal delibera intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão

---

<sup>140</sup> Ibid. Pág. 101.

<sup>141</sup> Ibid. Pág. 101-102.

ultramarina, mas para usar de uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que a absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito"<sup>142</sup>. Não fosse a circunstância da descoberta das minas, veríamos, certamente, prevalecer até o fim o recurso fácil à colonização litorânea.

Definitivamente, a fisionomia da colonização portuguesa é mercantil e expressa-se, primeiro, no sistema de povoação litorânea e ao alcance dos portos de embarque e, segundo, no desequilíbrio entre o esplendor rural e a miséria urbana.

Dois testemunhos do século XVI lançam luz sobre esta situação, o primeiro uma carta de 1552 onde o padre Manoel da Nóbrega exclama "de quantos lá vieram, nenhum tem amor à terra [...] todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja a custa da terra, porque esperam de se ir"<sup>143</sup>; o segundo do frei Vicente do Salvador, que escrevendo em meados do século seguinte queixa-se de ter vivido os portugueses até então "arranhando as costas como caranguejos"<sup>144</sup>.

Mesmo em seus melhores momentos, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização"<sup>145</sup>. Nunca interessou aos portugueses, na verdade, levar a cabo grandes obras, salvo quando, essas obras fossem acarretar benefícios imediatos, sem que se tivesse que despender de valores que pudessem causar prejuízo para a metrópole.

---

<sup>142</sup> Ibid. Pág. 103.

<sup>143</sup> *Apud* Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 106.

<sup>144</sup> Ibid. Id.

<sup>145</sup> Ibid. Pág. 107.

A adoção desse preceito mercantilista torna-se evidente nas proibições por parte da metrópole de qualquer forma de produção de artigos que competissem com os do reino.

Um alvará de 5 de janeiro de 1785 determinava que "se mandava extinguir todas as manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã porventura existentes em território brasileiro"<sup>146</sup>. O temor da metrópole neste caso é evidente, ou seja, o de que se houverem as tais manufaturas "ficarão os ditos habitantes totalmente independentes de sua capital dominante"<sup>147</sup>.

Neste capítulo, em síntese, o que está mais uma vez em jogo é a caracterização que o autor vai procurar fazer da chamada mentalidade ibérica. Aqui, no entanto há um diferencial, qual seja, a de que se nos primeiros capítulos essa entidade é genérica, ou seja, a península é vista como um todo, neste capítulo já são duas as disposições cuja especificação, que nos faz perceber que no andamento do livro, caminham do geral para o particular.

Na colonização portuguesa nota-se um completo pragmatismo, para o qual não há, a rigor, nenhuma inclinação para subordinar a vida à normas regulares e abstratas e, na colonização espanhola que se mostra do lado oposto, ou seja, revelando um certo idealismo.

Ao longo do livro *Raízes do Brasil*, o autor promove vários desdobramentos dessa idéia de mentalidade ibérica, cuja caracterização ou descaracterização se constitui como um dos problemas definitivos do livro.

Esse espírito chamado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* de mentalidade ibérica, pode ser considerado, segundo Otto Maria

---

<sup>146</sup> *Apud* Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 107.

<sup>147</sup> *Ibid.* Pág. 108.

Carpeaux<sup>148</sup>, um quadro perfeito da sociedade barroca. Segundo Carpeaux, "dita barroca, a mentalidade ibérica, fundadora das sociedades e das culturas ibero-americanas, criou a tradição americana como uma ilha barroca no continente da civilização ocidental, e nessa ilha sobrevivem, entre os arranha - céus da economia capitalista e da sociedade moderna, os traços inconfundíveis da sociedade e do espírito barrocos"<sup>149</sup>.

Como semeadores que foram os portugueses, nesses jamais o traço geométrico pode alcançar maior importância, o esquema retangular só surgiu ainda que em esboço e mesmo assim "quando encontrava poucos empecilhos naturais". Na cidade do Rio de Janeiro, quando esta se tornou, já no final do século XIX e já proclamada a República, a capital do arrivismo onde, segundo Sevcenko, "são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade [...] a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins"<sup>150</sup>.

Mas, durante o período colonial, foi se dúvidas, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "a rotina e não a razão abstrata o princípio que norteou os portugueses [...] preferiram agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim [...] a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária"<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> Carpeaux, O. M. "Tradições americanas". In: *Origens e fins*. Rio de Janeiro – RJ: Casa do Estudante. 1943. Pág. 384.

<sup>149</sup> Apud. Gomes Jr. G. S. *Palavras peregrinas: idéias barrocas e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo - SP. 1996.

<sup>150</sup> Sevcenko, N. *Literatura como Missão*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1983. Pág. 30.

<sup>151</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 109.

As cidades que os portugueses construíram na América não são produção de trabalho organizado e sistematizado, isso porque não chega a contradizer, em nenhum momento, o quadro da natureza. Nenhum rigor, nenhum método e nenhuma providência fizeram com que a silhueta das cidades se enlaçasse simplesmente na linha da paisagem local, na sua topografia.

Na primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936) este quarto capítulo "Semeadores e Ladrilhadores" chamava-se "O passado agrário (continuação)", tendo sido lapidado e acrescido de notas a partir da segunda edição de 1947, assim como o capítulo precedente, intitulado "Herança Rural" que na primeira edição chamava-se "O passado Agrário".

É significativo o título original da primeira edição, pois nos revela a imperiosa necessidade que o autor vê na passagem da vida rural para a vida urbana como condição de superação de nossas heranças ibéricas.

Encerrando o capítulo o autor conclui mais uma vez que a finalidade da colonização portuguesa é mercantil e a sua organização social meramente produtora. Não havia, portanto, nenhuma força autônoma, segundo Maria Odila, "capaz de criar uma consciência nacional e um desenvolvimento revolucionário apto a reorganizar a sociedade e a constituí-la em nação"<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> Dias, M. O. L. S. "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In: Mota, C. G. (org.) *1822 : Dimensões*. São Paulo – SP: Ed. Perspectiva. 1972. Pág. 161.

## O HOMEM CORDIAL

O livro *Raízes do Brasil* surge em meio às várias possibilidades de se compreender a sociedade brasileira e o seu objetivo mais explícito seria o de investigar até que ponto ainda estaria vigorando, no ambiente social e político da década de 1930, padrões de convivência social legados pela herança da civilização ibérica.

No quinto capítulo do livro se anunciam os seguintes temas: Antígona e Creonte; pedagogia moderna e as virtudes antifamiliares; patrimonialismo; o homem cordial; aversão aos ritualismos: como se manifesta ela na vida social, na linguagem, nos negócios; a religião e a exaltação dos valores cordiais.

É em torno deste capítulo do livro intitulado "O Homem Cordial", que surgem as principais polêmicas logo após a sua publicação. Mas é nele que Sérgio Buarque de Holanda expõe as mazelas que a herança do patriarcalismo e do ruralismo legaram na formação do Estado brasileiro e os entraves para o desenvolvimento de nossa sociedade moderna.

Nos anos 1930, com 40 milhões de habitantes, mais de 65% da população brasileira ainda vivia nos domínios rurais. Somente a partir dos anos 1940 e 1950, que esse quadro se inverte e a maioria da população brasileira passa a habitar os centros urbanos, embora a exportação de gêneros agrícolas ainda tenha permanecido como o forte de nossa economia.

Com estas estatísticas demográficas, torna-se para nós compreensível a urgência que Sérgio Buarque de Holanda vê na superação das raízes ibéricas, sobretudo o ruralismo, mas também os seus congêneres, o patriarcalismo, o personalismo e a cordialidade.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o que haveria de mais característico na permanência da cultura ibérica é a "cultura da personalidade" ou o personalismo, segundo Avelino Filho, "uma espécie de individualismo radical que produz uma situação de luta e competição constantes na busca de auto - superação e acréscimo de prestígio pessoal"<sup>153</sup>.

Junto a esse personalismo, outra característica própria da herança ibérica, como vimos, é o predomínio incontestado do rural sobre o urbano. A relativa inexistência de vida urbana intensa no Brasil consolidou os meios rurais como unidades autônomas e auto - suficientes. O que caracterizava o domínio rural eram as relações familiares, que segundo Sérgio Buarque de Holanda, foi um dos pilares mais rígidos e estáveis da sociedade colonial<sup>154</sup>, relações estas, primárias, que inviabilizam as relações sociais.

As relações secundárias, próprias da vida coletiva, só são possíveis onde existe uma sociedade, que embora em conflito, as relações são politicamente encaminhadas e salvaguardadas por um Estado democrático, por que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "o Estado não é uma ampliação do ciclo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos e certas vontades particularistas, de que a família é o maior exemplo"<sup>155</sup>. Entre o Estado e a família há uma relação, portanto, de verdadeira descontinuidade e de oposição.

Para exprimir a intensidade da oposição e a incompatibilidade entre esses dois princípios, a família e o Estado, Sérgio Buarque de Holanda recorre ao pensamento de Sófocles. No texto desse autor da antiguidade clássica "Creonte

---

<sup>153</sup> Avelino Filho., G. *Cordialidade e Civilidade em Raízes do Brasil*. RBS Nº 12. Vol. 05. Fevereiro de 1990.

<sup>154</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.*

<sup>155</sup> *Ibid.* Pág. 141.

encarna a noção abstrata, impessoal da cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família [...] o conflito entre Antígona e Creonte é de todas as épocas e preserva-se sua veemência ainda em nossos dias”<sup>156</sup>.

Um dos elementos notáveis desta argumentação de Sérgio Buarque de Holanda é a interpretação que faz do dilema de Antígona. Na tragédia de Sófocles “Antígona, prensada entre a tradição da família e a lei da cidade, opta pela primeira, ao realizar os ritos funerários de seu irmão fratricida, e tem contra si a ira do seu tio Creonte, o representante do Estado”<sup>157</sup>.

Analogamente, Sérgio Buarque de Holanda quer nos fazer crer que toda estrutura jurídico – política brasileira opta, quase sempre, pela perspectiva de Antígona.

O conflito entre Antígona e Creonte se constitui num dos temas fundamentais da história social, ou seja, o estudo do processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular, movimento que se faz acompanhar de graves e prolongadas crises.

Para exemplificar as dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e de sangue, Sérgio Buarque de Holanda toma de exemplo a crise que acompanhou a transição do trabalho artesanal para o trabalho industrial.

Ao comparar, por exemplo, o regime das velhas corporações de artesãos com a “escravidão dos salários” nas indústrias modernas, o autor percebe a seguinte inquietação social: “nas velhas corporações o mestre e seus aprendizes

---

<sup>156</sup> Ibid. Id.

<sup>157</sup> Gomes Jr. G. S. *Op. Cit.* Pág. 133.

e jornaleiros formam como uma só família, cujos membros se sujeitam a uma hierarquia natural, mas que partilham das mesmas provações e confortos. Foi o moderno sistema industrial que, separando os empregadores e os empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe”<sup>158</sup>.

Se o novo regime, por um lado, tornou mais fácil ao capitalista explorar o trabalho de seus empregados, a troco de salários ínfimos, por outro lado, rompeu as relações de favor entre o empregador e o empregado, permitindo que este último pudesse, inclusive, organizar-se em sindicatos, associações etc. Para o empregador moderno, portanto, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o empregado transforma-se em um simples número, a relação humana desapareceu”<sup>159</sup>.

Desse modo, *Raízes do Brasil* seria um estudo do desenvolvimento do espírito capitalista na sociedade brasileira e, mais do que isso, por meio das denúncias da permanência do tradicionalismo dessa mesma sociedade, procura encontrar os meandros das possíveis condições e circunstâncias da passagem do tradicionalismo para a racionalidade capitalista.

Entre as categorias históricas que o autor elabora para a sua investigação, a mais desenvolvida em todo o livro é a cidade. Nesse enfoque, inevitavelmente o seu instrumental teórico deriva das mesmas categorias históricas que Weber elaborou para a investigação do desenvolvimento do espírito capitalista nas sociedades ocidentais. Pois para Weber, segundo Machado, “foi nas condições

---

<sup>158</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 142.

<sup>159</sup> *Ibid.* Id.

urbanas que pôde se desenvolver o domínio político da burguesia, cujas “virtudes” imprimiram ao capitalismo o seu selo específico, de modo a se identificar ética burguesa e capitalismo”<sup>160</sup>.

O estudo do desenvolvimento das cidades em *Raízes do Brasil* é fundamental para o autor desvendar o seu objeto, ou seja, o estudo das condições sociais, econômicas e administrativas, dentro das quais pôde surgir, ou não pôde surgir, uma burguesia brasileira urbana.

Outra questão é se foi possível a emergência da burguesia na cidade, que tipo teria sido, considerando-a em relação às suas possibilidades de impor, pelo poder político, a racionalidade capitalista à sociedade brasileira.

Analisando a realidade social do seu tempo, Sérgio Buarque de Holanda nos diz que “ainda hoje” existiam algumas famílias retardatárias, mesmo que nas grandes cidades de então “concentradas em si mesma e obedientes ao velho ideal”, mas que desapareceriam ante “as exigências imperiosas das novas condições de vida”<sup>161</sup>.

A obediência a esses velhos ideais se estendia por diversos segmentos sociais, estendendo suas asas inclusive contra os métodos pedagógicos modernos, cujas teorias tendem, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “cada vez mais a separar o indivíduo da comunidade doméstica, a liberta-lo das virtudes familiares [...] essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatórias de qualquer adaptação à vida prática”<sup>162</sup>.

Por isso é que onde quer que se prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família, sobretudo a de tipo patriarcal, segundo Sérgio

---

<sup>160</sup> Machado, P. B. *Op. Cit.* Pág. 189.

<sup>161</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 143.

<sup>162</sup> *Ibid.* Id.

Buarque de Holanda, “tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais”<sup>163</sup>.

Para Sérgio Buarque de Holanda os estabelecimentos de Ensino Superior, inicialmente os cursos jurídicos fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda<sup>164</sup>, contribuíram largamente para a formação dos homens públicos “libertando-os progressivamente dos velhos laços caseiros [...] provinciais e rurais”<sup>165</sup>. Embora, nem sempre, as novas experiências bastavam para apagar neles o vínculo doméstico, a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal “tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária”<sup>166</sup>.

O reflexo da permanência inconsciente da mentalidade do tipo primitivo da família patriarcal sobre esses homens públicos que recém saíam das universidades, era que ao entrarem para o funcionalismo público, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “não era fácil para os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado”<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> Ibid. Pág. 144.

<sup>164</sup> De fato “os debates políticos e culturais sempre tiveram repercussão na vida acadêmica da faculdade, de tal forma que nela se processava a primeira socialização política dos futuros guardiães civis da ordem republicana. O convívio com professores que desempenhavam funções administrativas nos diversos níveis de governo, os debates e polêmicas travados no movimento e na imprensa estudantil, as reflexões sobre as atribuições do Estado e dos códigos, o papel do Direito como instrumento organizador e regulador das relações sociais e econômicas, foram alguns componentes do ambiente intelectual onde se consolidou, ao longo do século XIX, a tradição da Faculdade de Direito de São Paulo como centro propagador do ideário liberal e laboratório da política nacional”. Martinez, P. H. *Op. Cit.* Pág. 25.

<sup>165</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 144.

<sup>166</sup> Ibid. Id.

<sup>167</sup> Ibid. Pág. 145.

E é para analisar as distinções entre o funcionário patrimonial do burocrata que Sérgio Buarque de Holanda vai recorrer, mais uma vez, à sociologia compreensiva e aos tipos ideais weberianos.

Em sua obra, Weber define da seguinte forma o funcionário patrimonial: “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular, as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no Estado democrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos”<sup>168</sup>.

No Brasil, ao contrário, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal [...] e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias”<sup>169</sup>. Só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao longo de nossa história, o que se tem visto prevalecer, até os dias de hoje, é o nepotismo.

Dentre esses círculos, pessoais e impessoais, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade, e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar [...] está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”<sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> Weber, M. “Wirtschaft und Gesellschaft”. Tomo II. Tübingen. 1925. *Apud* Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 146.

<sup>169</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 146.

<sup>170</sup> *Ibid.* Id.

Desse modo é que a contribuição brasileira para a civilização seria a cordialidade, “daremos ao mundo o homem cordial”. Para Sérgio Buarque de Holanda o homem cordial é a síntese de todo esse processo.

Importante notar que há todo um mal entendido acerca do homem cordial que, salvo engano, se inicia em 1969, com o conhecido livro de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*<sup>171</sup>.

Para Dante Moreira Leite, a "descrição psicológica do brasileiro", que ele julga encontrar em *Raízes do Brasil*, "só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora, como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que esta falando da classe alta, dos grandes proprietários rurais"<sup>172</sup>.

É justamente nesse ponto que Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, inverte e por isso mesmo, distancia-se da postura dos historiadores tradicionais. Em *Raízes do Brasil* não é o caso de se procurar definir o caráter nacional brasileiro, como é no caso de Nina Rodrigues ou de Paulo Prado por exemplo, autores nos quais esse caráter nacional é utilizado para definir sobretudo o povo e ressaltar essas características psicológicas como uma suposta carga deletéria advinda da miscigenação.

Esse caráter era visto, por esses autores, de forma eleática, ou seja, como imutável das classes populares, que por isso mesmo deviam ser tuteladas pela elite esclarecida, higienizada e imune àquele caráter típico das massas.

---

<sup>171</sup> Op. Cit.

<sup>172</sup> Ibid. Pág. 292.

O livro de Dante Moreira Leite estabelece como ponto chave de nossa tradição historiográfica e intelectual, o estudo do chamado "caráter nacional brasileiro", um estudo da psicologia do povo brasileiro, sobretudo no que se refere ao "jeitinho" brasileiro, que nós sabemos é atribuído as classes populares sempre no sentido de desqualificá-las para a vida social.

Nesta obra o autor vai procurar entender as características psicológicas do povo brasileiro e vai considerar que a idéia de "caráter nacional" é próprio também da abordagem histórica de *Raízes do Brasil*. Todavia, esta interpretação se revela um equívoco de interpretação do autor do *Caráter Nacional Brasileiro* acerca do livro de Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que, segundo Avelino Filho, "Sérgio não concebe a cordialidade como caráter nacional, ou qualquer tipo de essência que permaneceria ao longo da história. A exposição da cultura ibérica antes da discussão do processo de colonização procura evitar o erro de se ver a sociabilidade cordial como um produto típico da estrutura social da colônia"<sup>173</sup>.

A polêmica em torno do homem cordial corre por conta de Sérgio Buarque de Holanda haver tomado a expressão de empréstimo do escritor Ribeiro Couto. Na segunda edição do livro *Raízes do Brasil*, o autor é obrigado a acrescentar uma nota onde procura esclarecer o mal - entendido gerado pela expressão: "não pareceria necessário reiterar o que já esta implícito no texto [...] se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do Sr. Cassiano Ricardo, onde ele fala no homem cordial dos aperitivos e das cordiais saudações"<sup>174</sup>.

---

<sup>173</sup> Avelino Filho, G. *Op. Cit.* Pág. 08.

<sup>174</sup> *Ibidem.* Nota 06. Capítulo 05. Pág. 204.

Mais tarde, em fins dos anos 40, em carta endereçada a Cassiano Ricardo, Sérgio procura esclarece-lo definitivamente, mas ao que parece, em vão. Diz Sérgio: "a relatividade do conceito está associado às condições de nossa vida rural e colonial, que já em nossa época está sendo superada. O homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto"<sup>175</sup>.

Ainda para melhor frisar a diferença entre o seu homem cordial e aquele ao qual se referia Cassiano Ricardo, Sérgio acrescenta: "para melhor frisar a diferença entre as idéias sustentadas na referida obra (o livro de Cassiano Ricardo) e as sugestões que propõe o presente trabalho (*Raízes do Brasil*), cabe dizer que, pela expressão cordialidade, se elimina aqui, os juízos éticos e as intenções apologéticas [...] essa cordialidade a que me refiro, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange apenas sentimentos positivos. A inimizade pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado"<sup>176</sup>

Para Fernando Novais "o homem cordial ficará sempre como referencial para indagar os caminhos da nossa modernização, criticar a vulgata liberal e ao mesmo tempo apontar os riscos de soluções extremadas à direita e à esquerda. E a conclusão, que fica insinuada, mas não explicitamente formulada, não pode ser mais pessimista: ou nos modernizamos, e deixamos de ser o que somos; ou nos mantemos como somos, e não nos modernizamos. Assim podemos

---

<sup>175</sup> Holanda, S. B. *Carta a Cassiano Ricardo*. Publicada na Revista Colégio nº 3, de 1948

<sup>176</sup> Ibidem. Nota 06. Capítulo 05. Pág. 204-205

compreender, finalmente, a extraordinária fortuna crítica dessa obra clássica: sua atualidade decorre exatamente do fato de que esses processos ainda estão em curso, e esses dilemas ainda persistem"<sup>177</sup>.

Embora toda essa polêmica, o homem cordial não é o debate central do livro, mas o que percorre todo o livro é a idéia de que somente quando o binômio ruralismo - escravismo cedesse lugar, por meio do processo de urbanização, ao binômio urbano - industrial, é que a nossa herança ibérica começaria a enfraquecer. Caso contrário, jamais seria superado este roteiro próprio da colônia, segundo Reis: "apropriação do impessoal pelo pessoal, do abstrato pelo concreto, do objetivo pelo subjetivo, do coletivo pelo particular, do público pelo privado."<sup>178</sup>

Desse modo, mais uma vez se evidencia para nós que a tese do autor é a de que na passagem da nossa civilização rural para uma civilização urbana e industrial, a herança rural e familiar gerou a cordialidade e o favor nas relações que *a priori*, deveriam ser impessoais. Quando essas características foram meramente transplantadas para nossa vida pública, impediu ou criou entraves para o desenvolvimento de um estado de direito democrático.

Em *Raízes do Brasil* o problema levantado seria o seguinte: com a aceleração da urbanização o Brasil deveria livrar-se das amarras da sociedade baseada na agricultura, e passar por uma transição para uma sociedade dominada pelo capitalismo industrial. Fato que o nosso autor via com otimismo, sobretudo nos acontecimentos dos anos 30, quando se observa uma crise aguda da ordem oligarquica. Embora, sabemos, a revolução de 30 não teria ferido de

---

<sup>177</sup> Novais, F. *De volta ao homem cordial*. Jornal de resenhas. Folha de São Paulo. 1 de Maio de 1995.

<sup>178</sup> Reis. J. C. *Op. Cit.* Pág. 09.

morte o conservadorismo e, pelo contrário, desembocado na ditadura do Estado Novo.

Nosso pressuposto é o de que Sérgio Buarque de Holanda desenvolve o seu pensamento sobre a história do Brasil buscando afirmar em todo momento uma idéia bem definida, eu diria, uma convicção: a de que a nossa civilização de raízes ibéricas deveria ser superada para que pudéssemos desenvolver aqui uma sociedade democrática, por meio da descontinuidade e da ruptura com este mundo tradicional.

Nessa revolução lenta que já estava em curso no interior da sociedade brasileira, segundo Reis, "que liquida o passado, adota o ritmo urbano e propicia a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um novo sentido político"<sup>179</sup>, os dias do "homem cordial" estavam contados e a sua superação era algo iminente.

Nosso objeto foi o de investigar em *Raízes do Brasil* essa revolução anunciada por Sérgio Buarque de Holanda que teria como palco às cidades e o seu sentido, que seria a já tão anunciada aqui nestas páginas, superação das raízes ibéricas de nossa cultura.

As conseqüências do "homem cordial" para a formação da sociedade brasileira são as de que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade [...] revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o

---

<sup>179</sup> Reis, J. C. *Sérgio Buarque de Holanda: A recusa das raízes Ibéricas*. Revista Tempos Históricos. Nº 01, volume 01. Pág. 217. Março de 1999.

indivíduo consegue manter a sua supremacia ante o social e, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”<sup>180</sup>.

Era esse o espírito que governava no Brasil o destino da nação. Não havia decisão política que não implicasse paixões particulares e até os decretos do governo, nasciam em função de se conter essas contendas, sendo que “só raras vezes, da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas”<sup>181</sup>.

Nesse sentido, ainda é conseqüência do nosso personalismo, a falta de coesão social decorrente dos interesses particulares, a obediência como fundamento da disciplina, o desprezo para com o trabalho manual e mecânico, tido como vil e, portanto, inimigo da personalidade e o sentimento de irracionalidade específica dos privilégios e hierarquias.

---

<sup>180</sup> Holanda. S. B. *Op. Cit.* Pág. 147.

<sup>181</sup> *Ibid.* Pág. 33.

**A CONTEMPORANEIDADE DO NÃO  
CONTEMPORÂNEO**

Até o quinto capítulo, o “Homem Cordial”, Sérgio Buarque de Holanda procurou descrever as origens da sociedade brasileira, àquelas raízes ibéricas que lhe deram uma feição característica. A partir do capítulo sexto e sétimo, respectivamente “Novos Tempos” e “Nossa Revolução”, o autor procura descrever as descontinuidades, os fatos que estariam proporcionando uma ruptura, embora muito lenta, mas inexorável com este mundo tradicional.

Desde o início do século XX uma revolução silenciosa estava em curso, e ao tempo caberia o papel de acelerar esse processo. A partir dos anos 1930 esse processo, para utilizar uma expressão hegeliana, “parece avançar velozmente, com botas de sete léguas”<sup>182</sup>. No livro raízes do Brasil escrito em 1936, portanto, em plena transição revolucionária, Sérgio Buarque de Holanda pretendia, segundo Reis, “oferecer uma consciência da revolução que o Brasil vivia aos brasileiros, revelando a des de que mundo vinham e a que mundo tendiam, esperando com isso leva-los à ação, à produção mais vertiginosa da mudança”<sup>183</sup>.

Para o autor a nossa revolução pretende liquidar o passado, adotar o ritmo urbano – da cidade e da indústria – que propiciaria a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um novo sentido político e social. Esta transição levaria certamente o homem cordial à uma crise existencial, pois ele teme a vida abstrata, regrada e artificial das cidades e por isso evade-se.

O espaço público no Brasil, segundo Monteiro, “sempre foi o reino do homem cordial [...] desta irracionalidade estendida à gestão do espaço público,

---

<sup>182</sup> Hegel, G. W. F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*. México: Ed. Fondo de Cultura Economica. 1997. Pág. 204.

<sup>183</sup> Reis, J. J. *Op. Cit.* Pág. 237.

que não fixa regras nem limites aos apetites individuais. O homem cordial, recusando as regras da cidade, impede que eles se coloquem entre ele próprio e os outros homens, mediando as relações sociais”<sup>184</sup>.

É certo que nessa sociedade urbana e “anti-ibérica”, os portadores do passado ibérico iriam resistir a esta revolução vertical que os expurga. A possível permanência do homem cordial e das relações primárias de cordialidade nessa nova sociedade que se constituía com o tempo, seria a expressão típica de uma “contemporaneidade do não contemporâneo”<sup>185</sup>. Num mundo orientado por regras, prevalecer às exceções.

No sexto capítulo de *Raízes do Brasil* o autor anuncia as seguintes análises: *Finis operantis*; o sentido do bacharelismo; como se pode explicar o bom êxito dos positivistas; as origens da democracia no Brasil: um mal entendido; Etos e eros: nossos românticos; apego bizantino aos livros; a miragem da alfabetização e por fim o desencanto da realidade.

O objeto central deste capítulo é justamente entender de que forma se ergueram as resistências aos novos tempos e como elas se manifestavam. É o personalismo que ainda esta na mira do autor.

Para a personalidade individual que dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador, o trabalho dos homens tem um fim na

---

<sup>184</sup> Monteiro, P. M. *A queda do Aventureiro : aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. Campinas – SP. 1996. Pág. 187.

<sup>185</sup> “Desde a colonização, as relações da América Latina com as suas antigas metrópoles e posteriormente com os imperialismos inglês e norte-americano, e nos escassos períodos em que buscou uma vida autônoma, são marcadas pelo que Caio Prado Jr. destacou como a contradição entre contemporaneidade de nascimento com o próprio capitalismo em sua fase mercantil, e defasagem, pelo fato de que as nóveis sociedades nasciam pelo trabalho escravo [...] tais traços estruturais dariam nascimento ao que a Cepal posteriormente teorizou como formações duais, e Celso Furtado elevou à categoria de conceito de uma forma histórica, o subdesenvolvimento. Ignácio Rangel [...] chamou essa especificidade de contemporaneidade do não-coetâneo”. Cf. Oliveira, F. *Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina*. Revista Praga. Nº 04. São Paulo – SP: Editora Hucitec. 1997. Pág. 31 – 42.

própria satisfação pessoal e não na obra “um *finis operantis*, não um *finis operis*”.

As atividades profissionais acontecem na vida do indivíduo muitas vezes por mero acidente e ainda são raros, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão”<sup>186</sup>. Segundo o autor, o oposto do que sucede em outros povos, onde as próprias palavras que indicam semelhantes atividades podem adquirir acento quase religioso.

Neste ponto Sérgio Buarque de Holanda faz, em nota de rodapé, uma longa análise do livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber, procurando diferenciar a ética protestante e a ética católica nas influências que ambas haviam legado, ou não, na formação das sociedades capitalistas. O autor vai traçando um quadro dos valores éticos e das formas de comportamento social, que traçam a vida histórica da sociedade brasileira, para depois confrontá-lo com a capacidade de organização racional no Brasil.

No caso do Brasil, fronteira da Europa e também fronteira da Contra - Reforma, foi a ética católica que prevaleceu durante a colonização, sobretudo porque foi na Espanha e em Portugal onde os ideais da contra reforma atuaram de forma mais intensa. Ideais, do ponto de vista de Weber, conservadores da tradição e contrários ao desenvolvimento do espírito do capitalismo.

Max Weber, no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, escreve que é insuficiente para se conhecer a origem e o surgimento do capitalismo, uma análise estritamente econômica. Devem ser levados em conta,

---

<sup>186</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 146.

inclusive, aspectos éticos, religiosos e culturais. Segundo Weber, as nações protestantes, por sua própria lógica e ética religiosa, tinham maiores propensões para o desenvolvimento de um regime como o capitalista, do que as nações cuja ética se fundava no catolicismo.

A questão à que Weber se propõe é saber porque nos países onde floresceu a ética católica o capitalismo demorou ou encontrou maiores resistências para fundar raízes e se fixar. E isso não somente no Brasil onde ainda hoje o capitalismo é periférico, mas como já vimos, mesmo em Portugal e Espanha que só depois de muitos anos foram entrar no “coro europeu”. No Brasil o atraso se deve, sobretudo, pela relação de simbiose que ocorreu ao longo de nosso percurso histórico, entre o conservadorismo e a nova ordem burguesa.

Max Weber faz notar que para a ética católica, “o espírito da aquisição capitalista era rejeitado como torpeza pela doutrina dominante ou pelo menos não era encarado como eticamente justificável. Enquanto estiveram presos à tradição da Igreja, sua vida profissional (dos círculos capitalistas) foi, na melhor das hipóteses, algo moralmente indiferente ou tolerado mas, em todo caso, por causa do constante perigo de choque com a doutrina da Igreja sobre usura, algo perigoso para a salvação. Somas bastante consideráveis iam como dividas de consciência para instituições religiosas [...] por que isso, era um tipo de seguro contra as incertezas do que poderia vir após a morte”<sup>187</sup>

Do ponto de vista socioeconômico, o desenvolvimento do espírito do capitalismo era prejudicado pelo tradicionalismo dogmático da Igreja católica.

---

<sup>187</sup> Weber, M. *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo – SP: Editora Livraria Pioneira. 1967. Pág. 204.

A contra partida foi justamente a ética protestante, adequada aos novos tempos e que, portanto, não andava na contra mão desse novo esquema, criado pela então ascendente burguesia que era se dedicar livremente às atividades produtivas do capitalismo também ascendente. Segundo Max Weber, “a gênese desse tipo de vida remonta também, como tantos outros traços do moderno espírito capitalista, à Idade Média, mas foi só na ética do protestantismo ascético que ele encontrou seus fundamentos morais mais consistentes. Seu significado no desenvolvimento do capitalismo é óbvio. Esse ascetismo secular do protestantismo opunha-se, assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir de riquezas, e restringia o consumo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional [...] Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista”<sup>188</sup>.

Para o protestantismo então, o que a teoria tradicional deveria ter repudiado era o uso irracional da riqueza, não o enriquecimento em si. Mas ainda para Weber a importância do protestantismo poderia ser compreendido na medida em que “o desenvolvimento do espírito do capitalismo seria melhor entendido como parte do desenvolvimento do racionalismo como um todo, e poderia ser deduzida da posição do racionalismo quanto aos problemas básicos da vida. Nesse processo, o protestantismo deveria apenas ser considerado à medida que se constituiu num estágio historicamente anterior ao desenvolvimento de uma filosofia puramente racional”<sup>189</sup>.

---

<sup>188</sup> Ibid. Pág. 226 – 227.

<sup>189</sup> Ibid. Pág. 205

Os valores éticos e as formas de comportamento social, que ordenavam o sistema ético da vida social brasileira revelam-se nas seguintes características: na tradicional cultura da personalidade, na importância que se atribuía ao valor próprio da pessoa humana, na incessante procura do prestígio social, na valorização de um círculo de virtudes capitais relacionadas diretamente ao sentimento da própria dignidade de cada homem, no desprezo de toda moral fundada no culto do trabalho, na ausência do culto à atividade utilitária, na primazia da contemplação e do amor sobre a vida produtora, na solidariedade baseada na vinculação de sentimentos e não de interesses, na aspiração, como ideal, de uma vida de senhor, exclusiva de qualquer esforço. O trabalho não era vocação (*beruf*), segundo distinção de Weber, mas simplesmente a contingência da condição humana, de modo que não se conferia valor moral ao progresso material.

Embora Sérgio Buarque de Holanda vê com olhos críticos a teoria de Weber segundo a qual a formação do capitalismo esta fundada na questão do protestantismo ou do catolicismo, o autor nos diz “podem-se acolher com reservas as tendências, de que não se acha imune o grande sociólogo, para acentuar em demasia, na explanação de determinados fenômenos, o significado das influências puramente morais ou intelectuais em detrimento de outros fatores porventura mais decisivos. No caso, o da influência do espírito protestante na formação da mentalidade capitalista em prejuízo de movimentos econômicos, cujo efeito se fez sentir em particular nos países nórdicos onde vingaria a pregação protestante. Parecem procedentes, neste sentido, algumas das limitações das teses central Max Weber [...] essas limitações não invalidam,

entretanto, a afirmação de que os povos protestantes vieram a ser portadores de uma ética do trabalho que contrasta singularmente com a das nações predominantemente católicas”<sup>190</sup>.

A questão, antes, envolve problemas históricos. As sociedades ocidentais teriam a tendência de se desenvolver a partir da tradição para a racionalidade organizadora da economia e da vida social, segundo Machado, “em algumas dessas sociedades, dadas algumas condições históricas, efetivamente a racionalidade pôde se desenvolver, criando o espírito capitalista, noutras, também ocidentais, o possível desenvolvimento da racionalidade social teria sido perturbado também por circunstâncias históricas”<sup>191</sup>. Nestas sociedades, no caso a brasileira, o capitalismo não deixou de aparecer como forma de organização social, mas a sua operacionalidade foi enformada por um tipo de ética que não conduzia ao espírito capitalista, mas sim, por uma diferente concepção das relações entre os homens e as riquezas.

O que nos importa nesta discussão é a inclinação geral que no Brasil se tem para as profissões liberais, isso porque uma carta de Bacharel vale tanto quanto uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos. Esta inclinação está, mais uma vez, estritamente vinculada ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade onde, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço, e por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da

---

<sup>190</sup> Holanda. S. B. *Op. Cit.* Pág. 206. Nota 01.

<sup>191</sup> Machado. B. P. *Op. Cit.* Pág. 174.

personalidade, tem determinado assiduamente nossa formação espiritual”<sup>192</sup>. Neste capítulo, os intelectuais que serão o alvo da crítica do autor, sobretudo aqueles inclinados ao positivismo.

A história do Brasil e a cultura brasileira em meados do século XIX, são transformados com a chegada da corte portuguesa no Brasil. A recepção dos modelos europeus, tais como, a história natural, a etnologia e o positivismo, forneceram instrumentos para a interpretação da natureza tropical e das raças e culturas brasileiras.

Após o processo de independência e, segundo Guimarães, “no bojo do processo de consolidação do Estado nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada [...] uma vez implantado o Estado nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira [...] de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.”<sup>193</sup>.

A etnologia, nesse momento ainda demasiada etnocêntrica e vinculada ao desprezo para com tudo que não fosse europeu, o cientificismo, o positivismo, o evolucionismo e o naturalismo, foram utilizados como um instrumental ideológico pela *intelligentsia* brasileira com a intenção de forjar uma identidade para a nação condizente com os padrões da classe dominante, a fim de perpetua-la no poder e em detrimento do povo brasileiro.

Para os adeptos de Comte no Brasil, segundo Guimarães, “a importância desse sistema (o positivismo), prende-se exatamente à sua capacidade de resistir

---

<sup>192</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 158.

<sup>193</sup> Guimarães, M. L. S. *Nação e Civilização nos trópicos*. Revista Estudos Históricos. Nº 01. Rio de Janeiro – RJ. 1988. Pág. 06.

à fluidez e a mobilidade da vida”<sup>194</sup>. Essas eram as providências da aristocracia do pensamento brasileiro para tomar para si o labor da gestação de um projeto nacional que exigiria daqueles que o urdissem, um esforço para lidar com dificuldades específicas, tais como, o trabalho escravo e as populações indígenas, que foram completamente esquecidas.

Em *Raízes do Brasil* o autor nos apresenta exemplos significativos do nível que no Brasil chegaram os homens que conduziram a formação de nossas idéias, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, os títulos honoríficos, e alguns dos seus materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza”<sup>195</sup>.

O exercício dos ofícios que ocupavam a inteligência era nobre, em contraposição ao trabalho manual e mecânico, típico das classes servis. A falta de um pensamento crítico entre os nossos pensadores do século XIX nasce desse processo de nobilização, por assim dizer, à qual eram submetidos os nossos intelectuais, que à sombra do poder, eram desse modo, assimilados pela sociedade burguesa.

Mas o fenômeno que aqui se instalou é próprio não só entre nossos intelectuais, mas da própria dinâmica da vida moderna. Adam Smith, no livro *Riqueza das Nações* nota que: “em sociedades opulentas e comerciais, pensar e raciocinar tornam-se, como qualquer outra atividade, uma função particular que

---

<sup>194</sup> Ibid. Id.

<sup>195</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 83

é exercida por alguns poucos, aos quais cabe prover o público do pensamento e razão ostentados pelas vastas multidões que trabalham”<sup>196</sup>.

No Brasil essa experiência ganhou características *sui generis*, e Sérgio Buarque de Holanda nos ilustra essa época por meio do exemplo do livro *Estudos do bem comum*, publicado a partir de 1819, de autoria de Silva Lisboa, o futuro Visconde de Caíru, onde este “pretende mostrar a seus compatriotas, brasileiros ou portugueses, como o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos. E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adam Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, a quantidade de trabalho e a quantidade de inteligência”<sup>197</sup>. Silva Lisboa se inclina fervorosamente para a segunda resposta, ou seja, aquela que indica a quantidade de inteligência.

Aqui é possível perceber novamente, agindo na nossa sociedade, uma daquelas tipologias suscitadas em *Raízes do Brasil*, a do trabalhador e a do aventureiro, além de legitimar a posição oficial e burguesa, atitude que tomavam nossos intelectuais mais ilustres, mais preocupados em tornarem-se nobres através da ilustração que possuíam do que efetuar um estudo que abarcasse a realidade do país e colocasse em marcha um projeto de compreensão de suas diversidades.

Mas os positivistas, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “foram apenas os exemplares mais característicos de uma raça humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que este começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das

---

<sup>196</sup> Smith, A. “A Riqueza das Nações” In: Arantes, P. E. *Ressentimento da Dialética : Dialética e experiência intelectual em Hegel*. Rio de Janeiro – RJ: Editora Paz e Terra. 1996. Pág. 22

<sup>197</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 83.

idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxe-nos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições de vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam”<sup>198</sup>.

Desse modo, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós, só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando o nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

A democracia no Brasil foi sempre, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “um lamentável mal entendido [...] uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no velho mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discutidos”<sup>199</sup>.

A passagem da Colônia para a República independente deu-se sem que, para isso, tivesse causado nenhum trauma nas estruturas sociais, ou seja, sem que fossem abalados os interesses dos senhores de terra e escravos, passaram apenas do meio rural para o urbano, para onde levaram consigo, os costumes e a ética patriarcal que vigorava da porteira para dentro das fazendas.

---

<sup>198</sup> Ibid. Pág. 160.

<sup>199</sup> Ibid. Id.

E é até por isso mesmo que Sérgio Buarque de Holanda nota com curiosidade que “os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à sua maturidade plena. Os campeões das novas idéias esqueceram-se, com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se fazem ou desfazem por decreto”<sup>200</sup>.

No processo de formação do Estado brasileiro, o que a ciência desses intelectuais visava era nada mais do que, preocupados em formar aqui uma sociedade branca e, segundo Odalia, “amalgamar o resultado da experiência histórica da colônia aos imperativos e conquistas da ciência européia, de modo que possa conduzir o país ao paradigma escolhido, a sociedade européia”<sup>201</sup>.

Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo mais dócil aos nossos desejos ou devaneios. Era o modo de não nos rebaixarmos, de não sacrificarmos a nossa personalidade no contato de coisas mesquinhas e desprezíveis. Como Plotino de Alexandria, que tinha vergonha do próprio corpo, acabaríamos, assim, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “por esquecer

---

<sup>200</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 160-161.

<sup>201</sup> Odalia, N. *As formas do mesmo*. São Paulo – SP: Ed. UNESP. 1997. Pág. 22.

os fatos prosaicos que fazem a verdadeira trama da existência diária, para nos dedicarmos a motivos mais nobilitantes: à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao direito formal”<sup>202</sup>. Mascaram ou desvencilhar o “invencível desencanto em face de nossas condições reais”.

O discurso podia ora variar de tom ora de conteúdo, mantinha-se, todavia, ligado à esse mesmo sentimento grotesco de mal-estar em relação à tradição que havíamos herdado da colônia.

Em *Raízes do Brasil*, esta idéia está expressa da seguinte forma: “quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que os seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*”<sup>203</sup>.

A esse trabalho, notado por Sérgio Buarque de Holanda, se prontificaram imediatamente nossos intelectuais, desnecessário lembrar, mais uma vez, que com a tarefa civilizatória de elevar o Brasil ao coro das nações européias, mecanismo este que, por causa do peso da tradição destoando, girava em falso em torno de si mesmo.

---

<sup>202</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 163.

<sup>203</sup> *Ibid.* Pág. 166.

Mas esse novo país precisava conhecer-se e a tarefa do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>204</sup> era a de projetar esse conhecimento histórico e geográfico sobre o país. No campo geográfico tratava-se de situar as cidades, vilas, rios, serras, portos, planícies, de engrandecer a natureza, a fauna e flora brasileira e exaltá-la, além de definir as fronteiras do território. No campo histórico tratava-se de eternizar os fatos memoráveis da pátria e saber e salvar do esquecimento os nomes dos seus principais vultos. Desse modo, portanto, segundo Reis, o “IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional”<sup>205</sup>

Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se aos pioneiros, no plano das idéias, de nossa Independência e de nossa República, nota que, esses sujeitos não desejavam em nada, mudar as condições dos negros escravos, dos indígenas e da própria massa do povo brasileiro, no processo de construção do Estado e da nação brasileira. Agindo para isso, do seguinte modo: “não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia”<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> Fundado em 1838/39 por Dom Pedro II “pois o Imperador precisava dos historiadores para se legitimar no poder [...] a nação recém independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso – brasileiras”. Reis, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro – RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2000. Pág. 25.

<sup>205</sup> Reis, J. C. *Op. Cit.* Pág. 26.

<sup>206</sup> *Ibid.* Pág. 186.

Para os historiadores e para os homens que conduziram esse processo, é espantoso notar que, para eles, era como se o Brasil tivesse começado ali, ignoravam toda a nossa história e a nossa formação.

É dessa forma que podemos considerar a nossa democracia, um imenso mal entendido, mesmo por que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a fermentação liberalista que precedeu à proclamação da independência constitui obra de minorias exaltadas, sua repercussão foi bem limitada entre o povo, bem mais limitada, sem dúvida, do que o que querem fazer crer os compêndios de história pátria. Saint-Hilaire, que por essa época anotava as suas impressões de viagem pelo interior brasileiro, observa que, no Rio, as agitações do liberalismo anteriores ao 12 de janeiro foram promovidas por europeus e que as revoluções das províncias partiram de algumas famílias ricas e poderosas. A massa do povo, diz, ficou indiferente a tudo, parecendo perguntar como o burro da fábula : não terei a vida toda de carregar a albarda?”<sup>207</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda cita a carta de Aristides Lobo, sobre o 15 de novembro, que “é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços das academias, a realização da idéia republicana”, citando a carta que diz, “por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”<sup>208</sup>.

Podemos dizer que timbrando esses aspectos é que foi se constituindo no Brasil uma sociedade desigual, na qual uma minoria conduzia os negócios da

---

<sup>207</sup> Ibid. Pág. 161.

<sup>208</sup> Ibid. Id.

nação de acordo com interesses pessoais<sup>209</sup>, e uma maioria silenciosa sobrevivia na periferia desse sistema.

Era enorme à distância entre o intelectual e a massa brasileira, distância que, como vimos, se evidenciou em todos os instantes decisivos da vida nacional.

Dado o crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos e colhidos de súbito pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, muitos desses intelectuais não souberam conformar-se logo com as mudanças e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começa a ser, infalivelmente, a dura, a triste realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para a existência mais regular e abstrata das cidades deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz. Os melhores, os mais sensíveis, puseram-se a detestar francamente a vida, o cárcere da vida”<sup>210</sup>

Esses homens mais sensíveis que passaram a odiar a realidade da sociedade brasileira a que Sérgio Buarque de Holanda se refere são os nossos escritores do romantismo. O romantismo brasileiro não apresentou, em realidade nada de novo, pois o pessimismo, o morrer de amores e até a sentimentalidade lacrimosa que ostenta, constituem traços característicos da tradição lírica que nos veio da metrópole.

---

<sup>209</sup> Um exemplo claro desses interesses pessoais é o governo que “quando negociava o reconhecimento diplomático da independência, obtinha a legitimidade externa mediante promessas abolicionistas, e a interna mediante garantias à continuidade da escravidão”. Schwarz, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo – SP: Ed. Duas Cidades e 34. 2000. Pág. 40.

<sup>210</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 162.

Tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela, de uma reação sã e fecunda, não tratou de corrigi-la ou dominá-la, esqueceu-a, simplesmente, ou detestou-a, procurando desencantos precoces e ilusões de maturidade”<sup>211</sup>.

Mas o próprio autor reconhece que esta era apenas uma faceta do nosso romantismo, pois reagindo a este estado de coisas “Machado de Assis foi a flor dessa planta de estufa”.

Se quase todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social, Machado de Assis é, talvez, uma das pouquíssimas exceções.

Há na obra de Machado de Assis, como formulou Roberto Schwarz, uma relação coerente entre a originalidade de sua forma e as situações características da sociedade brasileira do século XIX<sup>212</sup>. Neste escritor, a obra esta imbuída de seu tempo e “a fórmula narrativa de Machado consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira. O dispositivo

---

<sup>211</sup> Ibid. Id.

<sup>212</sup> “É sabido que a emancipação política do Brasil, embora integrasse a transição para a nova ordem do capital, teve caráter conservador. As conquistas liberais da independência alteravam o processo político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras, mas não chegavam ao complexo sócio – econômico gerado pela exploração comercial, que ficava intacto, como que devendo uma revolução. No tocante às idéias caíam em descrédito as justificações que a colonização e o Absolutismo haviam criado, substituídas agora pelas perspectivas oitocentistas do estado nacional, do trabalho livre, da liberdade de expressão, da igualdade perante a lei, incompatíveis com as outras, em particular com a dominação pessoal direta.” Schwarz, R. *Op. Cit.* Pág. 36.

literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita”<sup>213</sup>.

Salvo algumas exceções, como vimos no caso de Machado de Assis, o lugar vago proporcionado pela transformação em curso, segundo a qual a velha nobreza colonial e agrária tende a ceder seu posto a outra, sobretudo citadina, devido ao declínio do velho mundo rural, seria ocupado pela nossa chamada aristocracia do espírito. Pois, como conclui Roberto Schwarz, “nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar [...] o teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas”<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> Schwarz, R. *Op. Cit.* Pág. 11.

<sup>214</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 164.

## A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Para esta pesquisa, nos interessa principalmente o último capítulo intitulado "Nossa Revolução", onde o autor está voltado para a análise do presente, na medida em que expõe os seguintes temas: As agitações políticas na América Latina; iberismo e americanismo; do senhor de engenho ao fazendeiro; o aparelhamento do Estado no Brasil, política e sociedade; o caudilhismo e seu avesso, uma revolução vertical; as oligarquias: prolongamentos do personalismo no espaço e no tempo, a democracia e a formação nacional, as novas ditaduras e perspectivas.

Neste capítulo o autor discute o ambiente político que se instaurou depois da revolução de 30, o que está no centro das discussões e é o objetivo central do livro. Procura compreendê-lo em um duplo sentido que passam a ser chave para o entendimento dos dois objetivos a que o livro se propõe: por um lado compreender a "revolução" anunciada pelo autor que visa "revogar a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar"<sup>215</sup> e, por outro lado entender a revolução de 30 como uma continuidade, com a permanência das raízes ibéricas, por meio do personalismo, que ronda como um espectro a sociedade brasileira.

Para o autor, a vitória daquela "primeira revolução" não se consumará "enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social."<sup>216</sup>.

O autor não cita textualmente a revolução de 30, mas torna-se evidente que se remete à ela, pois ao enunciar que as transformações sociais no Brasil

---

<sup>215</sup> Ibid. Pág. 180.

<sup>216</sup> Ibid. Id.

passam necessariamente por uma revolução, acrescenta: "a forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos."<sup>217</sup>

Desta perspectiva nos torna possível compreender a digressão que o autor faz e que passa a ser o título do livro, em direção às raízes do Brasil, com o intuito de procurar nas nossas origens, o sentido da nossa história.

No livro, o autor pretende traçar um panorama das superações e das permanências das tradições ibéricas na passagem da vida rural para a vida urbana no Brasil. Para o autor, a passagem da vida rural para a vida urbana dissolveria as heranças ibéricas impregnadas na nossa sociedade e possibilitaria o surgimento de uma sociedade impessoal e, portanto, democrática, mesmo que "contra a sua cabal realização é provável que se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas."<sup>218</sup>

Para Sérgio Buarque de Holanda, a revolução de 30 representava por um lado a permanência do universo da primeira República, já que para o autor, "a grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando três quartos de século [...] a data de 1888 é o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se fez inevitável [...] e efetivamente daí por diante estava

---

<sup>217</sup> Ibid. Id.

<sup>218</sup> Ibid. Pág. 181

melhor preparado o terreno para um novo sistema, com o seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos."<sup>219</sup>, e por outro lado, o ponto de partida para a construção de uma nova sociedade. A pergunta que o autor nos faz é que nesse fluxo e refluxo da história, saberão os homens livrar-se dos nefastos precedentes – escravista e aristocrático – e construir uma sociedade democrática, que inclua de fato o povo?.

Naquele momento histórico em que vivia o país, o livro *Raízes do Brasil*, seu projeto social, propunha uma terceira via para a sociedade brasileira que não fosse nem o autoritarismo dos integralistas nem o comunismo, que estavam em pauta na época. Este projeto social seria, a proposta do historiador em procurar desvendar no movimento da sociedade brasileira, a possibilidade de consolidação de uma democracia, que segundo Antonio Candido "num tempo ainda banhado de indisfarçável saudosismo patriarcalista, sugeria que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação da 'raízes' era um imperativo do desenvolvimento histórico"<sup>220</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda supunha que superadas as características próprias do mundo rural, tais como, o personalismo, a família patriarcal e as relações de favor passariam por um processo de fragmentação e cederiam aos poucos seu lugar a uma sociabilidade urbana, em que teria condições de florescer as relações impessoais e a democracia.

---

<sup>219</sup> Ibid. Pág. 172.

<sup>220</sup> Candido, A. "O Significado de Raízes do Brasil". In: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1995. Pág. 20.

Em *Raízes do Brasil*, portanto, é a transformação estrutural, própria das relações sociais modernas, para as quais o Brasil estava caminhando e em meio a qual houve a revolução de 30, que passa a ser a preocupação central do livro.

Neste capítulo sétimo Sérgio Buarque de Holanda, segundo Antonio Candido, "completa o seu pensamento a respeito das condições de uma vida democrática no Brasil, dando ao livro uma atualidade que, em 1936, o distinguia dos outros estudos sobre a sociedade tradicional e o aproximava de autores que respondiam em parte aos nossos desejos de ver claro a realidade presente [...] uma das forças de *Raízes do Brasil* foi ter mostrado como o estudo do passado, longe de ser uma operação saudosista, modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos."<sup>221</sup>

A constatação principal a que Sérgio Buarque de Holanda chegava naquele momento, portanto, é que o Brasil estava mudando, havia mudado, mas ainda restava muito que fazer, resquício dos quatrocentos anos de tradição colonial. A questão fundamental que inquietava nosso autor é a seguinte: "teremos finalmente revogado a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar?"<sup>222</sup>.

A constatação de que a passagem de uma experiência histórica para outra não havia se realizado por completo, nos impõe esta incomoda situação:

---

<sup>221</sup> Ibid. Pág. 24

<sup>222</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 180.

"estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz"<sup>223</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda determina a data de 1888, ou seja, a proclamação, por decreto, da libertação dos escravos e o quadro político constituído no ano seguinte, como fatores determinantes de uma ruptura. A partir desse momento, segundo o nosso autor, "existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional"<sup>224</sup>.

Experiência esta decorrente da oposição que se formou, na passagem do império para a república, do trabalho escravo para o trabalho livre e etc, entre essas duas trincas apontadas por Antonio Candido: "lusó-brasileira - domínio rural - agricultura *versus* imigrante - cidade - indústria"<sup>225</sup>. Essa seria a grande revolução brasileira que não ocorreu em um único momento com o alarde de outras revoluções, "é um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século"<sup>226</sup>.

Mas é apenas num aspecto que a abolição de 1888 representa uma ruptura. Somente porque é a partir dessa data que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas"<sup>227</sup>. E que "freios tradicionais" seriam esses?. É só ao redimensionar o centro de gravidade da vida social e política

---

<sup>223</sup> Ibid. Id.

<sup>224</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 171.

<sup>225</sup> Cândido, A. "A visão política de Sérgio Buarque de Holanda". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998. Pág. 84.

<sup>226</sup> Ibid. Id.

<sup>227</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 172.

brasileira dos domínios rurais para o cenário urbano, é que um novo sistema podia ganhar ânimo.

Mas veremos em *Raízes do Brasil*, como o autor, ao deslocar a sua análise para a importância do advento da cidade como centro e não mais como mero apêndice dos domínios rurais, estará em sincronia com a experiência do seu tempo e que se reflete diretamente na sua obra.

Finalmente, segundo Antonio Candido, o autor "quando alude ao fim da tradição colonial de raiz portuguesa, ferida de morte pela abolição, ele desloca o foco de interesse do passado para o Brasil do seu tempo, marcado pela urbanização que dissolve os valores e hábitos rurais próprios da tradição colonial"<sup>228</sup>.

Retomando o fio da meada do autor, a interferência da vida urbana teria atuado como um mecanismo dissolvente da antiga ordem e ainda mais, representaria a passagem para um novo estilo, talvez o americano, em detrimento da nossa fórmula originária: as raízes ibéricas.

Essa transformação radical deu-se, sobretudo porque, para o autor, há uma relação de simbiose muito ampla entre o iberismo e o agrarismo. Com a desagregação do mundo rural, que passa a ceder à "impiedosa invasão do mundo das cidades", estaríamos também, por conseguinte, livrando-nos gradativamente do iberismo, que nos legou uma tradição cara para a nossa formação social, econômica e política.

A hipertrofia urbana estaria então inteiramente relacionada, e esta seria a sua condição *sine qua non*, com o declínio dos centros de produção agrária.

---

<sup>228</sup> Candido, A. *Op. Cit.* Pág. 84.

Para Sérgio Buarque de Holanda, "as cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente a sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, a cabo, em simples fontes abastecedoras, em colônias das cidades"<sup>229</sup>.

Depois dos comentários elucidativos de Antonio Candido, seria claro imaginarmos que se o primeiro movimento, acima exposto, foi o que tomou fôlego, isso se deve, sobretudo, obviamente a uma degeneração do segundo, ou seja, o primeiro movimento só se acentua definitivamente com o declínio do segundo, com o enfraquecimento, portanto, das resistências do agrarismo, minado por todos os lados e moribundo.

Os censos demográficos desde 1940 nos permitem compreender essa dinâmica. Nos anos 40, na região Centro - Sul, por exemplo, a população total era de 10.792.314, sendo que 5.818.929 habitavam a zona rural e 4.973.385 habitavam a zona urbana. Já em 1970, ou seja, trinta anos depois a diferença da cidade em relação ao campo é vertiginosa, enquanto a população geral é de 27.069.017, a população rural é de 5.095.450 e a população urbana é de 21.973.567<sup>230</sup>. Dados que corroboram a tese de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, quando o autor já pressupõe estas mudanças tão radicais.

De volta ao livro, o autor faz notar que o interessante é que "o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais coincidiu [...] com a

---

<sup>229</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 172-173.

<sup>230</sup> Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

diminuição da importância da lavoura do açúcar, durante a primeira metade do século passado, e a sua substituição pela do café"<sup>231</sup>.

Este fator determinante atua de forma transformadora das relações sociais, de modo que "a silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição - da rotina - rural. A terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente o seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza"<sup>232</sup>.

Muitos dos proprietários dessas terras passam a residir na cidade e em decorrência disto, também a indústria caseira, que até então havia garantido a autonomia da propriedade rural entra em declínio e colabora para a ascensão das cidades.

Essa passagem do açúcar para o café, como vimos, abre caminho para uma outra mudança significativa: a passagem da escravidão para o trabalho livre.

As primeiras mudanças sensíveis ocorreram em São Paulo, isso devido a pouca tradição agrícola da província, se comparada às regiões do Nordeste. É através de São Paulo então, segundo Sérgio Buarque de Holanda, que "o emprego de imigrantes europeus na grande lavoura em lugar dos negros envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país"<sup>233</sup>.

Um outro fator decorrente da substituição da lavoura da cana-de-açúcar pela do café, é o encarecimento dos gêneros alimentícios. Essa circunstância,

---

<sup>231</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 173.

<sup>232</sup> *Ibid.* Pág. 174.

<sup>233</sup> Holanda, S. B. *Thomas Davatz, Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes. 1941. Pág. 17.

aliada ao desenvolvimento das comunicações, sobretudo as vias férreas, entre as regiões produtoras de café e os centros urbanos, vai contribuir sobremaneira para a dependência das zonas rurais para os centros urbanos e para o desenvolvimento progressivo dos mesmos.

Portanto, até aqui podemos notar que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "a urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu este esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo"<sup>234</sup>.

A partir desse momento que o livro *Raízes do Brasil* passa a preocupar-se com a análise do presente. Trata-se, sobretudo, de saber qual as providências que foram tomadas ou propostas e até onde provocou mudanças no cenário político, e se provocou, quais foram às mudanças principais, a enorme crise em que caiu o liberalismo logo depois da primeira guerra mundial. No Brasil, as doutrinas liberais haviam atravessado o final do Império e se desenvolvido, sobretudo na primeira República, que por sua vez, havia se desdobrado nas oligarquias que chegaram até os anos 20, quando então, vários fatores determinaram a crise, que culminaria na crise de 29 e na revolução de 30.

Na medida em que revela uma enorme decepção com a República em geral, que se revelou incapaz de realizar o ideal de uma sociedade nova, e em particular, com o surgimento das oligarquias, que é por sua vez, decorrente dos desdobramentos dessa República que não trouxe mudanças sociais, torna-se sensível, sobretudo no meio intelectual dos anos 20, uma crise se que inicia a

---

<sup>234</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 176.

olhos vistos. Esta crise representa uma alteração sensível no cenário da história política e cultural brasileira, e embora tenha desaguado no retrocesso que representa a formação do Estado Novo, propiciou o surgimento de algumas condições que representam por outro lado, a gênese do Brasil moderno.

A decepção com a República e com o papel do Estado, provêm do fato de que o objetivo geral dos nossos dirigentes era apenas o de procurar, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "modelar a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parece seguir os países mais cultos e então, nos envaidecemos da ótima companhia"<sup>235</sup>.

Essa é apenas uma das feições características de nosso aparelhamento político, que se empenhou em desarmar "todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, e em negar toda a espontaneidade nacional"<sup>236</sup>.

Mas o desequilíbrio maior que gera essa anomalia de nosso aparato político é patente, sobretudo, naquilo que é a sua maior conseqüência: a separação da política e da vida social. Aqui no Brasil, essa separação chegou a cúmulo absurdos, ao ponto de na história de nossa formação ir-se, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial [...] ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde [...] o brilho das fórmulas [...] não passavam de pretextos para as lutas de conquistas e conservação de posições"<sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 177.

<sup>236</sup> *Ibid.* Id.

<sup>237</sup> *Ibid.* Pág. 178.

A pasmaceira da sociedade, carente de transformações complexas e de mudanças que lhe alterassem as estruturas da vida social, abria precedente apenas, quando muito, para um remédio aleatório e paliativo, a simples substituição dos detentores do poder público, que faziam apenas repetir o mesmo ciclo de privilégios de classe infinitamente. Para Sérgio Buarque de Holanda, "outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis e regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo"<sup>238</sup>.

Nesse instante entra em cena toda a rigidez e a impermeabilidade que parece constituir os pré-requisitos da boa ordem social, através de leis e normas fabricadas pelos nossos juristas. Em verdade, o racionalismo desses juristas, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico"<sup>239</sup>.

Foi justamente essa crença no espírito das leis e em parte dos ideais da Revolução Francesa, que conduziu os governos e a história dos países ibero-americanos desde os processos de independência. Mas para livrar-se do paradoxo que surge entre a independência da tutela das metrópoles européias e ao mesmo tempo adotar os preceitos da Revolução Francesa, que estavam na ordem do dia, procuravam ajustar essas normas às infrações existentes,

---

<sup>238</sup> Ibid. Id..

<sup>239</sup> Ibid. Pág. 179.

sobretudo no caso do Brasil, advindos de nossos velhos padrões coloniais e patriarcais.

Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se aos pioneiros, no plano das idéias, de nossa independência e de nossa República, nota que, esses sujeitos não desejavam em nada, mudar as condições dos negros escravos, dos indígenas e da própria massa do povo brasileiro, no processo de construção do Estado e da nação brasileira. Agindo para isso, do seguinte modo: “preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia”<sup>240</sup>. Esses doutrinadores do tempo, “preferiram não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspirava perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel”<sup>241</sup>.

A atualidade de *Raízes do Brasil*, ou seja, o dialogo que o livro mantém com o seu presente, surge para nós expresso a partir do momento em que Sérgio Buarque de Holanda pressupõe que a iminência de uma superação do passado só será possível se for superada a antítese que se formou em praticamente todas as nações ibero-americanas: caudilhismos *versus* democracia. O caudilhismo representado aqui, como "o pólo oposto à despersonalização democrática".

No Brasil, essa superação nunca se consumará "enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas [...] e aristocráticos onde ainda assenta nossa vida social"<sup>242</sup>.

---

<sup>240</sup> Ibid. Pág. 186.

<sup>241</sup> Ibid. Id.

<sup>242</sup> Ibid. Pág. 180.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, alguns acontecimentos na América Latina, sobretudo no México desde 1917 e no Chile desde 1925, caminham para o sentido de superação das persistências do arcaísmo nas sociedades mal formadas nestas terras, desde as suas raízes. Ao mesmo tempo em que será inevitável que forças conservadoras, e aqui o livro *Raízes do Brasil* antecipa os acontecimentos no Brasil em 1937, com a ascensão do Estado Novo, "se erga, e cada vez mais obstinadas, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas"<sup>243</sup>, na necessidade de conter, para a manutenção dos privilégios, qualquer transformação social profunda.

Para o autor, contribui para a primazia das conveniências particulares em detrimento dos interesses de ordem coletiva, "o elemento emotivo sobre o racional" e aqui, volta a um dos temas centrais sobre o qual o livro todo foi urdido: o personalismo.

Não é em vão que as oligarquias "que são os prolongamentos do personalismo no espaço e no tempo", tenham conseguido entre nós, com extrema facilidade, abolir as resistências liberais.

Com a crise do liberalismo na década de 20, o que Sérgio Buarque de Holanda propunha, era uma outra via, que servisse de alternativa à queda do liberalismo, mas que não fosse, todavia, nem o fascismo dos integralistas, nem as pretensões revolucionárias dos comunistas.

A questão que o autor propõe é a seguinte: se no terreno político e social os princípios do liberalismo não tem passado apenas de uma grandiosa, inútil e

---

<sup>243</sup> Ibid. Pág. 181.

onerosa superfetação, será pelas experiências de outras elaborações engenhosas que nós nos encontraremos um dia com a nossa realidade?.

Uma alternativa para o autor estaria em que, todo o pensamento democrático poderia ser resumido numa celebre frase de Bentham: "a maior felicidade para o maior número". Mas essa idéia, deveria necessariamente estar, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseado nos valores cordiais"<sup>244</sup>. Para a tese do liberalismo democrático, proposta pelo autor, estariam se opondo, desse modo, na nossa formação, o personalismo e o seu desdobramento imediato, a cordialidade. "todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências [...] há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseiam o liberalismo"<sup>245</sup>.

Mas o que nos poderá acontecer se o conservadorismo insistir em permanecer é que, talvez, continuaremos a, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre inato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar este mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa [...] as formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um

---

<sup>244</sup> Ibid. Pág. 185.

<sup>245</sup> Ibid. Id.

demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos essas verdades singelas"<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> Ibid. Pág. 188.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:**  
**A DEMOCRACIA IMPROVISADA**

Entre os anos de 1960 e 1972, Sérgio Buarque de Holanda coordenou a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* onde, em 1972, publicou o volume “*Do Império à República*”. Em 1976, dois anos, portanto, antes de ter sido um dos fundadores do Centro Brasileiro Democrático em 1978, concedeu entrevista à revista *Veja* que saiu publicada com um título provocador: “A democracia é difícil”<sup>247</sup>.

Nesta ocasião, traçou um perfil do mal - entendido que sempre foi a democracia no Brasil e deixou evidente mais uma vez, que a sua maior preocupação como historiador era a participação popular, a democracia. Assim como já havia feito em *Raízes do Brasil* em 1936, na declaração de princípios contra a ditadura Vargas no Congresso dos Escritores em 1945, como fundador da Esquerda Democrática em 1946, quando se aposentou voluntariamente da Universidade de São Paulo em protesto contra o decreto do governo que visava punir professores em 1967, quando publica um capítulo no livro *Do Império à República* intitulado “A democracia improvisada” em 1972 e finalmente, quando assina a ata da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Questionado pela revista se no Brasil nunca houve democracia porque as massas populares jamais participaram do jogo político nacional, respondeu que no Brasil, sempre foi uma minoria quem decidiu e “o povo sempre está inteiramente fora disso. As lutas, as mudanças, são executadas por essa elite e em benefício dela, é óbvio. A grande massa navega adormecida, num estado letárgico, mas em certos momentos, de repente, pode irromper brutalmente”<sup>248</sup>.

---

<sup>247</sup> Cf. Revista *Veja*, Abril de 1976

<sup>248</sup> *Ibid.* Id.

Questionado se em algum momento esse "irromper brutalmente" teria ocorrido, responde que não, tendo em vista que todas as revoluções dentro da História do Brasil foram de elites e que "a democracia aqui foi sempre um mal entendido e percorreu em nossa História um caminho inusitado. Ou seja, foi murchando aos poucos"<sup>249</sup>.

A história brasileira a partir de 1930 não havia mudado muito e a revolução, vista agora à distância não teria sido mais do que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "uma nova versão, modernizada, da democracia de gravata lavada [...] a fachada da democracia sempre esta presente, inclusive nos regimes totalitários e autoritários"<sup>250</sup>.

Há um elo de ligação muito forte entre o livro *Raízes do Brasil* e o livro *Do Império à República*, não só tanto quanto ao tema que os dois trabalhos tratam, em ambos é a questão política que está na ordem das discussões, mas pelos momentos históricos em que ambos foram concebidos. O primeiro, em 1936, quando estávamos as vésperas do Estado Novo e o segundo, em 1976, quando já estávamos vivendo em meio ao regime militar. Em ambos é a participação do povo na sociedade brasileira que estava em questão, portanto, o objetivo central da discussão de ambos é a democracia.

Se há uma temática ou um objeto que percorre toda a obra do autor e lhe é imanente, é sem dúvidas, a questão da dificuldade da democracia, ou melhor, a questão do autoritarismo de nossas elites. Segundo as palavras de Maria Odila "há um fulcro inspirador comum a todos os seus trabalhos, que é a reconstituição das tensões entre as tradições e a mudança histórica,

---

<sup>249</sup> Ibid. Id.

<sup>250</sup> Ibid. Id.

sucessivamente retomadas em suas obras sob ângulos de abordagem diferentes”<sup>251</sup>. Em um dos capítulos do livro *Do Império a República*, o “fulcro inspirador comum” de suas obras volta a reaparecer, trata-se do segundo capítulo do livro segundo: A Democracia improvisada.

Em 1978, Antonio Candido, em exposição feita no auditório da faculdade de Geografia da USP, durante mesa redonda sobre o tema "*Perspectivas do Brasil Contemporâneo*", intitulada "*A cultura do contra*", na qual Sérgio Buarque de Holanda fazia parte da mesa, dá o seu depoimento, publicado em jornal, sobre a posição política de *Raízes do Brasil*, diz o autor: “A oposição de Sérgio Buarque de Holanda à visão paternalista é a primeira visão crítica de um Brasil novo, que não era mais o Brasil luso-brasileiro, e significou para nós, para a minha geração, uma verdadeira posição do contra”<sup>252</sup>

Já em fins da década de 1970, Sérgio Buarque de Holanda volta a ser entrevistado sobre o horizonte político da sociedade brasileira numa entrevista intitulada "Que país é este?", onde destila uma feroz crítica contra o regime militar dizendo que este "é um país que pode se dar ao luxo, em pleno século XX, de restaurar o absolutismo, as capitanias, a inquisição e o banimento político dos cidadãos. Antes dessa revolução que se diz redentora, houve outra redentora que não banuiu ninguém. Ela mesma acabou sendo banida, chama-se princesa Isabel"<sup>253</sup>.

Em um outro momento, indagado sobre o aspecto mais polêmico do seu livro, o capítulo sobre o homem cordial, declara que "o homem cordial é

---

<sup>251</sup> Dias, M. O. L. S. "Sergio Buarque de Holanda: Historiador". In: *Sergio Burque de Holanda*. São Paulo – SP: Editora Ática. 1985.

<sup>252</sup> Candido, A. *Op. Cit.* Pág. 09.

<sup>253</sup> Cf. Revista Veja. 1978.

individualista e atua através de relações de simpatia, o que é incompatível com as relações impessoais do Estado moderno e com as necessidades de organização da vida urbana. No século passado nossos intelectuais exibiam um liberalismo de fachada e mesmo as reformas, como a Independência e a República partiram quase sempre de cima para baixo [...] a cor do governo é puramente militar [...] o fato foi deles, porque a colaboração do elemento civil foi nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava"<sup>254</sup>.

Nestas declarações, procurando fazer uma digressão do passado para compreender o presente, o autor nos revela que, na verdade, este país causa espanto desde os primeiros tempos da colonização. Por isso as notícias daqueles anos (1978) não o surpreendiam e não deviam surpreender a ninguém.

Desde que não se superasse definitivamente as raízes ibéricas, das quais a ditadura era mero apêndice, esses transtornos se repetiriam como um conteúdo recalcado na história do Brasil que retornaria sempre sob diversas máscaras. Em plena ditadura, os depoimentos de Sérgio Buarque de Holanda se configuravam como uma resistência e uma crítica severa ao regime militar.

Analisado paralelamente com outros pensadores e escritores brasileiros, que se inserem numa das três categorias de radicais apontadas por Antonio Candido como “radicais parciais, radicais esporádicos e radicais intermitentes”<sup>255</sup>, a presença do radicalismo político em Sérgio Buarque de Holanda é um dos momentos mais importantes do pensamento radical brasileiro.

---

<sup>254</sup> Ibid. Id.

<sup>255</sup> Candido, A. *Op. Cit.* Pág. 09.

Antes, apenas alguns poucos pensadores brasileiros tenderam, em algum momento de suas obras, para uma incursão no pensamento radical. Entre esses pensadores, estão Joaquim Nabuco, Gilberto Freire, Alberto Torres, Sílvio Romero e etc. No caso de Joaquim Nabuco, por exemplo, o radicalismo é esporádico, já que se revela fervoroso no livro *O Abolicionista* e, se converte em extremo conservadorismo, com o livro *Um Estadista do Império*.

\* \* \*

A importância e o papel pioneiro de *Raízes do Brasil* em 1936 está em que, segundo Antonio Candido, com Sérgio Buarque de Holanda "rompia-se discretamente a tradição elitista do nosso pensamento social, inclusive porque Sérgio reconhecia a necessidade, para isso, de uma revolução cujos traços não sugere, mas que situa no horizonte de sua reflexão."<sup>256</sup>

Em *Raízes do Brasil*, para implementar essa grande transformação em processo "Sérgio pesava a alternativa entre um governo autoritário de elite e um governo popular"<sup>257</sup>. A década de 1930 era um momento de valorização dos regimes totalitários em todo o mundo<sup>258</sup>, que procuravam demonstrar a fragilidade dos regimes democráticos e fazer crer que o caminho seguro de uma firmeza só era possível no totalitarismo.

---

<sup>256</sup> Candido, A. *Conferencia ao Instituto de Estudos Avançados*. USP. São Paulo - SP. Setembro/1988. Pág. 18.

<sup>257</sup> Ibid. Id.

<sup>258</sup> O nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália.

No Brasil, como um modelo que para muitos era sedutor, segundo Antonio Candido, "o fascismo, cuja encarnação brasileira era o integralismo, se apresentava como uma solução nacional transformadora, sendo na verdade uma forma de manter o passado em termos do pensamento pequeno - burguês. Sérgio rejeitou essa alternativa, negando as soluções autoritárias."<sup>259</sup>

Em 1978, Antonio Candido define mais uma vez o livro *Raízes do Brasil* como um livro do contra, ele diz, "Foi um livro curiosamente do contra, porque foi para a minha geração, o primeiro livro que mostrou 1 - que não tinha mais sentido falar em predomínio ou vantagens da cultura luso brasileira no Brasil [...] 2 - ele se opôs a conveniência ou interesse da estrutura autoritária no Brasil. Aliás o sentido da civilização brasileira para ele seria, ao contrário, uma oposição ao autoritarismo".<sup>260</sup>

Sempre que um dos problemas recorrentes na sociedade brasileira se manifesta como, por exemplo, o autoritarismo, é comum que as obras fundadoras do pensamento social brasileiro sejam revisitadas.

No caso de *Raízes do Brasil*, cujo projeto social imanente é analisar a dificuldade da emergência de uma sociedade democrática, foi muito comum que durante o autoritarismo do regime militar, onde não existe liberdade de expressão e democracia, esta obra fosse revisitada com regularidade, mantendo assim a sua atualidade.

Não é mero acaso que, quando *Raízes do Brasil* completou 50 anos de sua publicação, coincidindo com o início do processo de abertura política depois de mais de 20 anos de ditadura e o país procurava se firmar rumo a um

---

<sup>259</sup> Candido, A. Op. Cit. Pág. 18.

<sup>260</sup> Candido, A. *A cultura do contra*. Exposição no auditório da faculdade de Geografia da USP, em mesa redonda sobre o tema "perspectivas do brasil contemporâneo" em 1978.

regime democrático, uma manchete do jornal do Brasil de 1 de Novembro de 1986 anunciou: “Parece que foi hoje”. Isso porque cinquenta anos depois de lançado, *Raízes do Brasil* continha idéias, opiniões e conceitos que poderiam ser aplicados à conjuntura política e social do Brasil naquela ocasião. Se por um lado este fato demonstra a atualidade do pensamento do autor, por outro, denota como naquela ocasião a permanência e a sobrevivência dos problemas políticos e sociais do passado, que o livro então denunciava, agora davam a desagradável impressão de serem crônicos.

O ano era o de 1986 e o país vivia um momento de abertura política e velada confiança numa futura democracia. Não haveria momento mais oportuno, portanto, para a retomada da leitura do livro. E nesse ano publicou-se diversos comentários nos jornais e revistas tratando de analisar o livro e a sua atualidade em relação ao momento de transição em que se vivia.

Num país que se preparava para uma abertura política e para a emergência de uma sociedade democrática, o livro *Raízes do Brasil*, a conotação política que é o seu mais importante aspecto, lançava importantes elementos para se tentar compreender ou explicar as causas daquela desordem e daquele governo ditatorial do qual havíamos recém saído. O certo é que passados cinquenta anos, o eixo em torno do qual o autor construiu o livro – as elites dirigentes e os obstáculos à maior participação dos figurantes mudos de nossa história – permanecia atual na forma concreta de devassar as relações entre política e sociedade no Brasil.

A democracia no Brasil sempre foi um horizonte improvável, sujeita a interrupções provocadas por golpes militares. Revisitar *Raízes do Brasil* nos

anos da Ditadura era procurar entender o regime militar como uma permanência das raízes ibéricas, do patrimonialismo, do personalismo e da cordialidade.

Em entrevista, já mencionada, concedida à revista *Veja* nos anos 70, Sérgio Buarque de Holanda questionado a respeito do livro *Raízes do Brasil* sintetiza o que poderíamos definir como o seu fio da meada. Diz o autor "a idéia básica (do livro) era a de que nunca houve democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na história do Brasil, mas uma que mexesse mesmo com toda a estrutura social e política vigente"<sup>261</sup>.

É justamente esse radicalismo democrático de Sérgio Buarque de Holanda, que levou o nosso autor a participar, sempre que surgissem, de movimentos de características populares que desafinassem o coro dos contentes.

Podemos aqui evocar o pensamento de Gramsci, segundo o qual, os intelectuais se encontram unidos organicamente as classes sociais e mantêm laços estreitos com estas. O vínculo orgânico que liga o intelectual a uma determinada classe implica precisamente que este seja a autoconsciência crítica desta classe. Esta pesquisa teve por objetivo procurar permear a posição política combativa de Sérgio Buarque de Holanda como intelectual orgânico voltado para os problemas com a democracia no Brasil, não só frente aos acontecimentos que desembocariam na ditadura Vargas, mas como uma questão imanente à sua obra. Como vimos, Sérgio Buarque de Holanda participou desde as primeiras manifestações políticas que agitaram São Paulo entre os anos de

---

<sup>261</sup> Cf. Revista *Veja*. Abril de 1976.

1933 e 1937. Foi precocemente um homem de tendência de esquerda e essa tendência e a posição nitidamente antifascista, levou-o a perceber a função do povo na História Brasileira e discretamente pôs isso em *Raízes do Brasil* (1936), onde estaria exposto, portanto, um exemplo de como a consciência política do intelectual deve estar presente na sua obra. Ao longo de sua vida intelectual o autor foi sujeito participante da vida política do seu país, assim como fica claro nos artigos que publicou nos principais jornais da imprensa brasileira. Escrevendo sempre sobre a dificuldade da democracia no Brasil, colaborou com artigos e manifestos, ao longo dos anos 1930 a 1980, para diversos jornais tais como, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Digesto Econômico*, *Diário Carioca*, *Brasil Democrático* e *O Escritor*.

\* \* \*

Na primeira parte desta pesquisa procuramos inserir o texto e o autor em diversos contextos, entre eles o da formação da historiografia brasileira e especificamente o dos anos 1930, na segunda parte tratamos de uma análise interna do discurso, de sua estrutura e do seu andamento.

O ambiente intelectual, político e econômico proporcionado pela Revolução de 1930 é um dos momentos peculiares da história do Brasil nos quais a sociedade se debruça sobre si mesma a fim de pensar o seu passado, o seu presente e propor projetos para o seu futuro. É assim que os intelectuais, partidos políticos, artistas, segundo Otávio Ianni, "ao pensar o presente, são

obrigados a repensar o passado, buscar e rebuscar continuidades, rupturas e inovações"<sup>262</sup>.

Dessa forma o que está por trás dessas releituras do país, tanto no campo da produção historiográfica e sociológica como na literatura é sempre a questão nacional que permeia, por exemplo, obras como as de Capistrano de Abreu, Machado de Assis e Joaquim Nabuco até Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e João Cabral de Mello Neto.

De modo que "a idéia de Brasil moderno", segundo expressão de Otávio Ianni, é um dos temas mais recorrentes no universo intelectual brasileiro. Está relacionado às diversas formas de criar e recriar a nação, em cada época, de acordo com a conjuntura ou a ocasião.

O livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, representa uma dessas tentativas de se compreender a história do país, e mais do que isso, de procurar engendrar um projeto de modernização ou denunciar os seus empecilhos.

O objetivo desta pesquisa foi o de procurar evidenciar o projeto de modernização brasileira no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda exposto no discurso de *Raízes do Brasil*. O seu esforço de denunciar a gênese das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, e de reclamar uma sociedade democrática. Há para o autor, como procuramos explicitar, uma contradição entre modernização brasileira e herança ibérica. Enquanto as cinzas do iberismo tiverem uma sobrevida a modernização brasileira pode avançar em

---

<sup>262</sup> IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. Pág. 08.

termos econômicos, mas faltarão sempre os avanços precisos no campo das relações políticas e sociais.

O Brasil nasceu moderno e Sérgio Buarque de Holanda vai analisar em *Raízes do Brasil* as dificuldades do desenvolvimento no Brasil das duas categorias mais importantes do mundo moderno e que lhe são contemporâneas: o Estado – Nação e o capitalismo. É nesse sentido que o autor parte em busca de nossas raízes, ou seja, re-arranja todo um passado para melhor compreender o presente, já que no presente, em 1936, o desenvolvimento das forças do capitalismo industrial e um projeto para a nação ainda estava procurando as suas identidades. O livro *Raízes do Brasil* está intrinsecamente ligado a esse momento de crise nacional em face da expansão do capitalismo mundial. Podemos considerar que o livro *Raízes do Brasil* é um estudo do desenvolvimento ou da dificuldade de inserção da mentalidade capitalista na sociedade brasileira. O autor propõe um retorno as origens do tradicionalismo dessa sociedade e das condições e das circunstâncias da possível passagem do conservadorismo para a racionalidade capitalista.

A passagem da vida rural para a vida urbana e o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras é considerada pelo autor como uma verdadeira revolução. Esta revolução modifica, por um lado, fundamentalmente a cidade colonial subjugada pelo latifúndio e, por outro, transfere a dominância social e política – dos senhores patriarcais – do campo para a cidade. Esta transferência de poder é *sui generis* porque não é realizada pela ascensão de qualquer grupo urbano pré – existente, mas pela mera mudança de residência das castas agrárias do latifúndio para as cidades, o que, por um lado, significa um avanço, mesmo

que estas castas tenham levado consigo o mesmo poder de dominação social, temperado pelo mesmo sistema ético familiar e privatista, o que, por outro lado, significa a permanência, o atraso.

Em *Raízes do Brasil*, o autor acompanha ao longo de todo o livro o desenvolvimento de um certo tipo de dominação social e de poder político, como desdobramento de um tipo de ética social que resistia dramaticamente a um possível surgimento do espírito da racionalidade capitalista na sociedade brasileira. O que o autor percebe ao final é que a sociedade brasileira vive historicamente envolta em um movimento pendular, caminhando ora em direção à modernização, caminhando ora em direção ao atraso.

Com isso, efetivamente, o autor desenterrou as raízes do nosso tradicionalismo até o momento em que essa sociedade teria que enfrentar as novas forças de um capitalismo mundial renovado nos seus processos e nas suas urgência. É certo que aqui é a Revolução de 30 e da sua faceta modernizadora – a industrialização – de que Sérgio Buarque esta falando.

Antonio Candido no *post-scriptum*, incorporado ao livro *Raízes do Brasil* em 1986, por ocasião do seu aniversário de cinquenta anos, escreve que talvez tenha sido Sérgio Buarque de Holanda “o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição ilustrada, segundo a qual cabe a esclarecidos intelectuais, políticos, governantes administrar os interesses e orientar a ação do povo”<sup>263</sup>.

Já naquela época (1936), Sérgio Buarque de Holanda procurava deixar claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia modificar a sua história e cuidar do seu destino. Isso faz de Sérgio Buarque de Holanda,

---

<sup>263</sup> Candido, A. “Post-scriptum”. In: Holanda, S. B. *Op. Cit.* Pág. 23.

segundo Antonio Candido, “um coerente radical democrático, autor de contribuição que deve ser explorada e desenvolvida no sentido de uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos”<sup>264</sup>.

Em *Raízes do Brasil*, o autor demonstra que o estudo do passado não deve ser operação saudosista e modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, mas pode e deve ser “uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é o uso”<sup>265</sup>.

O certo é que, na verdade, o livro *Raízes do Brasil* abriu e orientou um debate fecundo sobre o passado e o futuro do Brasil, por isso tornou-se um clássico cuja referência se faz obrigatória para se entender a sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de um quadro teórico indispensável.

\* \* \*

Em 1980, Sérgio Buarque de Holanda foi o segundo nome na ata de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), naquela ocasião, com a ditadura já mostrando sinais de enfraquecimento, havia um entusiasmo em relação ao futuro. Sérgio Buarque de Holanda morreu em 1982, não viveu para assistir, a partir dos anos 1990, o lamentável surto de modernização conservadora e de atraso a qual foi submetido novamente o país, e que tanto o nosso autor criticou

---

<sup>264</sup> Ibid. Id.

<sup>265</sup> Ibid. Pág. 24.

em *Raízes do Brasil*. O que o autor descortinava lá era justamente o abismo histórico entre as instituições políticas, copiadas do liberalismo europeu – cujo último modelo hoje é o pensamento único neo – liberal – e as reais necessidades do país, frutos do longo processo de formação colonial.

Transpor esse abismo existente entre a vida política e a vida social, entre as elites dominantes e a grande massa do povo, meros figurantes excluídos de qualquer participação social, é ainda um desafio dos nossos tempos. A busca do fortalecimento da sociedade civil e dos espaços públicos nunca foi uma questão tão urgente como em nossos dias com essa onda privatista onde o cidadão torna-se mero consumidor.

Em livro recente, a filósofa Marilena Chauí analisa a sociedade brasileira dos anos 1990 por ocasião da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil e, para nossa perplexidade, detecta que as nossas relações sociais guardam fortes marcas de nosso passado colonial, aquelas mesmas expostas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. A autora nos diz "conservando as nossas marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam de cultura senhorial, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece [...] as relações entre os que se julgam iguais são de parentesco, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são

vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação<sup>266</sup>.

Como podemos ver, o desafio da construção de uma sociedade democrática por meio da superação da contradição entre herança ibérica e modernização brasileira está, hoje ainda mais do que ontem, na ordem do dia; e com ele o livro *Raízes do Brasil* e o pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda.

---

<sup>266</sup> Chauí, M. *Brasil : mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000. Pág. 89.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Acervo do arquivo Sérgio Buarque de Holanda*. Biblioteca Central. Coleções  
Pessoais. UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas.

*Acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro – RJ.

*Acervo do CEDAP*. Assis – SP. UNESP – Faculdade de Ciências e Letras.

ARANTES, P. E. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira  
: Dialética e Dualidade em Antônio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo  
– SP: Ed. Paz e Terra. 1992.

ARANTES, O. B. F. *Mário Pedrosa, itinerário crítico*. São Paulo – SP: Ed.  
Scritta. 1991

ADORNO, T. W. *Notas de Literatura*. Barcelona. Espanha: Ediciones Ariel.  
1962. Pág. 11 – 37.

\_\_\_\_\_ *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo – SP: Ed. Cultrix. USP. 1956.

ALENCASTRO, C. F. *A Pré-revolução de 30*. Novos Estudos CEBRAP. Nº 18.  
Setembro de 1987. Pág. 17-21.

\_\_\_\_\_ *O trato dos viventes : Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São  
Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 2000.

ANDRADE, O. *Um aspecto antropofágico da cultura brasileira : O homem  
cordial*. In: *Obras completas nº 06*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização  
brasileira. 1970.

AVELINO FILHO., G. *Cordialidade e Civilidade em Raízes do Brasil*. RBS  
Nº 12. Vol. 05. Fevereiro de 1990.

BRAUDEL, F. *Civilização material e capitalismo nos séculos XV-XVIII*. Col.  
Rumos do Mundo Vol. 10. Lisboa: Ed. Cosmos. 1970.

- BLAJ, I. *Pulsações, sangrias e sedimentação. Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII* In : *SBH : Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- \_\_\_\_\_ “Sérgio Buarque de Holanda : historiador da cultura material”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- BARBOZA, F. A. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Rocco. 1988.
- \_\_\_\_\_ “Verdes anos de SBH : Ensaio sobre a formação intelectual até Raízes do Brasil”. In: *SBH: Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- BOSI, A. “Um testamento do presente”. In: MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1977.
- BIASOLI, V. “Prefácio”. In Fontana, J. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru – SP: EDUSC. 1998. Pág. 07.
- CANDIDO, A. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* 26°. São Paulo – SP: Ed. Companhia das letras. 1995.
- \_\_\_\_\_ *Tese e Antítese. (Ensaio)*. São Paulo – SP: Ed. Cia Editora Nacional. 1964.
- \_\_\_\_\_ *Sérgio em Berlim e Depois*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo – SP. Nº 03. Vol. 01. Julho de 1982.
- \_\_\_\_\_ *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Editora Ática. 1989.

- \_\_\_\_\_ *Literatura e Sociedade*. São Paulo – SP: Ed. Cia Nacional. 1965.
- \_\_\_\_\_ “Dialética da Malandragem”. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*. USP. São Paulo – SP. Nº 08. 1970. Pág. 67-89.
- \_\_\_\_\_ “Sérgio, O radical”. In: *SBH: Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- \_\_\_\_\_ “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- \_\_\_\_\_ *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes. 1964.
- \_\_\_\_\_ *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seu meio de vida*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1964.
- \_\_\_\_\_ “A Revolução de 30 e a cultura”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1987. Pág. 190.
- \_\_\_\_\_ *Conferencia ao Instituto de Estudos Avançados*. USP. São Paulo - SP. Setembro/1988. Pág. 18.
- \_\_\_\_\_ *A cultura do contra*. Exposição no auditório da faculdade de Geografia da USP, em mesa redonda sobre o tema "perspectivas do brasil contemporâneo" em 1978.
- \_\_\_\_\_ *SBH e o Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1998.
- CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1973. Pág. 05.

- CARDOSO, F. H. *Livros que inventaram o Brasil*. Novos Estudos CEBRAP. Nº 37. Novembro de 1993. Pág. 21-35.
- \_\_\_\_\_ *As idéias e o seu lugar*. Caderno CEBRAP. 13. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes. 1980.
- CARPEAUX O. M. “Tradições americanas”. In: *Origens e fins*. Rio de Janeiro – RJ: Casa do Estudante. 1943. Pág. 384.
- CRUZ, J. C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização brasileira. 1956.
- CAVALHEIRO, E. *Testamento de uma geração*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1944.
- COUTINHO, C. N. *Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?*. Cadernos de Debate, 1. História do Brasil. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1976.
- COSTA, E. V. “Revolução Burguesa no Brasil”. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Nº 04. 1978.
- \_\_\_\_\_ “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1968.
- \_\_\_\_\_ *Da senzala à colônia*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1966.
- COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000. Pág. 89.

- DIAS, M. O. L. S. org. FERNANDES, F. *Sérgio Buarque de Holanda*. Col. Grandes cientistas Sociais. Volume 51. São Paulo – SP: Editora Ática. 1985.
- \_\_\_\_\_ “Estilo e método na obra de SBH”. In: *SBH : Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- \_\_\_\_\_ “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- \_\_\_\_\_ “A interiorização da metrópole”. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1968.
- \_\_\_\_\_ “Negação das negações”. In: *Raízes do Brasil*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Aguilar. 2000. Pág. 906.
- DEAN, W. “A industrialização durante a República velha”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4 . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.
- DECCA, E. S. de. *1930, o silêncio dos vencidos*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1981.
- DIEHL, A. A. *Max Weber e a História*. Passo Fundo – RS: Ed. Ediupf. 1996.
- \_\_\_\_\_ *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo – RS: Ed. EDIUPF. 1998.
- DINIZ, E. “O Estado Novo : estrutura de poder e relações sociais”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 3. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1983. Pág. 87.

- DULCI, L. “Sérgio Buarque de Holanda, petista”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- FIGUEIRA, P. A. *A historiografia brasileira 1900-1930. Análise crítica*. Tese de Doutorado. F. F. C. L. de Assis – SP. 1973.
- FREIRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1958.
- FILHO, G. A. *As raízes de Raízes do Brasil*. Novos estudos CEBRAP, nº 18. Setembro de 1987. Pág. 33-41.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1976.
- \_\_\_\_\_ “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- \_\_\_\_\_ *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo – SP: Ed. Ática. 1994.
- FAUSTO, B. *A Revolução de 30*. Ed. Brasiliense. São Paulo – SP. 1975.
- \_\_\_\_\_ “o Brasil Republicano”. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1977. T. 03 04 V.
- \_\_\_\_\_ “Expansão do café e política cafeeira”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 1º Volume. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1989. Pág. 195.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes. 1977.
- \_\_\_\_\_ *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1972.

- \_\_\_\_\_ *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo – SP: Ed. Ática. Col. Ensaios. 34. 02 V. 1978.
- FONTANA, J. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru – SP: Ed. EDUSC. 1998.
- FURTADO, C. *O Brasil e os entraves para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro. RJ: Ed. Paz e Terra. Agosto de 1967. Ano I. nº 04.
- \_\_\_\_\_ *Formação econômica do Brasil*. Brasília – DF: Ed. UNB. 1963.
- \_\_\_\_\_ “Brésil: de la République oligarchique à l'état militaire”. In: *Les Temps Modernes*. Nº 257. Outubro de 1967. Paris. Pág. 580.
- FRANCO, M. S. C. *As Idéias estão no lugar*. Cadernos de Debate, 1. História do Brasil. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1976.
- \_\_\_\_\_ *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo – SP: ED. IEB/USP. 1969.
- GALVÃO, W. N. *Candido e Sérgio, amigos contra a ditadura*. Jornal da Tarde. 18/07/1998.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização brasileira. 1966.
- GOMES Jr. G. S. *Palavras peregrinas: idéias barrocas e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo - SP. 1996.
- GURVITCH, G. *Sociologia del siglo XX*. Vol I. Barcelona. Espanha: Ed. Ateneo S/A 1965.
- GUIMARAES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro – RJ: Revista Estudos Históricos. Nº 01. 1988. Pag. 5 – 27.

- HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*. México: Ed. Fondo de Cultura Economica. 1997. Pág. 204.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* 26°. São Paulo – SP: Editora Companhia das letras. 1995.
- \_\_\_\_\_ *Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1959.
- \_\_\_\_\_ *Monções*. São Paulo – SP: Ed. Alfa – Ômega. 1976.
- \_\_\_\_\_ *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1975.
- \_\_\_\_\_ *O lado oposto e os outros lados*. Revista do Brasil. Rio de Janeiro – RJ. 15 de Outubro de 1926.
- \_\_\_\_\_ “Do Império à República”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1960.
- \_\_\_\_\_ *Thomas Davatz, Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes. 1941. Pág. 34-35.
- \_\_\_\_\_ *História Geral da civilização brasileira. A Época colonial*. São Paulo – SP: Ed. Difel. T. 01. 02 V. 1973.
- \_\_\_\_\_ *O espírito e a letra: estudos de crítica literária 1920- 1947*. Volume I. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 1997. PRADO, A. A. (org.)
- \_\_\_\_\_ *O espírito e a letra: estudos de crítica literária 1948-1959*. Volume II. Ed. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1997. PRADO, A. A. (org.)
- \_\_\_\_\_ *Antinous (fragmento)*. *Klaxon*. Ed. Facsimilar. São Paulo : Martins. 1972. N.15, p.1-2. Ago. 1922

\_\_\_\_\_ “Le Brésil dans la vie américaine”. In: *Le Nouveau Monde et l’Europe*; textes des conférences et des entretiens organisées par les Rencontres Internationales de Genève et des conférences prononcées aux Rencontres Intellectuelles de São Paulo 1954. Bruxelles: Office de Publicité, 1955. p.55-75.

\_\_\_\_\_ *Cobra de vidro*. São Paulo - SP: Ed. Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_ *Conquista da Paz Interna e Conciliação Política* (excertos de prova escrita realizada durante concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo). *Folha de S. Paulo*, 19 abr.1992. mais!, p.5-7.

\_\_\_\_\_ *Corpo e alma do Brasil*. Ensaio de psicologia social. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ, ano3, n.6/87, p.32-42, jul.1987.

\_\_\_\_\_ *Discurso do Sr. Sérgio Buarque de Holanda*; pronunciado na noite de 25 de abril de 1961, ao tomar posse da Cadeira Nº 36. *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, ano22, n.67, p.64-83, jul.1962.

\_\_\_\_\_ *Elementos básicos da nacionalidade: o homem*. Rio de Janeiro - RJ: Escola Superior de Guerra, 1967.

\_\_\_\_\_ *Introdução Geral*. In: (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo - SP: Difusão Européia do Livro, 1963. p.7-11. (Tomo I, v.1, “A época colonial”.)

\_\_\_\_\_ *Livro dos prefácios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_ *Mentalidade capitalista e personalismo*. *Digesto Econômico*, São Paulo - SP, n.28, p.31-5, mar.1947.

- \_\_\_\_\_ *O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos.*  
*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro - RJ, 15 jul. 1951, p.12-3.
- \_\_\_\_\_ *O senso do passado.* *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ, ano3, n.6/87,  
p.82-4, jul.1987.
- \_\_\_\_\_ *Sérgio Buarque responde (entrevista).* *Folha de S. Paulo*, 28 ago.1977.  
Folhetim, n.32, p.9-10.
- \_\_\_\_\_ *Sobre uma doença infantil da historiografia.* *O Estado de S. Paulo*, 17-24  
jun.1973. Suplemento Literário, p.6.
- \_\_\_\_\_ *Tentativas de mitologia.* São Paulo - SP: Ed. Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_ *A viagem a Nápoles.* *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano3, n.6/87,  
p.18-26, jul.1987.
- \_\_\_\_\_ *Entrevista a Revista Veja.* 1976.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil.* Rio de Janeiro – RJ: Ed.  
Civilização brasileira. 1966.
- \_\_\_\_\_ *A Idéia de Brasil moderno.* São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1994.  
Pág. 15.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo.* Col. Grandes estudos  
Brasiliense. Vol I. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1945.
- \_\_\_\_\_ *História econômica do Brasil.* São Paulo – SP: ED.  
Brasiliense. 1972.
- KONDER, L. *A derrota da dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil  
até o início dos anos 30.* Rio de Janeiro – RJ: Ed. Câmpus. 1988.
- LINS, I. *História do positivismo no Brasil.* Brasiliense. Volume 322. São Paulo  
– SP: Companhia editora nacional. 1967.

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto – Portugal: Publicações escorpião. 1974.
- LEITE, D. M. *Caráter nacional brasileiro*. São Paulo – SP: Ed. Pioneira. 1969.
- LAHUERTA, M. "Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização". In: LORENZO, H. C. de ; COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.
- MARX, K. ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Montevideú. Uruguai: Ed. Grijalbo. 1970.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Cultrix e Ed. EDUSP. 1977.
- MARTINEZ, P. H. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior 1928-1935*. Tese de Doutorado. USP. FFLCH. São Paulo - SP. 1998.
- MELLO, E. C. In : "Raízes do Brasil e Depois" In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* . São Paulo – SP: Cia das Letras. 1995.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira)*. Campinas. 1975.
- MACHADO, B. P. *Raízes do Brasil: uma releitura*. Ver. Estudos Brasileiros. V. 01. N° 02. Pag. 169-193. Curitiba – PR. 1976.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. Campinas – SP. 1996. Pág. 187.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira. (1933-1974)*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1977.

- \_\_\_\_\_ (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Saga. 1965.
- MARSON, A. *Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão*. São Paulo – SP: Revista de história. 1971. Nº 86.
- MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo – os influxos teóricos*. Vol I e II. Campinas – SP: Ed. UNICAMP. 1995.
- NEME, M. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1945.
- NOGUEIRA, A. R. “Sérgio Buarque de Holanda: o Homem”. In: *SBH: Vida e Obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo – SP: Ed. Hucitec. 1979.
- \_\_\_\_\_”As dimensões da independência”. In: MOTA, C. G. (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- \_\_\_\_\_”O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. In: MOTA, C. G. (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- \_\_\_\_\_ (Dir.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 3 Volumes. 1998.
- \_\_\_\_\_ *De volta ao homem cordial*. Jornal de resenhas. Folha de São Paulo. 1 de Maio de 1995.
- ODALIA, N. *As formas do mesmo*. São Paulo – SP: Ed. UNESP. 1997.

OLIVEIRA, F. “A emergência do modo de produção de mercadorias : uma interpretação teórica da economia da república Velha no Brasil”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 1. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Bertrand Brasil. 1989.

\_\_\_\_\_ “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina”. *Revista Praga*. Nº 04. São Paulo – SP: Editora Hucitec. 1997. Pág. 31 – 42.

OLIVEIRA, L. L. “Questão nacional na primeira república”. In: LORENZO, H. C. de ; COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.

OLIVEIRA, L. L. “As raízes da ordem, os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A revolução de 30*. Seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Brasília-DF: Ed. Univ. Brasília. 1983.

PATARRA, N. L. “Dinâmica Populacional e urbanização no Brasil no período pós-30”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.

PIVA, L. G. *Ladrilheiros e Semeadores*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 31.

PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1962.

PRADO, A. A. “Raízes do Brasil e o modernismo”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

- *1922: Itinerário de uma Falsa Vanguarda: Os dissidentes a Semana e o Integralismo*. Coleção Primeiros Vôos. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1983.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 40.
- REIS, J. C. “Sérgio Buarque de Holanda: A recusa das raízes Ibéricas”. *Revista Tempos Históricos*. Nº 01, volume 01. Pág. 217. Março de 1999.
- *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2000.
- RODRIGUES. L. M. “Prestes e a Aliança Nacional Libertadora”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume 1983.
- SAEZ, D. A. M. “As lutas políticas do período 1930 – 1964”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume. 1983.
- SANTOS, J. H. ”Condenados ao Moderno”. *Revista Memória e Vida Social*. Assis – SP. 1999.
- SIMMEL, G. *A Metrópole e a vida mental*. Illinois. USA: Ed. Chicago Press. 1950.
- SINGER, P. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4 . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.
- SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil*. São Paulo – SP: FIESP. 1939.

- SCHWARZ, R. "Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem". In: *Que Horas São*. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 1987.
- \_\_\_\_\_ *As idéias fora do lugar*. Novos Estudos CEBRAP. Nº 03. Janeiro de 1973.
- \_\_\_\_\_ *Machado de Assis: Um Mestre na periferia do Capitalismo*. São Paulo – SP: Livraria Duas Cidades. 1990.
- \_\_\_\_\_ *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo – SP: Livraria Duas Cidades. 1977
- SOUZA, L. M. "Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial". In: Freitas, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão*. Ed. Brasiliense. São Paulo - SP. 1983.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro. 1976, Pág.
- TRINDADE, H. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1979.
- VIANA, O. *Evolução do Povo brasileiro*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1956.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Escravidão nas áreas cafeeiras*. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo. São Paulo - SP. 1964.
- \_\_\_\_\_ *Da Senzala à colônia*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1966.
- VAINFAS, R. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

- \_\_\_\_\_ “História das mentalidades e história cultural”. In: *Domínios da História*. RIO DE JANEIRO - RJ. Editora Campus, 1997.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. V. 1. Brasília – DF: Editora UNB. 1991.
- \_\_\_\_\_ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo – SP: Editora livraria pioneira. 1967.
- WITTER, J. S. “Sérgio Buarque de Holanda: O professor”. In: *SBH: Vida e Obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- WEFFORT, F. C. “Educação e política”. In: Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Paz e terra. 1983. Pág. 14.

## Artigos em publicações periódicas.

Holanda, S. B. “A propósito dos ingleses no Brasil”. Rio de Janeiro – RJ:

*Diário de Notícias*. 02 de março de 1941. Pág. 13 e 14.

\_\_\_\_\_ “O comunismo e a atualidade européia”. Rio de Janeiro – RJ: *O Jornal*. 23 de novembro de 1929, P. 01.

\_\_\_\_\_ “Diálogo das grandezas do Brasil”. Rio de Janeiro – RJ: *O jornal*. 20 de fevereiro de 1930. Pág. 02.

\_\_\_\_\_ “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”. Rio de Janeiro – RJ: *Espelho*. março de 1935. Pág. 14-16.

\_\_\_\_\_ “O Estado totalitário”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 18 de junho de 1935. Pág. 06.

\_\_\_\_\_ “Colônias de parceria”. Rio de Janeiro – RJ: *Revista do Brasil*. Ano III. Nº 29 Pág. 15-25. Novembro de 1940.

\_\_\_\_\_ “A filosofia de Machado de Assis”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de Notícias*. 22 de dezembro de 1940. Pág. 17.

\_\_\_\_\_ “Considerações sobre o americanismo”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de notícias*. 28 de setembro de 1941. Pág. 17-18.

\_\_\_\_\_ “A formação da sociologia brasileira”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de Notícias*. 09 de Novembro de 1941. Pág. 45-52.

\_\_\_\_\_ “Economia colonial”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 21 de abril de 1946. Pág. 04.

- \_\_\_\_\_ “Cooperação e trabalho livre”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 06 de Abril de 1946. Pág. 04 - 05.
- \_\_\_\_\_ “Inatualidade de Cairú”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 14 de março de 1946.
- \_\_\_\_\_ “Tradicionalistas e Iconoclastas”. Rio de Janeiro – RJ: *Correio da Manhã*. 27 de Abril de 1946.
- \_\_\_\_\_ “A margem da inconfidência”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 27 de fevereiro de 1947. Pág. 04.
- \_\_\_\_\_ “Da lei Eusébio à crise de 1864”. São Paulo – SP: *Digesto econômico*. Ano III, nº 30. Pág. 51-61. Maio de 1947.
- \_\_\_\_\_ “Mentalidade capitalista e personalismo”. São Paulo – SP: *Digesto econômico*. Ano III. Nº 28, pág. 31-35. Março de 1947.
- \_\_\_\_\_ “À procura de um humanismo I”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 22 de abril e 1948. Pág. 06.
- \_\_\_\_\_ “Novos rumos da sociologia”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 03 de Outubro de 1948.
- \_\_\_\_\_ “Burguesia e absolutismo”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 09 de Outubro de 1949. Pág. 04
- \_\_\_\_\_ “A democracia e a tradição humanista”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de notícias*. , 26 de junho de 1949.
- \_\_\_\_\_ “Goethe e as traduções: Um prefácio”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 08 de Abril de 1949. Pág. 04.
- \_\_\_\_\_ “Problemas da democracia mundial”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de Notícias*. 19 de junho de 1949.

\_\_\_\_\_ “Africanos no Brasil”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 02 de agosto de 1950. Pág. 04.

\_\_\_\_\_ “Apologia da História”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 18 de julho de 1950. Pág. 04.

\_\_\_\_\_”Crítica e história”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário carioca*. 10 de Dezembro de 1950.

\_\_\_\_\_”Au Brésil colonial: les civilisations du miel”. Paris: *Annales*. Janvier-mars 1950.

\_\_\_\_\_ “Clima e raça”. São Paulo – SP: *Folha da manhã*. 29 de agosto de 1950. Pág. 06.

\_\_\_\_\_ “Cultura e instituições políticas”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário de notícias*. 08 de janeiro de 1950.

\_\_\_\_\_ “Ofício do Historiador”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 16 de junho de 1950.

\_\_\_\_\_ “Para um nova história”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 26 de julho de 1950. Pág. 4-5.

\_\_\_\_\_ “Introdução à democracia”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 18 de setembro de 1951.

\_\_\_\_\_ “Fluxo e refluxo I, II e III”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 31 de janeiro, 3 e 6 de fevereiro de 1951.

\_\_\_\_\_ “Bandeiras e Monções”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 15 de julho de 1951. Pág. 03.

\_\_\_\_\_ “Sociedade Patriarcal”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 04 de Novembro de 1951.

- \_\_\_\_\_ “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”. Rio de Janeiro – RJ: *Correio da Manhã*. 15 de julho de 1951.
- \_\_\_\_\_ “Tendências filosóficas”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 18 de Março de 1951.
- \_\_\_\_\_ “Depois da semana”. São Paulo – SP: *Folha da Manhã*. 26 de fevereiro de 1952. Pág. 06-08.
- \_\_\_\_\_ “História econômica”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 24 de agosto de 1952. Pág. 3-4.
- \_\_\_\_\_ “A ilha Brasil”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 22 de junho de 1952.
- \_\_\_\_\_ “Sérgio Buarque de Holanda também protesta”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 13 de Abril de 1952.
- \_\_\_\_\_ “O senso do passado”. Rio de Janeiro – RJ: *Diário Carioca*. 13 de julho de 1952.
- \_\_\_\_\_ “Portugueses na América”. São Paulo – SP: *O Estado de São Paulo*. 09 de Maio de 1959.
- \_\_\_\_\_ “Conseguirão expulsar o povo?”. Rio de Janeiro – RJ: *Brasil democrático*. 03 de novembro de 1978.
- \_\_\_\_\_ “Os dias de hoje lembram os de 1945”. São Paulo – SP: *O Escritor*. Ano I, junho - julho de 1980.
- \_\_\_\_\_ “Tenho medo do que o futuro reserva para este país”. São Paulo – SP: *O Escritor*. 10 de Junho de 1981.

ANEXO

*Os problemas da democracia mundial*

[*O Estado de São Paulo, 23 de Junho de 1949* ]

Mais do que qualquer outra época da história, as divergências políticas de nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de idéias. Até onde aquelas divergências podem tomar vulto, convertendo-se em nova ameaça à paz entre as nações e, no interior das nações, entre as classes e os indivíduos, mostram-nos a evidência os sucessos destes três últimos decênios e, muito em particular, dos últimos três anos.

Por ocasião da conferência de Teerã, em 1943, no curso da última guerra mundial, o objetivo que se propunham os estadistas das potências aliadas era expressamente o estabelecimento de uma “família mundial das nações democráticas”. Em declarações posteriores dos mesmos estadistas, durante a guerra e logo depois de assegurada a vitória, sublinhou-se constantemente o propósito comum de se atingir uma solução, conforme os princípios democráticos, dos problemas políticos e econômicos do mundo de amanhã.

E no entanto não se pode dizer que o alijamento, em 1945, dos fascismos nacionalistas como fator ponderável nos conclaves internacionais, tenha ajudado decisivamente a clarear a atmosfera. A verdade, bem ao contrário, é que as esperanças de paz nunca pareceram mais longínquas e inúteis do que nos dias atuais. Subjugado o inimigo, que permitira uma composição ou compromisso de emergência entre as forças anti-fascistas, o que testemunhamos presentemente é o expandir-se, por modo as vezes assustador, das diferenças radicais que de fato os separavam, mesmo nos anos de guerra. As posições adversas definem-se e elucidam-se com tamanha nitidez, que deixam escassa margem a qualquer perspectiva de um entendimento tranquilizador.

Essas posições acham-se representadas, de um lado pelos que professam confiança ilimitada nos princípios defendidos pela revolução norte-americana e pela revolução francesa, por tudo enfim quanto os seus contrários qualificam, não sem desdém, de democracia liberal ou formal, ou estritamente política; de outro, pelos que aceitaram sem reservas os postulados do marxismo e o processo de sua realização prática nas repúblicas soviéticas, ou seja a “democracia” tomada numa acepção sobretudo político social.

É claro que neste caso só se apresenta a forma extrema e, em verdade, ideal do conflito, que nenhuma das duas posições se apresenta em estado simples fora do reino das puras abstrações e que entre uma e outra sempre subsistiram, e subsistem cada vez mais, numerosas gradações, encarnadas ora nos programas dos partidos confessadamente socialistas, ora nas experiências propugnadas do próprio setor capitalista e burguês, em prol de uma economia dirigida ou planificada.

Todavia um inquérito filosófico em torno daquelas divergências fundamentais, conduzido sem rancor, não parecerá inútil, quando se admita que um desacordo na apreciação dos valores pode converter-se em ponto de partida para conflitos de maior amplitude, e que uma solução teórica das divergências atuais serviria para facilitar uma

compreensão recíproca, de grandes consequências, entre os dois mundos que ora se defrontam.

Esse inquérito, visando a precisar os conceitos fundamentais de liberdade, de democracia, de direito e de legalidade, assim como o papel que desempenham tais conceitos nos atuais conflitos ideológicos, as divergências em sua interpretação e as oposições, verdadeiras ou não, que decorrem dessas divergências, acaba de ser empreendido pela UNESCO, e não parece exagerado atribuir-se importância singular aos seus resultados.

O empreendimento foi consequência de uma resolução em novembro de 1947, durante a conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que se reuniu na cidade do México. O passo preliminar para o seu cumprimento foi a elaboração de um meticuloso questionário, envolvendo uma parte considerável dos diferentes tópicos que gravitam em torno da expressão “democracia”.

Embora sem pretender esgotar o tema que se propusera, o documento não deixava de incluir questões que, atentamente examinadas e respondidas com perfeita isenção, ajudam a colocar melhor um dos mais graves problemas de nossa época – em que medida se pode admitir que o termo “democracia” é ambíguo? – em que condições se justifica eventualmente a denúncia de abuso do mesmo termo, lançada contra este ou aquele argumento ideológico? – cabe dizer que a palavra em apreço é hoje empregada em acepções verdadeiramente novas, comparadas as do século XIX ou as de antes da guerra mundial? – entre essas diferentes espécies de democracia, existem caracteres comuns? – é possível admitir-se hoje que a célebre fórmula “governo do povo, pelo povo, para o povo” serve para determinar os critérios essenciais da democracia? – problema terminológico: a palavra “democracia” deve ser usada para exprimir uma noção estreita, noção política, designando os métodos que dirigem a tomada de decisões, ou há de ser empregada para exprimir um conceito largo, conceito político-social, designando não apenas as condições e métodos das tomadas de decisões, mas também os seus resultados? – problema psicológico e social: uma “democracia” na acepção estreita da palavra, poderia funcionar como tal, se nada fosse feito para torná-la “democracia no sentido lato da palavra?” – problema político, problema das prioridades, das relações entre os fins e os meios: “democracia política” representaria o melhor meio para se atingir o objetivo da “democracia social”? A democracia social seria o melhor meio de se alcançar o objetivo da democracia política?. A democracia política seria o meio de se chegar a algum objetivo particular, fosse qual fosse?. Existe entre esses dois conceitos uma relação de meio e fim? – há situações, e no caso afirmativo quais seriam elas, em que a um governo democrático compete reprimir em tempo de paz uma propaganda tendente à mudança de regime? – é admissível que um sistema político de partido único seja conciliável com uma forma democrática de governo? – qual a natureza, terminológica, de fato, ou normativa, do desacordo entre os teóricos adeptos da prioridade da democracia política considerada como o meio de se realizar a democracia social e aqueles que preconizam a democracia social como o meio de se realizar a democracia política?

São essas, em suma, algumas das muitas questões constantes do documento que, em fins de 1947, a UNESCO distribuiu largamente a estudiosos do mundo inteiro, acompanhando uma carta circular de seu então diretor geral, Julian Huxley. Nela a palavra democracia assume papel saliente, o que não será em realidade para estranhar, quando se considere que ela representa a palavra chave para o exame dos problemas mundiais de nosso tempo. Com efeito não deixa de ser altamente significativo que para

cada um dos grupos ideológicos em contraste, essa palavra tenha um valor igualmente honorífico e cada qual presume interpreta-la da maneira mais genuína. Semelhante circunstância permite que, sem uma simplificação lamentável, o inquérito conduzido pela UNESCO possa apresentar-se como visando a elucidação do conceito de democracia e dos problemas que sugere a sua interpretação e também a possibilidade de se conciliarem, eventualmente, as divergências de ordem geral.

As respostas dadas a esse questionário, num total de oitenta e três, foram encaminhadas a uma comissão de oito estudiosos especialmente convocados para esse fim, com a incumbência de proceder ao estudo das respostas originais e dos esclarecimentos propostos no curso dos debates, e redigir um relatório mencionando as divergências que persistem na terminologia e também nos julgamentos de valor.

O fato de Ter integrado essa comissão, que em princípios de maio último se reuniu em Paris, na sede da UNESCO, sob a presidência do Sr. Edward H. Carr, da Inglaterra, coloca-me em situação favorável para abordar alguns dos problemas por ele tratados e de assinalar neste e em artigos subsequentes, o considerável alcance do esforço empreendido pela UNESCO no sentido de uma análise das atuais divergências ideológicas e das soluções possíveis para essas divergências.

*Mentalidade capitalista e personalismo*

[*Digesto Econômico*, São Paulo – SP: Ano III. Nº 28, pág. 31-35.  
Março de 1947]

Considerando-se o papel decisivo que coube a povos de estirpe ibérica, portugueses inclusive, na formação do mundo moderno, como explicar satisfatoriamente a constante resistência oferecida pelos mesmos povos a esse produto natural dos novos tempos, que é a mentalidade capitalista?. O problema, que toca tão de perto nossa história econômica, tem sido diversamente explicado pelos historiadores e psicólogos. Há os que invocam, a propósito, alguma fatalidade biológica inelutável e há os que sugerem motivos culturais capazes de perdurar indiferentes às condições mutáveis de nossa vida terrena.

Um critério aparentemente mais fecundo para a bordagem desse problema seria, contudo, o que não perdesse de memória as conexões históricas em que ele veio a surgir. Tal critério levaria primeiramente a ponderar as circunstâncias que, na Idade Média, fizeram com que a Península Ibérica não conhecesse, ou só conhecesse superficialmente os tipos de relações sociais que prevaleceram ao norte dos Pirineus e que tiveram sua expressão mais nítida nos princípios feudais. De onde, entre portugueses e espanhóis, um igualitarismo fundamental, posto que nem sempre muito ostensivo, e que teve exemplo, talvez, no mundo muçulmano, mas que o resto da Europa cristã ignorou, ao menos até à aurora dos tempos modernos.

Durante o Renascimento que, em toda parte, tendeu a minar velhos preconceitos, puderam aqueles povos exibir, por isso mesmo, uma fisionomia acentuadamente moderna por muitos aspectos. Apenas esse aparente modernismo não constitui, entre eles, fruto de uma paulatina conquista, mas desenvolvimento normal de longa tradição. Vinha de um passado mais ou menos remoto, mas não se projetava no futuro.

Ao passo que em outras terras as camadas sociais puderam desenvolver quase independentemente umas das outras suas próprias virtualidades e aptidões, aqui, o igualitarismo tradicional fez com que todas as classes tratassem de submeter-se desde cedo a um padrão único. Dessa singularidade já se podia queixar Gil Vicente, quando dizia: “... em Flandres e Alemanha, em toda França e Veneza, que vivem per siso e manha, por não viver em tristeza. Não é como nesta terra, porque o filho do lavrador casa la com lavradora, e nunca sobem mais nada, e o filho do broslador, casa com a brosladora, isto per lei ordenada”.

É claro que o padrão geral era o fornecido, neste caso, pelas classes privilegiadas, a nobreza de solar. À medida em que ascendiam na escala social, as camadas populares deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe, para aderirem à dos grupos dominantes. Nenhuma das “virtudes econômicas” tradicionalmente associadas à burguesia pôde, por isso, conquistar bom crédito, e é característico dessa circunstância o sentido depreciativo que assumiram em português palavras tais como traficante e sobretudo tratante, que a princípio, e ainda hoje no

próprio castelhano, designam simplesmente, sem qualquer labéu, o homem de negócios. Boas para genoveses, aquelas virtudes – diligência pertinaz, parcimônia, exatidão, pontualidade, solidariedade social – nunca chegariam a representar qualidades ideais para a gente lusitana.

### *Negócios e amizade*

Os atributos morais que requer naturalmente a vida de negócios distinguem-se da ética da classe nobre, tal como a formularam os antigos códigos de cavalaria, nisto que respondem, em primeiro lugar, à necessidade de crédito, Não à de glória e de fama. São virtudes antes de tudo lucrativas, que à honra cavalheiresca e palaciana procuram sobrepor a simples honorabilidade profissional, e aos vínculos diretos, pessoais, a crescente racionalização da vida.

Acontece que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização, tem sido, até aos nossos dias, um dos traços constantes dos povos de raiz ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comerciantes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações puramente formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos. É bem ilustrativa a respeito a anedota referida por André Siegfried acerca do negociante de Filadélfia que verificou ser necessário, para a conquista de um freguês no Brasil ou na Argentina, principiar por fazer dele um amigo.

“Dos amigos”, nota um observador, referindo-se à Espanha e aos espanhóis, “tudo ali se pode exigir e tudo se pode receber, e esse tipo de intercurso penetra as diferentes relações sociais. Quando se quer alguma coisa de alguém, o meio seguro de consegui-lo é fazer desse alguém um amigo. O método aplica-se inclusive aos casos em que se quer prestação de serviços, e então a atitude imperativa é considerada particularmente descabida. O resultado é que as relações entre patrões e empregados costumam ser mais amistosas aqui do que em outra qualquer parte”.

A esse fino psicólogo que é Alfred Rühl chamou atenção, entre espanhóis, o fato de julgarem perfeitamente normal a aquisição de certo gênero de vantagens pessoais por intermédio de indivíduos com os quais travaram relações de afeto ou camaradagem, e não compreenderam que uma pessoa, por exercer determinada função pública, deixa de prestar a amigos e parentes favores dependentes de tal função. Das próprias autoridades requerem-se sentimentos humanos. Como explicar por outra forma, pergunta, a circunstância das companhias de estradas de ferro viverem embaraçados diante das autênticas avalanches de pedidos de passes gratuitos ou com redução de preço, pedido esses que partem, em regra, de pessoas pertencentes justamente às classes mais abastadas?

Assim, raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização: o freguês ou cliente há de assumir, de preferência, a posição do amigo. Não há dúvida que, desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedem os principais obstáculos que em todos os países hispânicos – entre eles Portugal e Brasil – se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais.

### *Contraste com a mentalidade capitalista*

De outra parte, o bom ou mau êxito alcançado por certos povos em suas relações econômicas com espanhóis e portugueses tem dependido sempre, necessariamente, de sua maior ou menor capacidade de ajuste a esse tipo de relações. O contraste com a chamada mentalidade capitalista não é, nesse ponto, fenômeno recente. Existem a respeito sugestivos testemunhos históricos. Conhecemos, por exemplo, graças a Henri Sée, o texto de uma circular dirigida em 1742 pelo intendente de Bretanha aos seus sub-delegados, onde se lê que os negociantes locais “*apprehendent de commercer avec les Portugais, attendu leur infidélité, si les portugais sont si infidèles, ils le sont pour toutes les nations, cépendant les Hollandais commercent ao Portugal utilement et les Anglais y font un commerce d’une étendue et d’un avantage étonnantes, c’est donc la faute des Français de ne savoir pas prendre les mesures justes pour établir en Portugal un comêrce assuré*”.

Sobre a “infidelidade” dos comerciantes portugueses revela ainda Sée o caso de certo armador de Saint Malo que, no período de 1720 e 1740, costumava expedir muitos tecidos para Lisboa por conta dos seus fregueses, mas só raramente os remetia por conta própria, pois desconfiava da exatidão daqueles comerciantes, os quais, por outro lado, pediam sempre créditos excessivos.

Essa infidelidade e falta de exatidão nos negócios com estranhos – quer dizer aqueles cujo trato não é tingido por laços especiais de afeto – pode denunciar nos portugueses da época setecentista, e certamente de outras épocas, um gosto desordenado e imprevidente da pecúnia. Um investigador mal avisado discerniria, talvez, nesse apetite, os germe do espírito capitalista. O certo é, porém, que a simples ganância, o amor às riquezas acumuladas à custa de outrem, principalmente de estranhos, pertence a todas as épocas e não caracteriza a mentalidade capitalista, se desacompanhada de certas virtudes econômicas que tendam a contribuir decisivamente para a racionalização dos negócios. Virtudes como a honorabilidade profissional, distinta da honra, ou como a pontualidade e a exatidão, diversas da lealdade devida a superiores, amigos e afins.

Nada indica que nos portugueses ou espanhóis sejam menos pronunciados do que outros povos a ambição e o prestígio dos bens materiais. Na própria Itália do renascimento, onde tiveram seu berço, nos tempos modernos, algumas daquelas virtudes burguesas, distingue-se os catalães, “que de las piedras sacan panes”, segundo o ditado célebre, como gananciosos e avaros. E o autor de “Guzmán de Alfarache”, a novela picaresca publicada a partir de 1599, podia lamentar-se de que câmbios e recâmbios de toda sorte, assim como diversos estratagemas de mercadores, longe de constituírem privilégios de genoveses, já faziam sua grangearia ordinária por toda parte, “especialmente en España”, observa, onde tinham por lícitos numerosos negócios de especulação que a Igreja condenava como usurários. Entre outros, os empréstimos sobre prendas de ouro e prata, com prazo limitado, e particularmente o chamado cambio seco”.

### *Usurários*

Para mostrar como não viviam os povos ibéricos, durante esse tempo, tão alheio ao incremento geral das instituições financeiras, poderiam acrescentar-se os aperfeiçoamentos que precisamente nas feiras espanholas de Villalón, Rioseco e Medina del Campo, tanto como nas de Gênova, tinham alcançado certos gêneros de operações

de crédito que depois se disseminariam em outros países. Ou ainda a contribuição dos negociantes portugueses da era dos grandes descobrimentos para a elaboração de certos pormenores do direito comercial e singularmente para o progresso dos seguros marítimos. Cabe lembrar que a Portugal se deve mesmo o primeiro corpo de doutrina acerca do seguro: o “Tractatus perutibilis et quotidianus de assecurationibus et sponsonibus mercatorum”, de Santerna (Pedro de Santarém) que, publicado em 1554, foi várias vezes reeditado durante o século XVI.

Lembre-se, finalmente o papel nada irrelevante, embora tão esquecido, que tiveram na história das finanças do mesmo século banqueiros e comerciantes espanhóis da Bolsa de Antuérpia – principalmente burgaleses, não apenas catalães ou judeus -, e que só desapareceu, por assim dizer, com a Segunda bancarrota do Estado, em 1575. Desses, sobretudo de um Curriel de la Torre e de um Fernandez de Espinosa, isto é, dos que vicejaram no penúltimo quartel do século, informa-nos Ehrenberg, o historiador dos Fugger, que em ausência de escrúpulos no emprego dos cabedais ultrapassavam todos os seus competidores. “Eram usurários autênticos”, exclama, “e no sentido atual da palavra, não apenas no sentido canônico...”. Os próprios feitores dos Fugger em Antuérpia escandalizavam-se continuamente diante da ilimitada ganância desses homens, e um deles afirma que o rei costumava encontrar mais virtude entre genoveses, tradicionalmente veseiros em toda sorte de especulações, do que entre os comerciantes espanhóis.

Tawney também se refere a esses comerciantes como “a class not morbudly prone to conscientious scruples”, embora sua deferência para com a autoridade eclesiástica os levasse a mandar confessores a Paris, a fim de consultarem os teólogos da Universidade sobre a compatibilidade entre certas especulações e a lei canônica. As práticas usurárias já eram normais nas antigas feiras espanholas, embora tivessem tomado maior incremento ao tempo de Carlos V e de seus sucessores, assumindo feições que “em outros países dificilmente assumiriam”, nota um historiador.

### *As armas e a fazenda*

Dos fidalgos portugueses que andavam então pelas partes do oriente sabemos que, apesar de toda a sua prosápia, não desdenhavam dos bens da fortuna, mesmo nos casos em que para alcança-los precisassem desfazer-se até certo ponto de preconceitos associados à sua classe e condição. Diogo do Couto refere-nos casos de nobres e até vice-reis do seu tempo que não hesitavam em “despir as armas e tratar da fazenda”, ou que deixavam de ser capitães e se faziam mercadores, “largando por mão as obrigações de seu cargo e descuidando-se das armadas e tudo mais por fartarem o seu apetite”, ou a quem pouco importava “por a Índia em uma balança, só por cumprir com sua paixão”. “E não sei”, diz ainda, pela boca de seu soldado prático, “se passou aquela peste desde reino àquele Estado, porque todos chegam a ele com esta linguagem de quanto tens, tanto vales”.

A própria liberalidade, virtude capital da antiga nobreza, caíra em descrédito, ao menos na prática, entre alguns desses fidalgos de decadência, se é certo que só então se puseram a comer fechados em silêncio, para deixarem de repartir o seu com os pobres, e a ter, não por honra ou grandeza, antes por infâmia, o precisar agasalha-los e sustentá-los. Assemelhavam-se nisso ao filho avarento de pai nobre, do conto que vem na “Corte na Aldeia”, o qual, tendo ajuntado em poucos anos imensa quantidade de ouro,

guardava-o com tão solícito cuidado “como costumam os que com cobiça e trabalho o adquiriram”.

Em realidade não é pela maior temperança na aquisição das riquezas que se separam espanhóis e portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a mentalidade capitalista. Não é sequer por sua menor parviciência, pecado que os moralistas medievais apresentavam como uma das modalidades mais funestas da avareza. O que os distingue em primeiro lugar é, isso sim, o uso que fazem de preferência da riqueza acumulada, destinando-a a garantir-lhes antes a ostentação ou o luxo do que o próprio conforto. E, além disso, uma incapacidade, que se diria congênita, de conceber qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica prevalecendo sobre os vínculos de caráter orgânico e comunal, como o são os que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade.

*O Estado Totalitário*

[Folha da Manhã. 18 de junho de 1935. Pág. 06]

Nenhum fato surpreende tanto na história política das nações durante os anos que sucederam a grande guerra do que o rejuvenescimento – para não dizer a ressurreição – das doutrinas que predicam a máxima sujeição do indivíduo ao Estado. Em bom número de povos e dos mais prestigiosos da família internacional, essas doutrinas parecem ter conquistado definitivamente os espíritos e, o que é mais extraordinário, também os corações, para se imporem, ao menos por esse motivo, a atenção dos contemporâneos. As razões psicológicas que determinaram semelhante “hipnotização” das massas já foram estudadas magistralmente, a meu ver, pelo socialista belga Henri de Man. Resta saber até que ponto tais ensinamentos, que com tanto êxito lograram seduzir as multidões, e mesmo as multidões que pareciam menos aptas a acolhe-los com simpatia, podem ser justificados teoricamente e podem adquirir validade universal independentemente dos critérios relativos e das circunstâncias passageiras.

Até há bem pouco tempo as idéias liberais pareciam Ter alcançado para a generalidade dos homens essa posição irrefutável a que aspiram, por definição, todos os programas políticos. A luz de qualquer raciocínio sólido só elas poderiam fazer jus a um posto de honra em nosso planeta. Todas as demais teorias achariam escusa para os espíritos fracos em certas imposições do momento, ou resultavam da paixão de mando dos caudilhos e tiranos. E é por isso que a análise cerrada, que nos oferece Carl Schmitt do problema político, e principalmente a conclusão que dela deduz o sábio professor da Universidade de Bonn, adquire para o nosso tempo uma excepcional importância. Mesmo depois das críticas de um Lasserre, de um Meurras e de um Seillere ao romantismo político, ela consegue adquirir um valor próprio. E o mais importante é que, pela primeira vez, em um livrinho de sessenta páginas, tão conciso e tão denso como o Discurso sobre o Método, a questão é tratada a partir dos seus fundamentos. Em *Der Begriff des Politischen*, o folheto em que se condensa a tese de Carl Schmitt, é a própria idéia de política, purificada de todo e qualquer elemento exógeno, que aparece como objeto principal da análise. As conclusões resultam naturalmente de um processo de deduções apoiadas numa argumentação precisa.

Poucos duvidarão de que a política em si representa uma atividade irracional, que tem a sua raiz nas regiões obscuras, inconscientes do homem. A associação que se pretende fazer entre ela e os princípios morais e jurídicos e, no fundo, ilegítima e precária. Para Carl Schmitt a distinção política por excelência é a distinção entre o amigo e o inimigo. “É essa distinção, essa oposição, o que dá aos gestos e aos móveis humanos o seu sentido propriamente político e é nela que desembocam, ao cabo, todos os gestos e móveis políticos.” Isso permite uma fixação de conceitos que será altamente

fecunda para o exame da questão. A oposição assinalada corresponde de certo modo a outras igualmente notórias: O bem e o mal, para a moral; o belo e o feio para a estética; o útil e o nocivo para a economia. O inimigo político não é necessariamente mau do ponto de vista moral, nem feio do ponto de vista estético, também não precisa figurar como concorrente, se considerado o prisma econômico. Se na realidade psicológica o inimigo pode ser tratado facilmente de “mau” e de “feio” isso em nada altera a independência e a justeza da oposição política. Todos os conceitos, representações e expressões políticas tem um sentido polêmico bastante claro, quer dizer, tem em vista um objeto concreto, estão associados a situações concretas cuja consequência última é o agrupamento em amigo-inimigo [que se exterioriza na guerra e na revolução]. A falta desse sentido polêmico, elas se transformam em abstrações vazias. Palavras como Estado, República, Classe, Soberania, Absolutismo, Ditadura, Marxismo, Proletario, etc, não são compreensíveis quando não se saiba in concreto aquilo a que se opõem, que combatem, que negam ou que refutam.

Outro fato, que se deve ter em conta, para a compreensão perfeita do problema, é que todas as oposições, seja de caráter religioso, moral, econômico ou popular, transformam-se em oposições políticas, desde que se exacerbem suficientemente para agruparem os homens em amigos e inimigos. Até mesmo uma classe, no sentido marxista da palavra, deixa de ser um fato puramente econômico para se tornar um elemento político, no momento em que se tenha chegado nesse ponto, decisivo, isto é, quando a luta de classes, ou seja a guerra civil, transformou o adversário de classe em inimigo real. A política não retira as suas forças dos diversos domínios das vidas dos homens, das oposições religiosas, econômicas, morais, etc; não abrange nada de correspondente a tais oposições. Apenas se relaciona com certo grau de intensidade numa coligação ou numa diferenciação entre os homens. O agrupamento em amigo-inimigo, é tão forte e tão decisivo, que as oposições normalmente sem fundo político, acabam perdendo o seu caráter puramente religioso, puramente econômico, puramente cultural, a fim de se submeterem a condições novas e diversas. Foi por um desconhecimento lamentável da essência do fenômeno político, que o liberalismo do século passado pode imaginar uma associação ou coletividade política, existindo ao lado de uma coletividade religiosa, cultural, econômica e etc, capaz de entrar em concorrência com ela. De acordo com o sistema liberal, pluralista, o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade. Não admira pois, que do liberalismo tenham nascido todas as teorias negadoras do Estado: para um liberal consequente só existe no fundo uma realidade: que é o indivíduo – como conjunto de indivíduos ele só admite um todo, que é a humanidade.

Eis aí, em breve resumo, o essencial da análise a que o sábio professor de Bonn submeteu o fenômeno político. Sua fórmula da distinção amigo-inimigo como fundamental na política, tornou-se justamente famosa - ela se integra, ao menos na Alemanha, em todas as teorias que apregoam a máxima sujeição do indivíduo ao Estado.